

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000

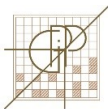


GIPP, LDA.
Março de 2026



Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento	4
2.1. Zona Especial de Conservação Montesinho/ Nogueira ...	10
2.2. Zona Especial de Conservação Rios Sabor e Mações	14
2.3. Zona Especial de Conservação Morais	17
2.4. Zona Especial de Conservação Romeu	20
2.5. Zona de Proteção Especial de Montesinho/ Nogueira	22
2.6. Zona de Proteção Especial de Rios Sabor e Mações	24
3. CONFORMIDADE DO PDM COM A REDE NATURA 2000	26
3.1. Sobreposição da proposta da Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do Solo com as Áreas Classificadas da Rede Natura 2000	48
3.2. Integração no PDM das medidas de conservação relativas aos habitats e espécies da Diretiva Habitats, descritas nos Planos de Gestão	85
4. Conclusões	136



1. Introdução

O presente documento pretende constituir-se como o Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000 para o concelho de Macedo de Cavaleiros. Este processo visa assegurar que a Revisão do Plano Diretor Municipal, acautele a manutenção dos valores naturais identificados e simultaneamente garanta a conformidade do mesmo com a Rede Natura 2000, considerando-se para o efeito a proposta de ordenamento e as disposições regulamentares do Plano.

Neste seguimento, importa fazer referência à publicação dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Montesinho/Nogueira; e Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março – Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Montesinho/Nogueira (PTCON0002);
- Decreto Lei n.º 61/2026, de 24 de fevereiro – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Rios Sabor e Mações; e Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março – Aprova o plano de gestão da Zonas Especial de Conservação (ZEC) Rios Sabor e Mações (PTCON0021);
- Decreto-Lei n.º 32/2025, de 20 de março – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Moraes; e Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março – Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Moraes (PTCON0023);
- Decreto-Lei n.º 17/2026, de 27 de janeiro – Conclui o processo de designação da Zona Especial de Conservação Romeu; e Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro – Aprova o plano de gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC) Romeu (PRCON0043).

Tendo em consideração os diplomas mencionados foram definidos objetivos e medidas de conservação, que visam a manutenção ou o restabelecimento dos tipos de *habitats* naturais ou seminaturais e das populações de espécies da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favoráveis. Adicionalmente, consideraram-se as medidas de conservação complementares definidas no Plano de Gestão que, de acordo com o mesmo, visam dar resposta às exigências ecológicas dos valores com prioridade em termos de conservação (valores alvo).

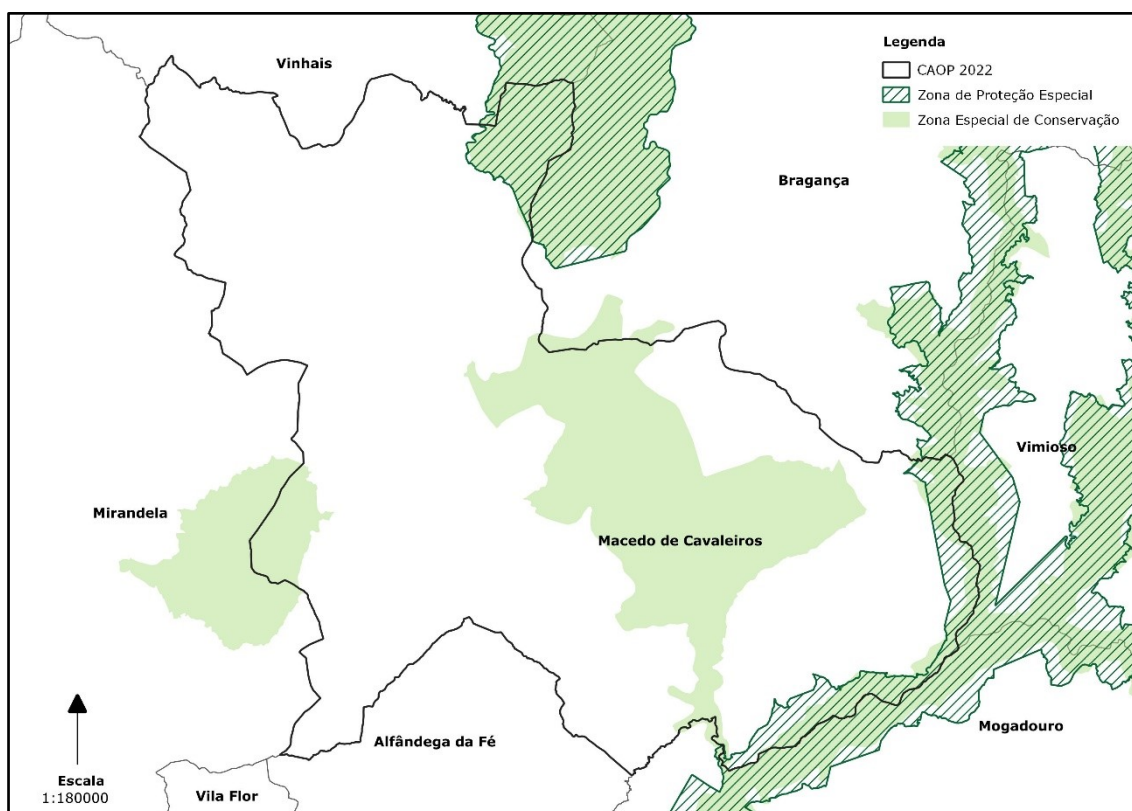
2. Enquadramento

A Rede Natura 2000 corresponde a uma rede ecológica de âmbito europeu que visa assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos *habitats*. Neste sentido, destaca-se que a Rede Natura 2000 integra as seguintes áreas de proteção comunitária:

- Zona de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular;

- Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expresso de “contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia”.

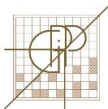
Figura 1: Rede Natura 2000



Fonte: ICNF

De acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNF), o concelho de Macedo de Cavaleiros é abrangido por seis áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, designadamente:

- **Zona Especial de Conservação Montesinho/ Nogueira (PTCON0002):** A ZEC Montesinho/Nogueira apresenta um uso e ocupação do



solo com significativa concentração de áreas com floresta de folhosas autóctones (30,91 %) assim como áreas ocupadas com matos e matagais (29,36 %). Estas duas importantes manchas regionais concentram-se essencialmente nas zonas montanhosas. As florestas de resinosas surgem também como uma das mais importantes classes de ocupação de solos na ZEC, com uma fração superior a 16 %. Tem-se assistido ao crescimento das áreas florestais de castanheiro e pinheiro-bravo, fruto da conversão de áreas de matos e espaços.

Com representatividade ligeiramente superior às florestas de resinosas, as áreas agrícolas assumem-se como a terceira mancha mais importante (18,30 % da ZEC), embora ocorram de forma fragmentada, frequentemente associadas a florestas de folhosas autóctones. A importância das áreas agrícolas é, assim, ligeiramente acrescida pela presença de uma pequena fração de mosaico agroflorestal que se encontra, não raras vezes, associado a florestas de folhosas autóctones.

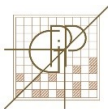
A paisagem caracteriza-se por um mosaico de habitats, também resultado da prática de agricultura de montanha, baseada sobretudo na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos, que na maior parte dos casos tem contribuído para a manutenção dos valores naturais existentes.

A ZEC detém uma enorme relevância proveniente da existência de comunidades bastante distintas e de contacto entre elas, com realce para: os matos rasteiros estritamente silvasófilos que ocupam o denominado maciço de Vinhais/Bragança, a mais importante área de rochas ultrabásicas; os mais extensos e bem conservados carvalhais de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) do país; os singulares azinhais (*Quercus rotundifolia*) sobre serpentinas, caracterizados por um lento crescimento; e os característicos lameiros. Merecem também referência os urzais-tojais higrófilos de *Erica tetralix* e *Ulex minor*, os urzais não litorais, os cervunais (*Nardus stricta*) e os aveleirais (*Corylus avellana*) sobre solos derivados de rochas básicas na Serra de Nogueira.

É o sítio mais representativo para a flora ultrabásica, destacando-se a existência de *Dianthus marizii* e *Santolina semidentata* ou mesmo de alguns serpentinófitos exclusivos do maciço de Vinhais/Bragança, caso de *Jasione crispa* subsp. *serpentinica*, com uma área de ocorrência muito restrita e população seriamente fragmentada, e de *Festuca brigantina*, este o mais raro serpentinófito de Trás-os-Montes e só observável no sítio.

É uma das áreas mais importantes para a conservação do lobo (*Canis lupus*), a nível nacional, albergando uma parte significativa do efetivo populacional total (cerca de 15 %). Trata-se de um sítio igualmente relevante para a conservação da fauna aquática e ribeirinha protegida. (Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março)

- Zona Especial de Conservação de Rios Sabor e Maçãs: (PTCON0021): A ZEC Rios Sabor e Maçãs é dominada por ocupações de solo características de zonas montanhosas ou de média montanha. Neste contexto sobressaem as áreas com matos e matagais que ocupam quase 37 % do território da ZEC e as manchas florestais que cobrem sensivelmente 36 % do mesmo território (COS 2018). Os matos e matagais concentram-se de modo quase



contínuo ao longo das vertentes adjacentes aos troços mais a montante do rio Sabor, e nas encostas contíguas aos seus afluentes principais, os rios Angueira e Maças. Depois destas áreas, as zonas de maior concentração de matos e matagais, situam-se nas margens da Albufeira do Baixo Sabor.

Entre as três tipologias de florestas existentes na ZEC, evidenciam-se, claramente, as florestas de folhosas autóctones (23,7 %). Estas florestas, com exceção das margens da albufeira do Baixo Sabor, distribuem-se ao longo do território e são essencialmente representadas por sobreirais, carvalhais e azinhais. As florestas de resinosas introduzidas também estão bem presentes na região (mais de 11 %) sendo essencialmente constituídas por pinheiro-bravo. Por sua vez, as frações de floresta alóctone (eucaliptais com menos de 1 % de ocupação territorial) evidenciam padrões de distribuição pontual/ local, estando normalmente rodeadas por matos e matagais.

Um pouco à semelhança das unidades de ocupação anteriores, as áreas agrícolas marcam também uma intensa presença ao longo da ZEC (quase 17 %). Quase dois terços desta ocupação é constituída por olivais. Um aspeto a realçar a este nível prende-se com o facto das zonas de matos e matagais serem bem mais reduzidas em áreas com maior concentração de espaços agrícolas. A presença de mosaico agroflorestal, embora reduzida (pouco mais de 1 %), acrescenta relevância às áreas agrícolas da ZEC.

A presença de um extenso plano de água na região, correspondente à Albufeira do Baixo Sabor, é algo que não se pode negligenciar na análise da ocupação territorial. De facto, este importante corpo de água artificial cobre cerca de 6,61 % de toda a área da ZEC.

Entre as demais frações de ocupação de solo, destacam-se ainda os prados e pastagens (1,45 %), que se expressam de forma, quase pontual, um pouco por toda a área de estudo. Os territórios artificializados e as áreas de vegetação esparsa ocupam ínfimas frações territoriais da ZEC. (Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março)

- Zona Especial de Conservação de Morais (PTCON0023): *A ZEC Morais abrange um território cujo uso e ocupação do solo se distribui entre florestas (40 %), matos e matagais (27 %), áreas agrícolas (23 %), prados e pastagens (3 %), mosaico agroflorestal (3 %), corpos de água (3 %) e territórios artificializados (1 %).*

A ZEC Morais constitui uma área montanhosa de média altitude, com uma das maiores unidades contínuas de serpentinitos em Portugal, o que lhe confere um elevado interesse geológico e botânico. É a área mais representativa dos ultrabásicos lusitano-durienses, coberta por diversas comunidades e espécies endémicas.

*A vegetação é dominada por azinhais (*Quercus rotundifolia*) (9340) e sobreirais (*Quercus suber*) (9330), podendo encontrar-se na margem da Barragem do Azibo um dos mais bem conservados sobreirais transmontanos. São igualmente importantes os zimbrais (*Juniperus oxycedrus* var. *lagunae*) com quercíneas (9560) e os bosques secundários de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *faginea*) (9240), formando a mais extensa área desta comunidade*



no norte do país. De assinalar ainda a presença dos serpentinófitos *Dianthus laricifolius* subsp. *Marizii* (sin. *Dianthus marizii*), um endemismo lusitano, e *Santolina semidentata*, um endemismo ibérico.

No que respeita à fauna é de salientar a presença do lobo (*Canis lupus*), integrando esta ZEC a área de distribuição do maior núcleo populacional do país, designadamente o que ocorre no distrito de Bragança. (Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março)

- **Zona Especial de Conservação de Romeu (PTCON0043):** A ZEC Romeu abrange um uso e ocupação do solo que se distribui nas classes de maior representatividade, entre as áreas florestais (51,39 %) das quais se destacam as florestas de folhosas autóctones (46,07 %) e as florestas de resinosas (5,32 %), as áreas agrícolas (26,25 %), os matos e matagais (16,63 %), o mosaico agroflorestal (3,03 %) e os prados e pastagens (1,76 %).

A ZEC Romeu, situada nos maciços rochosos de Trás-os-Montes oriental, engloba dois dos melhores exemplos em Portugal de tipos de habitat pouco frequentes: sobreirais no horizonte superior, e bosques de sobreiro e zimbro no horizonte inferior. (Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro)

- **Zona de Proteção Especial de Montesinho/ Nogueira (PTZPE0003):** A grande variedade geológica e geomorfológica deste sítio conjugada com a sua localização geográfica, com a diferença de altitudes e com o tipo de actividade humana que se foi desenvolvendo ao longo dos séculos proporcionou o estabelecimento de uma elevada diversidade de ecossistemas e habitats, sendo a paisagem desta ZPE caracterizada por um constante mosaico de habitats. Esta diversidade natural foi mantida ou, nalguns casos, beneficiada pelo tipo de agricultura praticado. Trata-se de uma agricultura de montanha, baseada principalmente na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos e que normalmente tem contribuído para a manutenção dos valores naturais existentes.

A especificidade desta ZPE resulta, em particular, do contacto de vários tipos de comunidades de avifauna e do bom estado de conservação dos ecossistemas presentes. Nesta área é possível observar espécies de avifauna de montanha como o pisco-de-peito-azul *Luscinia svecica*, o tarataranhão-azulado *Circus cyaneus* e o melro-de-água *Cinclus cinclus* e espécies estepárias como a petinha-dos-campos *Anthus campestris* e a cotovia *Calandrella brachydactyla*; espécies de distribuição reduzida ou localizada em Portugal, como o picanço-de-dorso-ruivo *Lanius collurio*, o melro-das-rochas *Monticola saxatilis* ou a petinha-das-árvores *Anthus trivialis*, com espécies florestais e espécies de distribuição mais alargada.

Esta ZPE contribui significativamente para a manutenção de populações viáveis em Portugal, o carácter de nidificantes, das seguintes espécies: águia-real *Aquila chrysaetos*, tartaranhão-azulado *Circus cyaneus*, cotovia-comum *Alauda arvensis*, petinha-das-árvores *Anthus trivialis*, melro-de-água *Cinclus cinclus*, rabirruivo-de-testa-branca *Phoenichuros phoenichuros*, chasco comum *Oenanthe Oenanthe*, melro-das-rochas *Monticola saxatilis*, tordo-comum *Turdus philomelos*, felosa de Bonelli *Phylloscopus Bonelli*, picanço-de-dorso-ruivo *Lanius collurio*, dom-fafe *Pyrrhula pyrrhula* e sombria *Emberiza hortulana*. Outras espécies como



o pisco-de-peito-azul *Luscinia svecica*, o cartaxo-nortenho *Saxicola rubetra*, a petinha-ribeirinha *Anthus spinoleta* e a felosa *Phylloscopos collybita* apenas aqui podem ser encontrados como nidificantes, ou em mais um outro ponto do país. (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999, na sua redação atual)

- Zona de Proteção Especial de Rios Sabor e Maços (PTZPE0037): A paisagem é fortemente marcada pelos vales encaixados do rio Sabor e dos seus afluentes (Maços e Angueira) ao longo da quase totalidade do seu percurso em Portugal. Trata-se de uma área de relevo montanhoso na qual alternam troços de vales de diferentes declives (margens alcantiladas, encostas pedregosas, leitos aplanados), dependendo das características geológicas, e que se reflete numa grande diversidade de vegetação e de tipo de ocupação humana. Vastas encostas estão cobertas por maciços de vegetação autóctone, nomeadamente por matos pré-florestais diversos, sobreirais, azinhais e zimbrais. Nessas zonas as principais actividades humanas são a olivicultura e a pastorícia. A apicultura, exploração madeireira (eucaliptos) e a caça, são outras actividades presentes na área.

As características naturais destes vales aliada às dificuldades de acesso e à distância a que situam em relação às zonas urbanas proporcionam as condições de necessárias à nidificação de aves rupícolas, como o Britango *Neophron percnopterus*, a Águia-real *Aquila chrysaetos*, o Bufo-real *Bubo bubo*, sendo de destacar a população nidificante de Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus*, que corresponde a um dos mais significativos núcleos do nosso país.

As condições naturais dos vales destes rios, ainda em bom estado de conservação das suas margens e boa qualidade das águas, permitem albergar populações importantes a nível nacional Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), Melro-de-água *Cinclus cinclus*, Chasco-preto *Oenanthe leucura*, Melro-azul *Monticola solitarius*, Toutinegra-real *Sylvia hortensis* e Felosa de Bonelli *Phylloscopus Bonelli*. A sua orientação predominante Norte-Sul e a sua grande extensão faz com que esta ZPE seja também um importante corredor ecológico na região de Trás-os-Montes, seja para as espécies com carácter residente, seja para as espécies migradoras.

A grande extensão de matos, a par com o notável mosaico agro-florestal das zonas planálticas (silvo-pastorícia) proporciona a uma certa abundância de aves de rapina e diversos passeriformes como a Toutinegra-tomilheira *Sylvia conspicillata*, a Toutinegra-de-bigodes *Sylvia cantillans* ou a Toutinegra-dos-valados *Sylvia melanocephala*. (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999, na sua redação atual)

Quadro 1: Resumo das áreas de proteção comunitária

Designação	Área (ha) no concelho	% do concelho classificado	Ocupação no concelho (%)	Código
Zona Especial de Conservação Montesinho/ Nogueira	1 900	3%	2%	PTCON0002
Zona Especial de Conservação Rios Sabor e Maços	1 779	3%	5%	PTCON0021
Zona Especial de Conservação Morais	12 324	18%	95%	PTCON0023
Zona Especial de Conservação Romeu	1 144	2%	24%	PTCON0043
Zona de Proteção Especial Montesinho/Nogueira	1 832,293	3%	2%	PTZPE0003



Designação	Área (ha) no concelho	% do concelho classificado	Ocupação no concelho (%)	Código
Zona de Proteção Especial Rios Sabor e Maças	2 310,85	3%	5%	PTZPE0037

Fonte: ICNF



2.1. Zona Especial de Conservação Montesinho/ Nogueira

- Habitats

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Montesinho/Nogueira publicado pela Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março ocorrem com presença significativa 28 tipos de *habitats*, dos quais 14 constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Montesinho/Nogueira verifica-se a ocorrência de 14 habitats com presença significativa, dos quais 10 assumem especial relevância para a conservação.

Tabela 1: Tipos de habitat do anexo I da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Designação
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>
4030	Charnecas secas europeias
6160	Prados oro-ibéricos de <i>Festuca indigesta</i>.
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>).
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i>, <i>Sanguisorba officinalis</i>)
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo Albi-Veronicion dillenii</i>
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>.
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus Excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>).
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>

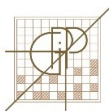
Nota: Os habitats a negrito correspondem a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Espécies da flora¹

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Montesinho/Nogueira, publicado pela Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março ocorrem com presença significativa 11 tipos de espécies da flora, que constituem prioridades de conservação e para as quais se impõe

¹ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da flora na informação geográfica: *Alyssum pintodasilvae*; *Anthyllis lusitanica*; *Dorycnium pentaphyllum* ssp. *transmontanum*; *Festuca duriotagana*; *Narcissus bulbocodium*; *Narcissus triandus*; *Ruscus aculeatus*; *Scilla beirana*. Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Montesinho/Nogueira, publicado pela Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março.



medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Montesinho/Nogueira verifica-se a ocorrência de 7 espécies da flora com presença significativa, que assumem especial relevância para a conservação.

Tabela 2 - Espécies da flora do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1469	<i>Dianthus laricifolius</i> subsp. <i>marizii</i>	cravina-transmontana	II; IV	Pouco preocupante
1884	<i>Festuca brigantina</i>	festuca-de-bragança	II; IV	Vulnerável
1885	<i>Festuca elegans</i>	festuca-elegante	II; IV	Pouco preocupante
1891	<i>Festuca summilusitana</i>	festuca-da-montanha	II; IV	Pouco preocupante
1865	<i>Narcissus asturiensis</i>	narciso-das-astúrias	II; IV	Quase ameaçado
1775	<i>Santolina semidentata</i>	-	II; IV	Pouco preocupante
1733	<i>Veronica micrantha</i>	veronica-dos-arroios	II; IV	Quase ameaçado

Nota: As espécies da flora a negrito correspondem a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Espécies da fauna

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Montesinho/Nogueira, publicado pela Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março ocorrem com presença significativa 22 tipos de espécies da fauna, das quais 14 constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Montesinho/Nogueira verifica-se a ocorrência de 13 espécies da fauna com presença significativa, das quais 7 assumem especial relevância para a conservação.

As espécies da fauna estão representadas de acordo com o seu grupo faunístico: invertebrados; anfíbios e répteis; mamíferos; e peixes, conforme consta nas tabelas seguintes, de acordo com o código da espécie, o nome científico, o nome comum, o anexo e a categoria de conservação.



- Invertebrados²

Tabela 3: Espécies da fauna (invertebrados) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1065	<i>Euphydryas aurinia</i>	fritilária-dos-lameiros	II	Não avaliado

Fonte: ICNF

- Peixes

Tabela 4: Espécies da fauna (peixes) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
5296	<i>Pseudochondrostoma duriense</i>	boga-do-norte	II	Pouco preocupante
6975	<i>Squalius alburnoides</i>	bordalo	II	Vulnerável
5303	<i>Cobitis calderoni</i>	verdemã-do-norte	II	Em perigo

Nota: As espécies da fauna a negrito correspondem a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Anfíbios e Répteis³

Tabela 5: Espécies da fauna (anfíbios e répteis) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1194	<i>Discoglossus galganoi</i>	rã-de-focinho-pontiagudo	IV	Quase ameaçado
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	lagarto-de-água	II; IV	Pouco preocupante
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	cágado-mediterrânico	II; IV	Pouco preocupante

Nota: A espécie da fauna a negrito corresponde a um valor que constitui prioridade de conservação e para o qual se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Mamíferos⁴

Tabela 6: Espécies da fauna (mamíferos) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	morcego-negro	II; IV	Informação insuficiente
1352	<i>Canis lupus</i>	lobo	II; IV	Em perigo
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i>	toupeira-de-água	II; IV	Vulnerável
1355	<i>Lutra lutra</i>	lontra	II; IV	Pouco preocupante
1324	<i>Myotis myotis</i>	morcego-de-rabo-grande	II; IV	Vulnerável

² Para além do valor inventariado, identifica-se ainda a seguinte espécie da fauna na informação geográfica: *Gomphus graslinii*. Esta não foi considerada por não estar identificada no Plano de Gestão Montesinho/Nogueira, publicado pela Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março.

³ Para além dos valores inventariados, identificam-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Alytes obstetricans*; *Epidalea calamita*; *Hemorrhois hippocrepis*; *Rana iberica*; e *Rana perezi*. Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Montesinho/Nogueira, publicado pela Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março.

⁴ Para além do valor inventariado, identifica-se ainda a seguinte espécie da fauna na informação geográfica: *Eptesicus serotinus*; *Hypsugo savii*; *Microtus cabreræ*; *Miniopterus schreibersii*; *Myotis blythii*; *Myotis daubentonii*; *Myotis emarginatus*; *Myotis nattereri*; *Nyctalus leisleri*; *Pipistrellus kuhlii*; *Pipistrellus pygmaeus*; *Pipistrellus pipistrellus*; *Plecotus auritus*; *Plecotus austriacus*; *Tadarida teniotis*. Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Montesinho/Nogueira, publicado pela Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março.



Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1304	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	morcego-de-ferradura-grande	II; IV	Vulnerável

Nota: A espécie da fauna a negrito corresponde a um valor que constitui prioridade de conservação e para o qual se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF



2.2. Zona Especial de Conservação Rios Sabor e Mações

- Habitats

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Rios Sabor e Mações, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março ocorrem com presença significativa 20 tipos de *habitats*, dos quais 13 constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Rios Sabor e Mações verifica-se a ocorrência de 14 *habitats* com presença significativa, dos quais 10 assumem especial relevância para a conservação.

Tabela 7 – Tipos de habitat do anexo I da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Designação
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>.
5110	Formações estáveis xerotermófilas de <i>Buxus sempervirens</i> das vertentes rochosas (<i>Berberidion</i> p.p.).
5210	Matagais arbórescentes de <i>Juniperus</i> spp.
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos.
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>.
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo Albi-Veronicion dillenii</i>
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>.
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus Excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>).
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>.
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>.
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>.
9560	Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp.

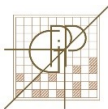
Nota: Os habitats a negrito correspondem a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Espécies da flora⁵

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Rios Sabor e Mações, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março ocorrem com presença significativa 3 tipos de espécies da flora, das quais 2 constituem prioridades de conservação e para as quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

⁵ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da flora na informação geográfica: *Alyssum pintodasilvae*; *Anthyllis lusitanica*; *Dorycnium pentaphyllum* ssp. *transmontanum*; *Narcissus triandus*; *Ruscus aculeatus*; *Santolina semidentata*; *Spiranthes aestivalis*; *Jasione crispa* ssp. *serpentinica*; e *Veronica micrantha* Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Rios Sabor e Mações, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março.



Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Rios Sabor e Mações verifica-se a ocorrência de 3 espécies da flora com presença significativa, das quais 2 assumem especial relevância para a conservação.

Tabela 8 - Espécies da flora do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1469	<i>Dianthus marizii</i>	cravina-transmontana	II; IV	Pouco preocupante
1888	<i>Festuca duriotagana</i>	festuca-dos-leitos-de-cheia	II; IV	Pouco preocupante
1892	<i>Holcus setiglumis</i> ssp. <i>duriensis</i>	erva-mole-do-douro	II; IV	Pouco preocupante

Nota: A flora a negrito corresponde a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes

Fonte: ICNF

- Espécies da fauna

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Rios Sabor e Mações, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março ocorrem com presença significativa 16 tipos de espécies da fauna, das quais 7 constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Rios Sabor e Mações verifica-se a ocorrência de 11 espécies da fauna com presença significativa, das quais 5 assumem especial relevância para a conservação.

As espécies da fauna estão representadas de acordo com o seu grupo faunístico: invertebrados; peixes; anfíbios e répteis; e mamíferos conforme consta nas tabelas seguintes, de acordo com o código da espécie, o nome científico, o nome comum, o anexo e a categoria de conservação.

- Invertebrados⁶

Tabela 9: Espécies da fauna (invertebrados) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1046	<i>Gomphus graslinii</i>	-	II; IV	Não avaliado

Fonte: ICNF

⁶ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Union Crassus*; *Macromia splendens*; e *Oxygastra curtisii*. Estas não foram considerados por não estarem identificados no Plano de Gestão Rios Sabor e Mações, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março.



- Peixes⁷

Tabela 10 - Espécies da fauna (peixes) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1116	<i>Pseudochondrostoma duriensis</i>	boga-do-norte	II	Pouco preocupante
1123	<i>Rutilus alburnoides</i>	bordalo	II	Vulnerável
1127	<i>Rutilus arcasii</i>	panjorca	II	Em perigo

Nota: A fauna a negrito corresponde a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Anfíbios e Répteis⁸

Tabela 11: Espécies da fauna (anfíbios e répteis) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	cágado-mediterrânico	II; IV	Pouco preocupante

Fonte: ICNF

- Mamíferos⁹

Tabela 12 - Espécies da fauna (mamíferos) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	morcego-negro	II; IV	Informação insuficiente
1352	<i>Canis lupus</i>	lobo	II; IV	Em perigo
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i>	toupeira-de-água	II; IV	Vulnerável
1355	<i>Lutra lutra</i>	lontra	II; IV	Pouco preocupante
1303	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	morcego-de-ferradura-pequena	II; IV	Vulnerável
1304	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	morcego-de-ferradura-grande	II; IV	Vulnerável

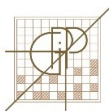
Nota: A fauna a negrito corresponde a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

⁷ Para além dos valores inventariados, identifica-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Luciobarbus bocagei*. Estas não foram considerados por não estarem identificados no Plano de Gestão Rios Sabor e Maças, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março.

⁸ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Alytes cisternasii*; *Alytes obstetricans*; *Rana ibérica*; *Chalcides bedriagai*; *Epidalea calamita*; *Hyla molleri*; *Rana perezi*; *Hemorrhois hippocrepis*. Estas não foram considerados por não estarem identificados no Plano de Gestão Rios Sabor e Maças, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março.

⁹ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Herpestes ichneumon*; *Pipistrellus pipistrellus*; *Pipistrellus kuhlii*; *Myotis daubentonii*; *Nyctalus leisleri*; *Nyctalus lasiopterus*; *Tadarida teniotis*; *Genetta genetta*; *Felis silvestris*; *Pipistrellus pygmaeus*; e *Hypsugo savii*. Estas não foram considerados por não estarem identificados no Plano de Gestão Rios Sabor e Maças, publicado pela Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março.



2.3. Zona Especial de Conservação Morais

- Habitats¹⁰

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março ocorrem com presença significativa 16 tipos de *habitats*, dos quais 6 constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Morais verifica-se a ocorrência de 16 *habitats* com presença significativa, dos quais 6 assumem especial relevância para a conservação.

Tabela 13 – Tipos de habitat do anexo I da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Designação
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i> .
5330	Matos termodinâmicos pré-desérticos.
6160	Prados oro-ibéricos de <i>Festuca indigesta</i>
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i> .
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene.
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i> .
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>).
8220	Vertentes rochosas silicosas com vegetação casmofítica.
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>.
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i> .
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>.
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i> .
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>.
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>.
9560	Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp.

Nota: Os habitats a negrito correspondem a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Espécie de flora¹¹

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março ocorrem com presença significativa 6 tipos de espécies de flora, das quais 3 constituem prioridades de conservação e para as quais se impõe medidas de gestão

¹⁰ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda os seguintes *habitats* na informação geográfica: 3130; 3150; 3280; 5110; 6410; 6430; e 9260. Estes não foram considerados por não estarem identificados no Plano de Gestão Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março.

¹¹ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da flora na informação geográfica: *Alyssum pintodasilvae*; *Anthyllis lusitanica*; *Dorycnium pentaphyllum* spp. *transmontanum*; *Jasione crispa* ssp. *serpentina*; *Narcissus bulbocodium*; *Narcissus triandus*; *Ruscus aculeatus*; *Scilla beirana*; e *Spiranthes aestivalis*. Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março.



mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Morais verifica-se a ocorrência de 6 espécies da flora com presença significativa, das quais 3 assumem especial relevância para a conservação.

Tabela 14 - Espécies da flora do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1469	<i>Dianthus laricifolius subsp. marizii</i>	cravina-transmontana	II; IV	Pouco preocupante
1888	<i>Festuca duriotagana</i>	festuca-dos-leitos-de-cheia	II; IV	Pouco preocupante
1885	<i>Festuca elegans</i>	festuca-elegante	II; IV	Pouco preocupante
1892	<i>Holcus setiglumis subsp. duriensis</i>	erva-mole-do-douro	II; IV	Pouco preocupante
1775	<i>Santolina semidentata</i>	marcetão-de-trás-os-montes	II; IV	Pouco preocupante
1733	<i>Veronica micrantha</i>	veronica-dos-arroios	II; IV	Quase ameaçado

Nota: A flora a negrito corresponde a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Espécie de fauna¹²

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março ocorrem com presença significativa 6 tipos de espécies da fauna, das quais 4 constituem prioridades de conservação e para as quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Morais verifica-se a ocorrência de 6 espécies da fauna com presença significativa, dos quais 4 assumem especial relevância para a conservação.

As espécies da fauna estão representadas de acordo com o seu grupo faunístico: anfíbios e répteis; mamíferos; e peixes, conforme consta nas tabelas seguintes, de acordo com o código da espécie, o nome científico, o nome comum, o anexo e a categoria de conservação.

¹² Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna (artrópodes) na informação geográfica: *Gomphus graslinii* e *Coenagrion mercuriale*. Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março.



- Peixes¹³

Tabela 15 - Espécies da fauna (peixes) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
5296	<i>Pseudochondrostoma duriense</i>	boga-do-norte	II	Pouco preocupante
6975	<i>Squalius alburnoides</i>	bordalo	II	Vulnerável

Nota: A fauna a negrito corresponde a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Anfíbios e répteis¹⁴

Tabela 16 - Espécies da fauna (anfíbios e répteis) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	cágado-mediterrânico	II; IV	Pouco preocupante

Fonte: ICNF

- Mamíferos¹⁵

Tabela 17 - Espécies da fauna (mamíferos) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1352	<i>Canis lupus</i>	lobo	II; IV	Em perigo
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i>	toupeira-de-água	II; IV	Vulnerável
1355	<i>Lutra lutra</i>	lontra	II; IV	Pouco preocupante

Nota: A fauna a negrito corresponde a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

¹³ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Rutilus arcasii*; *Luciobarbus bocagei*; *Cobitis calderoni*; e *Cobitis paludica*. Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março.

¹⁴ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Alytes cisternasii*; *Alytes obstetricans*; *Discoglossus galganoi*; *Mauremys orbicularis*; *Rana iberica*; *Lacerta schreiberi*; *Epidalea calamita*; *Rana perezi*; e *Hemorrhois hippocrepis*. Estas não foram consideradas por não estarem identificados no Plano de Gestão Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março.

¹⁵ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Barbastella barbastellus*; *Eptesicus serotinus*; *Felis silvestris*; *Genetta genetta*; *Miniopterus schreibersii*; *Pipistrellus pipistrellus*; *Pipistrellus kuhlii*; *Pipistrellus pygmaeus*; *Herpestes ichneumon*; *Hypsugo savii*; *Myotis myotis*; *Myotis blythii*; *Myotis daubentonii*; *Myotis emarginatus*; *Myotis nattereri*; *Microtus cabrae*; *Nyctalus leisleri*; *Nyctalus lasiopterus*; *Plecotus auritus*; *Plecotus austriacus*; *Tadarida teniotis*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus ferrumequinum*; . Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março.



2.4. Zona Especial de Conservação Romeu

- Habitats

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Romeu, publicado pela Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro ocorrem com presença significativa 10 tipos de *habitats*, dos quais 8 constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Romeu verifica-se a ocorrência de 9 *habitats* com presença significativa, dos quais 7 assumem especial relevância para a conservação.

Tabela 18 – Tipos de habitat do anexo I da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Designação
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>.
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>.
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>.
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>.
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus Excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>).
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340 ¹⁶	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>
9560	Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp.

Nota: Os habitats a negrito correspondem a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

- Espécie de flora¹⁷

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Romeu, publicado pela Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro não ocorrem com presença significativa tipos de espécies da flora.

¹⁶ Apesar de não estar a negrito no quadro apresentado no Plano de Gestão, este define medidas de conservação complementares para o habitat 9340, contempladas no subcapítulo 3.2.

¹⁷ Apesar do Plano de Gestão Romeu, publicado pela Portaria n.º 86-L/2026/1, de 23 de fevereiro não identificar espécies da flora, identificaram-se as seguintes espécies na informação geográfica: *Dorycnium pentaphyllum* ssp. *transmontanum*; *Ruscus aculeatus*; e *Narcissus triandus*.



- Espécie de fauna¹⁸

Segundo a informação constante no Plano de Gestão da ZEC Romeu, publicado pela Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro ocorrem com presença significativa 4 tipos de espécies da fauna, das quais 3 constituem prioridades de conservação e para as quais se impõe medidas de gestão mais urgentes, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em vigor pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual.

Do confronto da informação geográfica disponibilizada pelo ICNF para o concelho de Macedo de Cavaleiros com a informação inventariada no Plano de Gestão da ZEC Romeu verifica-se a ocorrência de 3 espécies da fauna com presença significativa, dos quais 2 assumem especial relevância para a conservação.

Estas espécies estão representadas de acordo com o seu grupo faunístico: mamíferos, como se pode observar através da consulta da tabela seguinte que está organizada consoante o código da espécie, o nome científico, o nome comum, o anexo correspondente e a categoria de conservação.

- Mamíferos¹⁹

Tabela 19 - Espécies da fauna (mamíferos) do anexo II da Diretiva Habitats com presença significativa na ZEC, com incidência em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Anexo	Categoria de conservação
1352	<i>Canis lupus</i>	lobo	II; IV	Em perigo
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i>	toupeira-de-água	II; IV	Vulnerável
1355	<i>Lutra lutra</i>	lontra	II; IV	Pouco preocupante

Nota: A fauna a negrito corresponde a valores que constituem prioridades de conservação e para os quais se impõe medidas de gestão mais urgentes.

Fonte: ICNF

¹⁸ Apesar do Plano de Gestão Romeu, publicado pela Portaria n.º 86-L/2026/1, de 23 de fevereiro não mencionar espécies da fauna associadas aos anfíbios e répteis, identificaram-se as seguintes espécies na informação geográfica: *Alytes obstetricans*; *Alytes cisternasii*; *Mauremys leprosa*; *Chalcides bedriagai*; *Epidalea calamita*; *Hyla molleri*; e *Rana perezi*. Para além destas, identificaram-se também, espécies da fauna associadas aos peixes: *Pseudochondrostoma duriensis*; *Squalius alburnoides*; e *Rutilus arcasii*.

¹⁹ Para além dos valores inventariados, identificaram-se ainda as seguintes espécies da fauna na informação geográfica: *Barbastella barbastellus*; *Miniopterus schreibersii*; *Pipistrellus pipistrellus*; *Pipistrellus kuhlii*; *Pipistrellus pygmaeus*; *Hypsugo savii*; *Myotis myotis*; *Myotis mystacinus*; *Myotis nattereri*; *Plecotus auritus*; *Plecotus austriacus*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus ferrumequinum*; . Estas não foram consideradas por não estarem identificadas no Plano de Gestão Morais, publicado pela Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março.



2.5. Zona de Proteção Especial de Montesinho/ Nogueira

- Aves

A lista de espécies de aves disponibilizada pelo ICNF, constantes do anexo I da Diretiva 79/409/CEE e migradoras não incluídas no anexo I que integram a ZPE de Montesinho/ Nogueira (PTZPE0003) correspondem a um total de 67 espécies referenciadas.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, e de acordo com a informação geográfica disponibilizada pelo ICNF verifica-se a ocorrência de 54 espécies de aves que interferem com a ZPE de Montesinho/ Nogueira.

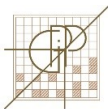
Tabela 20 - Espécies de aves (Anexo I da Diretiva 79/409/CEE) na ZPE de Montesinho/ Nogueira e não incluídas no Anexo I em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Espécie Alvo/Critério	Anexo I	Categoria de conservação
A255	<i>Anthus campestris</i>	petinha-dos-campos	C6	Sim	Pouco preocupante
A091	<i>Aquila chrysaetos</i>	águia-real	C6	Sim	Em perigo
A215	<i>Bubo bubo</i>	bufo-real	C6	Sim	Quase ameaçado
A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>	calhandrinha	C6	Sim	Pouco preocupante
A031	<i>Ciconia ciconia</i>	cegonha-branca	C6	Sim	Pouco preocupante
A030	<i>Ciconia nigra</i>	cegonha-negra	C6	Sim	Vulnerável
A080	<i>Circaetus gallicus</i>	águia-cobreira	C6	Sim	Quase ameaçado
A082	<i>Circus cyaneus</i>	tartaranhão-cinzento	C6	Sim	Criticamente em perigo
A084	<i>Circus pygargus</i>	águia-caçadeira	B3; C6	Sim	Em perigo
A103	<i>Falco peregrinus</i>	falcão-peregrino	C6	Sim	Vulnerável
A093	<i>Hieraaetus fasciatus</i>	águia-de-bonelli	B2; C6	Sim	Em perigo
A338	<i>Lanius collurio</i>	picanço-de-dorso-ruivo	C6	Sim	Quase ameaçado
A074	<i>Milvus milvus</i>	milhafre-real	C6	Sim	Vulnerável

Fonte: ICNF

Tabela 21 - Outras Aves do Anexo I da Diretiva 79/49/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I

Código	Espécie	Nome comum	Anexo I	Categoria de conservação
A247	<i>Alauda arvensis</i>	laverca	-	Pouco preocupante
A229	<i>Alcedo atthis</i>	guarda-rios-comum	Sim	Pouco preocupante
A256	<i>Anthus trivialis</i>	petinha-das-árvores	-	Quase ameaçado
A226	<i>Apus apus</i>	andorinhão-preto	-	Pouco preocupante
A221	<i>Asio otus</i>	bufo-pequeno	-	Informação insuficiente
A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>	noitibó-cinzento	Sim	Vulnerável
A225	<i>Caprimulgus ruficollis</i>	noitibó-de-nuca-vermelha	-	Vulnerável
A211	<i>Clamator glandarius</i>	cuco-rabilongo	-	Vulnerável
A113	<i>Coturnix coturnix</i>	codorniz	-	Pouco preocupante
A212	<i>Cuculus canorus</i>	cuco	-	Pouco preocupante
A253	<i>Delichon urbicum</i>	andorinha-dos-beirais	-	Pouco preocupante
A379	<i>Emberiza hortulana</i>	sombria	Sim	Informação insuficiente
A099	<i>Falco subbuteo</i>	ógea	-	Vulnerável
A245	<i>Galerida theklae</i>	cotovia-escura	Sim	Pouco preocupante
A300	<i>Hippolais polyglotta</i>	felosa-poliglota	-	Pouco preocupante



Código	Espécie	Nome comum	Anexo I	Categoria de conservação
A252	<i>Hirundo daurica</i>	andorinha-dáurica	-	Pouco preocupante
A251	<i>Hirundo rustica</i>	andorinha-das-chaminés	-	Pouco preocupante
A341	<i>Lanius senator</i>	picanço-barreteiro	-	Quase ameaçado
A246	<i>Lullula arborea</i>	cotovia-dos-bosques	Sim	Pouco preocupante
A271	<i>Luscinia megarhynchos</i>	rouxinol	-	Pouco preocupante
A230	<i>Merops apiaster</i>	abelharuco	-	Pouco preocupante
A073	<i>Milvus migrans</i>	milhafre-preto	Sim	Pouco preocupante
A280	<i>Monticola saxatilis</i>	melro-das-rochas	-	Em perigo
A319	<i>Muscicapa striata</i>	taralhão-cinzento	-	Quase ameaçado
A278	<i>Oenanthe hispanica</i>	chasco-ruivo	-	Vulnerável
A277	<i>Oenanthe oenanthe</i>	chasco-cinzento	-	Pouco preocupante
A337	<i>Oriolus oriolus</i>	papa-figos	-	Pouco preocupante
A214	<i>Otus scops</i>	mocho-de-orelhas	-	Informação insuficiente
A072	<i>Pernis apivorus</i>	bútio-vespeiro	Sim	Vulnerável
A274	<i>Phoenicurus phoenicurus</i>	rabirruivo-de-testa-branca	-	Pouco preocupante
A313	<i>Phylloscopus Bonelli</i>	felosa-de-papo-branco	-	Pouco preocupante
A315	<i>Phylloscopus collybita</i>	felosinha	-	Pouco preocupante
A249	<i>Riparia riparia</i>	andorinha-das-barreiras	-	Pouco preocupante
A210	<i>Streptopelia turtur</i>	rola-brava	-	Pouco preocupante
A310	<i>Sylvia borin</i>	toutinegra-das-figueiras	-	Vulnerável
A304	<i>Sylvia cantillans</i>	toutinegra-de-bigodes	-	Pouco preocupante
A309	<i>Sylvia communis</i>	papa-amoras	-	Pouco preocupante
A306	<i>Sylvia hortensis</i>	toutinegra-real	-	Quase ameaçado
A302	<i>Sylvia undata</i>	toutinegra-do-mato	Sim	Pouco preocupante
A285	<i>Turdus philomelos</i>	tordo-pinto	-	Quase ameaçado
A232	<i>Upupa epops</i>	poupa	-	Pouco preocupante

Fonte: ICNF



2.6. Zona de Proteção Especial de Rios Sabor e Mações

- Aves

A lista de espécies de aves disponibilizada pelo ICNF, constantes do anexo I da Diretiva 79/409/CEE e migradoras não incluídas no anexo I que integram a ZPE de Rios Sabor e Mações (PTZPE0037) correspondem a um total de 49 espécies referenciadas.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, e de acordo com a informação geográfica disponibilizada pelo ICNF verifica-se a ocorrência de 42 espécies de aves que interferem com a ZPE de Rios Sabor e Mações representadas na tabela seguinte.

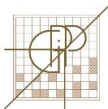
Tabela 22: Espécies de aves (Anexo I da Diretiva 79/409/CEE) na ZPE de Rios Sabor e Mações e não incluídas no Anexo I em Macedo de Cavaleiros

Código	Espécie	Nome comum	Espécie Alvo/Critério	Anexo I	Categoria de conservação
A091	<i>Aquila chrysaetos</i>	águia-real	C6	Sim	Em perigo
A215	<i>Bubo bubo</i>	bufo-real	C6	Sim	Quase ameaçado
A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>	calhandrinha	C6	Sim	Pouco preocupante
A030	<i>Ciconia nigra</i>	cegonha-negra	C6	Sim	Vulnerável
A080	<i>Circaetus gallicus</i>	águia-cobreira	C6	Sim	Quase ameaçado
A084	<i>Circus pygargus</i>	águia-caçadeira	B3; C6	Sim	Em perigo
A245	<i>Galerida theklae</i>	cotovia-escura	C6	Sim	Pouco preocupante
A078	<i>Gyps fulvus</i>	grifo	B2; C6	Sim	Quase ameaçado
A093	<i>Hieraetus fasciatus</i>	águia-de-bonelli	B2; C6	Sim	Em perigo
A246	<i>Lullula arborea</i>	cotovia-dos-bosques	C6	Sim	Pouco preocupante
A073	<i>Milvus migrans</i>	milhafre-preto	C6	Sim	Pouco preocupante
A074	<i>Milvus milvus</i>	milhafre-real	C6	Sim	Vulnerável
A077	<i>Neophron percnopterus</i>	abutre-de-egipto	B2; C6	Sim	Em perigo
-	<i>Passeriformes migradores caniais e galerias ripícolas</i>	-	A3; C6	-	-
-	<i>Passeriformes migradores de matos e bosques</i>	-	A3; C6	-	-

Fonte: ICNF

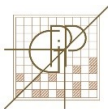
Tabela 23 - Outras Aves do Anexo I da Diretiva 79/49/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I

Código	Espécie	Nome comum	Anexo I	Categoria de conservação
A229	<i>Alcedo atthis</i>	guarda-rios-comum	Sim	Pouco preocupante
A255	<i>Anthus campestris</i>	petinha-dos-campos	Sim	Pouco preocupante
A226	<i>Apus apus</i>	andorinhão-preto	-	Pouco preocupante
A224	<i>Caprimulgus europaeus</i>	noitibó-cinzento	Sim	Vulnerável
A225	<i>Caprimulgus ruficollis</i>	noitibó-de-nuca-vermelha	-	Vulnerável
A211	<i>Clamator grandarius</i>	cuco-rabilongo	-	Vulnerável
A113	<i>Coturnix coturnix</i>	codorniz	-	Pouco preocupante
A212	<i>Cuculus canorus</i>	cuco	-	Pouco preocupante



Código	Espécie	Nome comum	Anexo I	Categoria de conservação
A253	<i>Delichon urbicum</i>	andorinha-dos-beirais	-	Pouco preocupante
A379	<i>Emberiza hortulana</i>	sombria	Sim	Informação insuficiente
A099	<i>Falco subbuteo</i>	ógea	-	Vulnerável
A092	<i>Hieraaetus pennatus</i>	águia-calçada	Sim	Quase ameaçado
A300	<i>Hippolais polyglotta</i>	felosa-poliglota	-	Pouco preocupante
A252	<i>Hirundo daurica</i>	andorinha-dáurica	-	Pouco preocupante
A251	<i>Hirundo rustica</i>	andorinha-das-chaminés	-	Pouco preocupante
A341	<i>Lanius senator</i>	picanço-barreteiro	-	Quase ameaçado
A271	<i>Luscinia megarhynchos</i>	rouxinol	-	Pouco preocupante
A230	<i>Merops apiaster</i>	abelharuco	-	Pouco preocupante
A278	<i>Oenanthe hispânica</i>	chasco-ruivo	-	Vulnerável
A277	<i>Oenanthe oenanthe</i>	chasco-cinzento	-	Pouco preocupante
A337	<i>Oriolus oriolus</i>	papa-figos	-	Pouco preocupante
A214	<i>Otus scops</i>	mocho-de-orelhas	-	Informação insuficiente
A210	<i>Streptopelia turtur</i>	rola-brava	-	Pouco preocupante
A303	<i>Sylvia conspicillata</i>	toutinegra-tomilheira	-	Quase ameaçado
A302	<i>Sylvia undata</i>	toutinegra-do-mato	Sim	Pouco preocupante
A285	<i>Turdus philomelos</i>	tordo-pinto	-	Quase ameaçado
A232	<i>Upupa epops</i>	poupa	-	Pouco preocupante

Fonte: ICNF

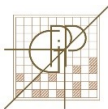


3. CONFORMIDADE DO PDM COM A REDE NATURA 2000

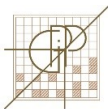
De acordo com os diplomas legais publicados no âmbito da Rede Natura 2000, mostra-se pertinente fazer referência à definição de objetivos, que visam contribuir para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação favorável dos tipos de habitats e das espécies protegidas no âmbito do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual. Para além destes, refere-se a definição de medidas de conservação, que se subdividem em medidas de ordenamento o território e medidas de gestão.

Neste âmbito, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março consideram-se os objetivos de conservação definidos para a **ZEC Montesinho/Nogueira**:

- a) *Para os tipos de habitat e espécies de flora higrófilos e turfófilos:*
 - i) *Manter o grau de conservação do habitat 3130 — Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da Littorelletea uniflorae e ou da Isoeto-Nanojuncetea e travar a tendência de declínio da área ocupada pelo habitat na ZEC;*
 - ii) *Manter o grau de conservação do habitat 4020 — Charnecas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix e a área ocupada pelo habitat na ZEC;*
 - iii) *Manter o grau de conservação do habitat 6230 — Formações herbáceas de Nardus, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental) na ZEC e travar a tendência de declínio da área ocupada pelo habitat na ZEC;*
 - iv) *Manter o grau de conservação do habitat de Eryngium viviparum e aumentar a área de ocorrência e o tamanho da população;*
- b) *Para os tipos de habitat e espécies do mosaico agroflorestal ripário e tempori-higrófilo:*
 - i) *Manter o grau de conservação do habitat 6430 — Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino e a área ocupada pelo habitat na ZEC;*
 - ii) *Manter o grau de conservação do habitat 6510 — Prados de feno pobres de baixa altitude (Alopecurus pratensis, Sanguisorba officinalis) e travar a tendência de declínio da área ocupada pelo habitat na ZEC;*
 - iii) *Manter o grau de conservação do habitat 9160 — Carvalhais pedunculados ou florestas mistas de carvalhos e carpas subatlânticas e médio-europeias da Carpinion betuli e fomentar a recuperação das áreas potenciais coincidentes com regimes de proteção de grau superior na ZEC;*
 - iv) *Melhorar o grau de conservação do habitat 91B0 — Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia e fomentar a recuperação das áreas potenciais coincidentes com regimes de proteção de grau superior na ZEC;*



- v) Melhorar o grau de conservação do habitat 91E0 — Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) e travar a tendência de declínio da área ocupada pelo habitat na ZEC;
- vi) Manter o grau de conservação do habitat de *Veronica micrantha* e manter o tamanho da população na ZEC;
- vii) Manter o grau de conservação do habitat de *Achondrostoma arcasii*, *Cobitis calderoni*, *Pseudochondrostoma duriense* e *Squalius alburnoides* e promover o incremento da população na ZEC;
- viii) Manter o grau de conservação do habitat de *Euplagia quadripunctaria*;
- ix) Manter o grau de conservação do habitat de *Margaritifera margaritifera* e aumentar o tamanho da população na ZEC;
- x) Manter o grau de conservação do habitat de *Lacerta schreiberi*;
- xi) Manter o grau de conservação do habitat de *Galemys pyrenaicus* e promover o incremento da população na ZEC;
- xii) Manter o grau de conservação de *Lutra lutra*;
- c) Para os tipos de habitat e espécies florestais meso e xerófilas:
 - i) Manter o grau de conservação do habitat 9230 — Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* e manter a área ocupada pelo habitat na ZEC;
 - ii) Manter o grau de conservação do habitat 9260 — Florestas de *Castanea sativa* e travar a tendência de declínio da área ocupada pelo habitat na ZEC;
 - iii) Manter o grau de conservação do habitat 9340 — Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia* e manter a área ocupada pelo habitat na ZEC;
 - iv) Manter o grau de conservação do habitat de *Festuca elegans*;
 - v) Melhorar o grau de conservação do habitat de *Leuzea rhaponticoides* e aumentar o tamanho da população na ZEC;
 - vi) Manter o grau de conservação de *Barbastella barbastellus*;
- d) Para os tipos de habitat e espécies de flora pratenses meso e xerófilas e rupestres, sobretudo ultramáficos:
 - i) Manter o grau de conservação do habitat 6160 — Prados oro-ibéricos de *Festuca indigesta* e travar a tendência de declínio da área ocupada pelo habitat na ZEC;
 - ii) Manter o grau de conservação do habitat 6220 — Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* e travar a tendência de declínio da área ocupada pelo habitat na ZEC;
 - iii) Manter o grau de conservação do habitat 8220 — Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica e manter a área ocupada pelo habitat na ZEC;
 - iv) Manter o grau de conservação do habitat da espécie de *Dianthus laricifolius* subsp. *marizii*;
 - v) Manter o grau de conservação do habitat de *Festuca brigantina*;
 - vi) Manter o grau de conservação do habitat de *Festuca summilusitana*;
 - vii) Manter o grau de conservação do habitat de *Jasione crispa* subsp. *serpentinica*;



- viii) *Manter o grau de conservação do habitat de Linaria coutinhoi;*
- ix) *Manter o grau de conservação do habitat de Narcissus asturiensis;*
- x) *Manter o grau de conservação do habitat de Santolina semidentata*
- e) *Para as espécies de mamíferos carnívoros não ribeirinhos:*
 - i) *Manter as condições necessárias à ocorrência da população reprodutora de Canis lupus na ZEC;*
 - ii) *Melhorar o grau de conservação do habitat da espécie de Felis silvestris e aumentar o tamanho da população na ZEC;*
- f) *Para os restantes valores naturais:*
 - i) *Manter a condição ecológica que estes valores apresentam atualmente na ZEC.*

Para além dos objetivos específicos de conservação da ZEC foram identificadas medidas de conservação necessárias para atingir os mesmos, nomeadamente **Medidas de ordenamento do território e Medidas de gestão**, que se apresentam de seguida de acordo com as disposições regulamentares impostas pelo Decreto-Lei n.º 31/2025, de 20 de março:

Artigo 3.º - Medidas de ordenamento do território

1 — Na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Montesinho/Nogueira, é obrigatória a sua identificação bem como o estabelecimento de um regime de uso do solo que garanta os objetivos previstos no presente decreto-lei.

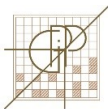
2 — Para o cumprimento do disposto no número anterior, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Montesinho/Nogueira devem incluir normas que interditem a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:

a) De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação e atividades agrícolas ou florestais;

b) De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;

c) De obras de reconstrução, demolição, conservação e ampliação desde que, no caso de construções detentoras de licença de utilização habitacional e com fins habitacionais, a área de ampliação das preexistências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300 m² e, no caso de empreendimentos de turismo, a ampliação das preexistências com uso habitacional ou turístico com uma área mínima de 300 m², isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, da qual não resulte uma área de implantação superior a 1000 m², em piso único e nucleada com uma das preexistências;

d) De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto



Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território.

3 — Para o cumprimento do disposto no n.º 1, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Montesinho/Nogueira devem incluir normas que condicionem a parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), os seguintes atos e atividades:

a) A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas a), b) e d) do número anterior e as ampliações não interditas referidas na alínea c), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território, e das ampliações que não excedam 50 % da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100 m²;

b) A instalação de infraestruturas de energia renovável em solo rústico, excetuando:

i) As localizadas nas categorias de solo rústico aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa identificadas em plano municipal de ordenamento do território;

ii) As instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas; e

iii) As unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;

c) A construção de atravessamentos e proteções marginais de linhas de água;

d) A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;

e) A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes, e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação, em solo rústico.

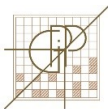
4 — Até à revisão ou alteração dos planos territoriais referidos no n.º 1 e no sentido da sua conformidade com o disposto no número anterior, a edificação em solo rústico fica sujeita a parecer favorável do ICNF, I. P.

5 — Os pareceres do ICNF, I. P., previstos nos n.os 3 e 4 devem ser emitidos no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

6 — A ausência de parecer do ICNF, I. P., no prazo previsto no número anterior equivale à emissão de parecer favorável.

7 — Cabe recurso dos pareceres desfavoráveis para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

8 — O disposto no n.º 4 não se aplica à edificação em solo rústico cujos planos territoriais à data da entrada em vigor do presente decreto-lei já cumpram os requisitos previstos nos n.os 1 e 3.



Artigo 4.º - Medidas de gestão

1 — Na ZEC Montesinho/Nogueira são interditos os seguintes atos ou atividades:

a) *Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico e as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, exceto quando visem a proteção ou restabelecimento do ecossistema ribeirinho, incluindo razões fitossanitárias ou em situações em que estejam em causa a segurança de pessoas e bens, desde que autorizadas pelo ICNF, I. P.;*

b) *As alterações da configuração e topografia das zonas húmidas e respetiva faixa tampão, designadamente em áreas de ocorrência dos tipos de habitat 3130, 4020 e 6230, exceto intervenções destinadas a repor as funções ecológicas destes tipos de habitat, desde que autorizadas pelo ICNF, I. P.;*

c) *A alteração entre tipos de uso agrícola nas áreas de ocorrência dos tipos de habitat 4020, 6160, 6220 e 6510, bem como de *Narcissus asturiensis*;*

d) *A realização de cortes rasos de vegetação arbórea autóctone:*

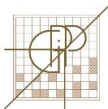
i) *Em áreas integradas no regime de proteção parcial do tipo I (PP1) do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, exceto quando estiverem em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente na matéria;*

ii) *Acima de 500 m² contíguos, em áreas integradas no regime de proteção parcial do tipo II (PP2) do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, exceto quando estiverem em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente na matéria ou de segurança de pessoas e bens;*

iii) *Acima de 750 m² contíguos, na restante área não integrada em regime de proteção parcial do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, exceto quando estiverem em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente na matéria ou de segurança de pessoas e bens;*

e) *As mobilizações de solo no interior de formações arbóreas que constituem habitats florestais protegidos (exceto em ações de combate a incêndios florestais, na implementação de projetos devidamente aprovados pelo ICNF, I. P., ou quando previsto em planos de gestão específicos devidamente aprovados por este Instituto);*

f) *As atividades motorizadas, desportivas e recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico;*



g) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras.

2 — Na ZEC Montesinho/Nogueira são condicionados a parecer favorável do ICNF, I. P., os seguintes atos ou atividades:

*a) As arborizações e rearborizações, garantindo a sua execução de outubro a março de forma a evitar os períodos de reprodução da maioria das espécies da fauna, bem como a proteção das áreas de ocorrência de *Leuzea rhaponticoides* (sin. *Rhaponticum exaltatum*);*

b) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;

c) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas, em solo rústico.

3 — O parecer previsto no número anterior deve ser emitido no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

4 — O prazo referido no número anterior suspende-se, nas situações previstas no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, desde a data da proposta do procedimento da avaliação de impacto ambiental até à decisão sobre a realização desse procedimento.

5 — A ausência de parecer no prazo previsto no n.º 3 equivale à emissão de parecer favorável.

6 — Cabe recurso, dos pareceres desfavoráveis, para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

7 — Na elaboração, alteração ou revisão do programa especial do Parque Natural de Montesinho, cuja área de intervenção incide sobre a ZEC Montesinho/Nogueira, deve ser estabelecido um regime de proteção que garanta os objetivos previstos no presente decreto-lei e demais instrumentos que definam as regras para a respetiva conservação, pelo que o programa especial e o regulamento de gestão da área protegida devem incluir as normas relativas aos atos e atividades referidos nos n.os 1 e 2.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 61/2026, de 24 de fevereiro, os objetivos de conservação definidos para a **ZEC Rios Sabor e Mações**:

a) Para os tipos de habitat e espécies de água doce, ripícolas e higrófilos:

*i) Melhorar o grau de conservação e travar o declínio da área do habitat 3130 — Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da *Littorelletea uniflorae* e/ou da *Isoeto-Nanojuncetea*;*

*ii) Melhorar o grau de conservação e inverter o declínio da área do habitat 3260 — Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*;*



iii) Manter o grau de conservação do habitat 3280 — Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*;

iv) Manter o grau de conservação do habitat 3290 — Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion;

v) Manter o grau de conservação e travar o declínio da área do habitat 5110 — Formações estáveis xerotermófilas de *Buxus sempervirens* das vertentes rochosas (*Berberidion* p.p.);

vi) Manter o grau de conservação e travar o declínio da área do habitat 6160 — Prados oro-ibéricos de *Festuca indigesta* (subtipo pt4 — Matos rasteiros de leitos de cheias rochosos de grandes rios);

vii) Manter o grau de conservação do habitat 6420 — Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*;

viii) Melhorar o grau de conservação e aumentar a área do habitat 91B0 — Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*;

ix) Manter o grau de conservação e travar o declínio da área do habitat 91E0 — Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*);

x) Manter o grau de conservação e travar o declínio da área do habitat 92A0 — Florestas-galeria de *Salix alba* e *Populus alba*;

xi) Manter o grau de conservação do habitat de *Dianthus loricifolius* subsp. *marizii*;

xii) Manter o grau de conservação do habitat de *Festuca duriotagana*;

xiii) Melhorar o grau de conservação do habitat de *Cobitis paludica*;

xiv) Melhorar o grau de conservação do habitat de *Achondrostoma arcasii*;

xv) Melhorar o grau de conservação do habitat de *Squalius alburnoides*;

xvi) Manter o grau de conservação do habitat de *Pseudochondrostoma duriense*;

xvii) Melhorar o grau de conservação do habitat de *Galemys pyrenaicus*;

xviii) Manter o grau de conservação do habitat de *Lutra lutra* e *Mauremys leprosa*;

b) Para os tipos de habitat e espécies rupestres, de prados, matos e matagais mesófilos a xerófilos:

i) Manter o grau de conservação do habitat 4030 — Charnecas secas europeias;

ii) Manter o grau de conservação do habitat 5210 — Matagais arborescentes de *Juniperus* spp.;



iii) *Manter o grau de conservação do habitat 5330 — Matos termomediterrânicos pré-desérticos;*

iv) *Manter o grau de conservação do habitat 6160 — Prados oro-ibéricos de Festuca indigesta (subtipo pt3 — Matos rasteiros silibasófilos);*

v) *Manter o grau de conservação do habitat 6220 — Subestepes de gramíneas e anuais da Thero- -Brachypodietea;*

vi) *Manter o grau de conservação do habitat 8220 — Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica;*

vii) *Manter o grau de conservação do habitat 8230 — Rochas siliciosas com vegetação pioneira da Sedo-Scleranthion ou da Sedo albi-Veronicion dillenii;*

viii) *Manter o grau de conservação do habitat de Holcus setiglumis subsp. duriensis;*

c) *Para os tipos de habitat e espécies de bosques mesófilos e xerófilos:*

i) *Melhorar o grau de conservação e aumentar área do habitat 9240 — Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis;*

ii) *Manter o grau de conservação e inverter o declínio da área do habitat 9330 — Florestas de Quercus suber;*

iii) *Manter o grau de conservação e inverter o declínio da área do habitat 9340 — Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia;*

iv) *Melhorar o grau de conservação do habitat 9560 — Florestas endémicas de Juniperus spp.;*

d) *Para o lobo:*

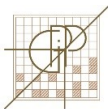
i) *Manter o grau de conservação do habitat de Canis lupus.*

Para além dos objetivos específicos de conservação da ZEC foram identificadas medidas de conservação necessárias para atingir os mesmos, nomeadamente **Medidas de ordenamento do território** e **Medidas de gestão**, que se apresentam de seguida de acordo com as disposições regulamentares impostas pelo Decreto-Lei n.º 61/2026, de 24 de fevereiro:

Artigo 3.º - Medidas de ordenamento do território

1 — *Na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Rios Sabor e Mações, é obrigatória a sua identificação bem como o estabelecimento de um regime de uso do solo que garanta os objetivos previstos no presente decreto-lei.*

2 — *Para o cumprimento do disposto no número anterior, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Rios Sabor e Mações devem incluir normas que interditem os seguintes atos e atividades:*



a) *A edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:*

i) *De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, recreio e lazer, desporto, atividades de animação turística e atividades agrícolas ou florestais;*

ii) *De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.é 5/2019, de 27 de setembro;*

iii) *De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.é 1 do artigo 17.  do Decreto Regulamentar n.  15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território;*

iv) *De obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação;*

v) *De obras de ampliação para fins habitacionais de constru  es com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, desde que a área de ampliação das preexistências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300 m² ;*

vi) *De obras de ampliação para fins turísticos de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, ou com uso turístico, desde que a ampliação das preexistências, com uma área mínima de 300 m² , isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, não resulte numa área de implantação superior a 1000 m² , em piso único e nucleada com uma das preexistências;*

b) *A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada.*

3 — *Para o cumprimento do disposto no n.é 1, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Rios Sabor e Maças devem incluir normas que condicionem a parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), os seguintes atos e atividades, em solo rústico:*

a) *A edificação não interdita prevista nas subalíneas i) a iii) da alínea a) do número anterior, com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território e das obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação previstas na subalínea iv) da alínea a) do número anterior;*

b) *As obras de ampliação n o interditas previstas nas subalíneas v) e vi) da alínea a) do número anterior, com exceção das amplia  es que não excedam 50 % da área de implantação existente ou das quais n o resulte uma área total de ampliação superior a 100 m² ;*

c) *A alteração do uso atual do solo rústico nas áreas ocupadas por tipos de habitat ou espécies com presença significativa na ZEC;*



d) A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação;

e) A instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis, com exceção:

i) Das localizadas em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento do território;

ii) Das instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas;

iii) Das unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

4 — Até à revisão ou alteração dos planos territoriais referidos no n.º 1 e no sentido da sua conformidade com o disposto nos números anteriores, a edificação em solo rústico fica sujeita a parecer favorável do ICNF, I. P.

5 — Os pareceres do ICNF, I. P., previstos nos n.os 3 e 4 devem ser emitidos no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

6 — O prazo referido no número anterior suspende-se nos casos em que, nos termos da lei, haja lugar a avaliação de incidências ambientais e em que esta avaliação seja feita sob a forma de procedimento de avaliação de impacto ambiental, desde a data da proposta do referido procedimento até à emissão da decisão que venha a ser proferida no âmbito do mesmo nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.

7 — A ausência de parecer do ICNF, I. P., no prazo previsto no n.º 5 equivale à emissão de parecer favorável.

8 — Cabe recurso dos pareceres desfavoráveis para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

9 — O disposto no n.º 4 não se aplica à edificação em solo rústico cujos planos territoriais à data da entrada em vigor do presente decreto-lei já cumpram os requisitos previstos nos n.os 1 e 3.

Artigo 4.º - Medidas de gestão

1 — Na ZEC Rios Sabor e Maçãs são interditos os seguintes atos ou atividades, em solo rústico:

a) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras;

b) O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;

c) As alterações da configuração, da topografia e do uso atual do solo de zonas húmidas e respetivas faixas tampão, bem como as modificações das



condições naturais de escoamento, salvo as que decorram das normais atividades agrícolas e florestais, e com exceção, desde que autorizadas pelo ICNF, I. P.:

i) Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;

ii) Das intervenções destinadas à conservação de valores naturais ou à reposição das funções ecológicas destes tipos de habitat;

d) As mobilizações de solo no interior de formações arbóreas que correspondam a tipos de habitats florestais 91B0, 91E0, 92A0, 9240, 9330, 9340, 9560;

e) As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito;

f) A prática de campismo, de caravanismo ou de outras formas de pernoita quando realizada fora dos locais destinados para o efeito.

2 — Na ZEC Rios Sabor e Maços são condicionados a parecer favorável do ICNF, I. P., os seguintes atos ou atividades, em solo rústico:

a) Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico, as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema;

b) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna não classificadas como invasoras, nos termos dos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho;

c) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;

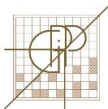
d) As ações de arborização e rearborização;

e) As modificações do coberto vegetal que envolvam formações de buxo (habitat 5110), zimbrais arborescentes (habitat 5210), prados oro-ibéricos de Festuca indigestea (habitat 6160), subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea (habitat 6220), freixiais (habitat 91B0), amiais (habitat 91E0), carvalhais (habitat 9240), salgueirais (habitat 92A0), sobreirais (habitat 9330), azinhais (habitat 9340) e/ou 9560 (zimbrais), bem como aquelas resultantes de alterações entre tipos de uso agrícola e florestal não interditas em áreas ocupadas por tipos de habitat e espécies com presença significativa na ZEC;

f) A instalação de culturas agrícolas permanentes;

g) A alteração da morfologia ou topografia do solo, designadamente através da armação do solo em socacos, terraços ou banquetas;

h) A prospeção e pesquisa de recursos geológicos e a exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos;



i) A extração de recursos biológicos e genéticos para fins de investigação científica e monitorização;

j) As operações de gestão sedimentar;

k) O desvio ou a condução de águas, bem como a instalação de novos aproveitamentos hídricos para abastecimento público ou para rega;

l) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas;

m) A prática de escalada e atividades afins.

3 — O parecer previsto no número anterior deve ser emitido no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

4 — O prazo referido no número anterior suspende-se nos casos em que, nos termos da lei, haja lugar a avaliação de incidências ambientais e em que esta avaliação seja feita sob a forma de procedimento de avaliação de impacto ambiental, desde a data da proposta do referido procedimento até à emissão da decisão que venha a ser proferida no âmbito do mesmo nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.

5 — A ausência de parecer no prazo previsto no n.º 3 equivale à emissão de parecer favorável.

6 — Cabe recurso dos pareceres desfavoráveis para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

Consideram-se ainda, de acordo com o Decreto-Lei n.º 32/2025, de 20 de março, os objetivos de conservação definidos para a **ZEC Morais**:

- a) Para os tipos de habitat e espécies fluviais e tempori-higrófilas:*
 - i) Melhorar o grau de conservação do habitat 91B0 — Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia;*
 - ii) Manter o grau de conservação do habitat de Holcus setiglumis subsp. duriensis;*
 - iii) Melhorar o grau de conservação do habitat de Galemys pyrenaicus;*
 - iv) Melhorar o grau de conservação do habitat de Pseudochondrostoma duriense;*
 - v) Melhorar o grau de conservação do habitat de Squalius alburnoides;*
- b) Para os tipos de habitat florestais mesófilos e xerófilos:*
 - i) Melhorar o grau de conservação do habitat 9240 — Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis;*
 - ii) Melhorar o grau de conservação do habitat 9330 — Florestas de Quercus suber;*
 - iii) Melhorar o grau de conservação do habitat 9340 — Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia;*
 - iv) Manter o grau de conservação do habitat 9560 — Florestas endémicas de Juniperus spp.;*



- c) *Para os tipos de habitat e das espécies de prados e matos rasteiros ultramáficos:*
 - i) *Manter o grau de conservação do habitat 6160 — Prados oro-ibéricos de Festuca indigesta;*
 - ii) *Manter o grau de conservação do habitat de Dianthus laricifolius subsp. marizii;*
 - iii) *Manter o grau de conservação do habitat de Santolina semidentata;*
- d) *Para o lobo:*
 - i) *Manter as condições necessárias à ocorrência da população reprodutora de Canis lúpus;*
- e) *Para os restantes valores naturais:*
 - i) *Manter a condição ecológica que estes valores apresentam atualmente na ZEC.*

Para além dos objetivos específicos de conservação da ZEC foram identificadas medidas de conservação necessárias para atingir os mesmos, nomeadamente **Medidas de ordenamento do território e Medidas de gestão**, que se apresentam de seguida de acordo com as disposições regulamentares impostas pelo Decreto-Lei n.º 32/2025, de 20 de março:

Artigo 3.º - Medidas de ordenamento do território

1 — *Na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Morais, é obrigatória a sua identificação bem como o estabelecimento de um regime de uso do solo que garanta os objetivos previstos no presente decreto-lei.*

2 — *Para o cumprimento do disposto no número anterior, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Morais devem incluir normas que interditem a edificação em solo rústico, com exceção:*

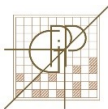
a) *De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento;*

b) *De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, turismo e atividades agrícolas ou florestais;*

c) *De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;*

d) *De obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação, desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50 % da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100 m².*

3 — *Para o cumprimento do disposto no n.º 1, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Morais devem incluir normas que condicionem a parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I. P.):*



a) A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas a) a c) do número anterior, excetuando a que incida em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento;

b) A instalação de infraestruturas aéreas ou subterrâneas de eletricidade, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de abastecimento de água e de saneamento básico, bem como de aproveitamento de energias renováveis ou similares, com exceção da instalação de unidades de produção para autoconsumo se localizadas em solo urbano ou nas outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, garantindo a não afetação do habitat 6160 e das espécies *Dianthus laricifolius* subsp. *marizii*, *Santolina semidentata* e *Holcus setigulum* subsp. *duriensis*;

c) A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;

d) A abertura de novas estradas ou caminhos, ou o alargamento de existentes, em solo rústico, garantindo a não sobreposição com áreas de ocorrência do habitat 6160 e a não afetação das espécies serpentinícolas *Dianthus laricifolius* subsp. *marizii* e *Santolina semidentata*.

4 — Até à revisão ou alteração dos planos territoriais referidos no n.º 1 e no sentido da sua conformidade com o disposto no número anterior, a edificação em solo rústico, com exceção das situações referidas na alínea a) do número anterior, fica sujeita a parecer favorável do ICNF, I. P.

5 — Os pareceres do ICNF, I. P., previstos nos n.os 3 e 4 devem ser emitidos no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

6 — A ausência de parecer do ICNF, I. P., no prazo previsto no número anterior equivale à emissão de parecer favorável.

7 — Cabe recurso dos pareceres desfavoráveis para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

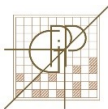
8 — O disposto no n.º 4 não se aplica à edificação em solo rústico cujos planos territoriais à data da entrada em vigor do presente decreto-lei já cumpram os requisitos previstos nos n.os 1 e 3.

Artigo 4.º - Medidas de gestão

1 — Na ZEC Morais são interditos os seguintes atos ou atividades:

a) A alteração entre tipos de uso agrícola nas áreas de ocorrência dos tipos de habitat 6160, 6220, 6420 e 6510;

b) A realização de cortes rasos e de arranque de maciços de freixiais (habitat 91B0), de amiais (habitat 91E0), de carvalhais (habitat 9240) e de zimbrais (habitat 9560), exceto quando estiverem em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente na matéria ou de segurança de pessoas e bens;



c) Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico e as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, exceto quando visem a proteção ou restabelecimento do ecossistema ribeirinho, incluindo razões fitossanitárias ou em situações em que possam estar em causa a segurança de pessoas e bens, desde que autorizadas pelo ICNF, I. P.;

d) As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico;

e) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras.

2 — Na ZEC Morais são condicionados a parecer favorável do ICNF, I. P., os seguintes atos ou atividades:

a) O corte de matos de sobcoberto de azinhal (habitat 9340), sobreiral (habitat 9330) e zimbral (habitat 9560);

b) As ações de arborização e rearborização;

c) A instalação de culturas arbóreas ou arbustivas permanentes;

d) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas em solo rústico;

e) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna.

3 — O parecer previsto no número anterior deve ser emitido no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

4 — O prazo referido no número anterior suspende-se, nas situações previstas no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, desde a data da proposta do procedimento da avaliação de impacto ambiental até à decisão sobre a realização desse procedimento.

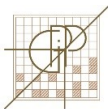
5 — A ausência de parecer no prazo previsto no n.º 3 equivale à emissão de parecer favorável.

6 — Cabe recurso dos pareceres desfavoráveis para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

Consideram-se ainda, de acordo com o Decreto-Lei n.º 17/2026, de 27 de janeiro, os objetivos de conservação definidos para a **ZEC Romeu**:

a) Para os tipos de habitat e espécies aquáticos, higrófilos e ripícolas:

i) Manter o grau de conservação do habitat 3150 — Lagos eutróficos naturais com vegetação da Magnopotamion ou da Hydrocharition;



- ii) *Manter o grau de conservação do habitat 3260 — Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitricho-Batrachion;*
- iii) *Melhorar o grau de conservação do habitat 91B0 — Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia e favorecer o processo natural de recuperação de área deste habitat;*
- iv) *Melhorar o grau de conservação do habitat 91E0 — Florestas aluviais de Alnus glutinosa e Fraxinus excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae) e reverter a tendência de declínio;*
- v) *Melhorar o grau de conservação de Galemys pyrenaicus;*
- vi) *Manter o grau de conservação de Lutra lutra;*
- b) *Para os tipos de habitat florestais mesófilos e xerófilos:*
 - i) *Manter o grau de conservação do habitat 9240 — Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis;*
 - ii) *Manter o grau de conservação do habitat 9330 — Florestas de Quercus;*
 - iii) *Manter o grau de conservação do habitat 9560 — Florestas endémicas de Juniperus spp.;*
- c) *Para os tipos de habitat de vegetação pioneira e pratense mesófila a xerófila:*
 - i) *Melhorar o grau de conservação do habitat 6220 — Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea;*
 - ii) *Manter o grau de conservação do habitat 8220 — Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica;*
- d) *Para o lobo:*
 - i) *Proporcionar condições favoráveis à presença significativa de Canis lupus.*

Para além dos objetivos específicos de conservação da ZEC foram identificadas medidas de conservação necessárias para atingir os mesmos, nomeadamente **Medidas de ordenamento do território** e **Medidas de gestão**, que se apresentam de seguida de acordo com as disposições regulamentares impostas pelo Decreto-Lei n.º 17/2026, de 27 de janeiro:

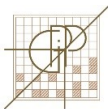
Artigo 3.º - Medidas de ordenamento do território

1 — Na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Romeu, é obrigatória a sua identificação bem como o estabelecimento de um regime de uso do solo que garanta os objetivos previstos no presente decreto-lei.

2 — Para o cumprimento do disposto no número anterior, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Romeu devem incluir normas que interditem os seguintes atos e atividades:

a) A edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:

i) De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, recreio e lazer, desporto, atividades de animação turística e atividades agrícolas ou florestais;



ii) De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;

iii) De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território;

iv) De obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação;

v) De obras de ampliação para fins habitacionais de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, desde que a área de ampliação das pré-existências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300 m² ;

vi) De obras de ampliação para fins turísticos de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, ou com uso turístico, desde que a ampliação das pré-existências, com uma área mínima de 300 m² , isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, não resulte numa área de implantação superior a 1000 m² , em piso único e nucleada com uma das pré-existências;

b) A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada.

3 — Para o cumprimento do disposto no n.º 1, os planos territoriais cuja área de intervenção incida sobre a ZEC Romeu devem incluir normas que condicionem a parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), os seguintes atos e atividades, em solo rústico:

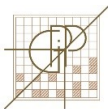
a) A edificação não interdita prevista nas subalíneas i) a iii) da alínea a) do número anterior, com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território e das obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação previstas na subalínea iv) da alínea a) do número anterior;

b) As obras de ampliação não interditas previstas nas subalíneas v) e vi) da alínea a) do número anterior, com exceção das ampliações que não excedam 50 % da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100 m²;

c) A alteração do uso atual do solo rústico nas áreas ocupadas por tipos de habitat ou espécies com presença significativa na ZEC;

d) A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação;

e) A instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis, com exceção:



i) Das localizadas em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento do território;

ii) Das instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas;

iii) Das unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

4 — Até à revisão ou alteração dos planos territoriais referidos no n.º 1 e no sentido da sua conformidade com o disposto nos números anteriores, a edificação em solo rústico fica sujeita a parecer favorável do ICNF, I. P.

5 — Os pareceres do ICNF, I. P., previstos nos n.os 3 e 4 devem ser emitidos no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

6 — O prazo referido no número anterior suspende-se nos casos em que, nos termos da lei, haja lugar a avaliação de incidências ambientais e em que esta avaliação seja feita sob a forma de procedimento de avaliação de impacto ambiental, desde a data da proposta do referido procedimento até à emissão da decisão que venha a ser proferida no âmbito do mesmo nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.

7 — A ausência de parecer do ICNF, I. P., no prazo previsto no n.º 5 equivale à emissão de parecer favorável.

8 — Cabe recurso dos pareceres desfavoráveis para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

9 — O disposto no n.º 4 não se aplica à edificação em solo rústico cujos planos territoriais à data da entrada em vigor do presente decreto-lei já cumpram os requisitos previstos nos n.os 1 e 3.

Artigo 4.º - Medidas de gestão

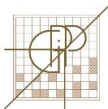
1 — Na ZEC Romeu são interditos os seguintes atos ou atividades:

a) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras;

b) O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;

c) A realização de cortes rasos e de arranque de maciços de freixiais (habitat 91B0), de amiais (habitat 91E0), de carvalhal (habitat 9240) e de zimbrais (habitat 9560), com exceção, e desde que autorizadas pelo ICNF, I. P., ou devidamente comprovados pelas entidades competentes na matéria:

i) Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;



ii) Das intervenções com vista à manutenção ou melhoria da estrutura e das funções ecológicas destes tipos de habitat;

iii) Das intervenções motivadas por razões fitossanitárias;

d) A instalação de culturas arbóreas ou arbustivas permanentes em áreas ocupadas pelo habitat 6220;

e) As alterações da configuração, da topografia e do uso atual do solo de zonas húmidas, incluindo as áreas de ocorrência do habitat 3150, e das respetivas faixas tampão, bem como as modificações das condições naturais de escoamento, salvo as que decorram das normais atividades agrícolas e florestais, e com exceção, desde que autorizadas pelo ICNF, I. P.:

i) Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;

ii) Das intervenções destinadas à conservação de valores naturais ou à reposição das funções ecológicas destes tipos de habitat;

f) As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico.

2 — Na ZEC Romeu são condicionados a parecer favorável do ICNF, I. P., os seguintes atos ou atividades:

a) Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico, as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, salvo nas áreas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas já instalados;

b) A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna não classificadas como invasoras, nos termos dos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho;

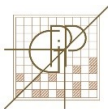
c) A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;

d) As ações de arborização e rearborecimento;

e) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas, em solo rústico.

3 — O parecer previsto no número anterior deve ser emitido no prazo de 30 dias úteis a contar da data do respetivo pedido.

4 — O prazo referido no número anterior suspende-se nos casos em que, nos termos da lei, haja lugar a avaliação de incidências ambientais e em que esta avaliação seja feita sob a forma de procedimento de avaliação de impacto ambiental, desde a data da proposta do referido procedimento até à emissão da



decisão que venha a ser proferida no âmbito do mesmo nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.

5 — A ausência de parecer no prazo previsto no n.º 3 equivale à emissão de parecer favorável.

6 — Cabe recurso dos pareceres desfavoráveis para o membro do Governo responsável pela área do ambiente, com faculdade de delegação, no prazo de 30 dias a contar da sua notificação.

As medidas de conservação identificadas deverão estar refletidas na proposta do PDM, quer seja através da territorialização das opções quer seja através da sua integração nas disposições regulamentares.

Neste contexto, destacam-se ainda os fatores de ameaça e as orientações de gestão das ZPE de referência no concelho de Macedo de Cavaleiros, de acordo com o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro:

- **ZPE Montesinho/Nogueira:**

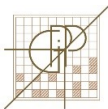
- Fatores de ameaça:

Florestação de áreas de mato que representam importantes habitats para a avifauna; Florestação com resinosas; a redução da actividade agrícola e da pastorícia que ameaça a conservação dos lameiros e de pequenas folhas de cereal; Alteração das características naturais dos cursos de água, quer pela construção de novas barragens, quer pela inapropriada gestão das existentes; incêndios florestais de grandes proporções; introdução de práticas agrícolas desadequadas à manutenção das características da ZPE, como por exemplo, o pastoreio livre de bovinos.

- Orientações de gestão:

As orientações de gestão para a ZPE Montesinho-Nogueira são dirigidas para a conservação da elevada diversidade avifaunística existente e, em particular, para aquelas espécies cuja ZPE desempenha um papel essencial na sua conservação a nível nacional. Neste âmbito torna-se fundamental a manutenção de extensas zonas de matos acima dos 700-800 metros de altitude, a conservação dos bosques autóctones de carvalho-negral e azinheira, a conservação dos ecossistemas ribeirinhos de toda a área e a manutenção das práticas agrícolas que fomentem a conservação dos lameiros, das pequenas áreas de cereal e de pastagens de sequeiro e que preservem os soutos de castanheiro antigos.

As orientações de gestão identificadas nesta ficha decorrem da transposição das orientações associadas a um conjunto de espécies consideradas como mais representativas da ZPE “Espécies alvo de orientações de gestão” e que uma vez tidas em conta levarão à conservação não só dessas espécies, mas de todas as espécies de aves de conservação obrigatória nesta área. (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro).



- **ZPE Rios Sabor e Maçãs:**

- Fatores de ameaça:

A principal ameaça às populações de aves rupícolas e aves aquáticas nesta ZPE corresponderá à eventual construção da barragem do baixo Sabor, que poderá submergir um importante troço do Rio Sabor. A sua concretização levará: i) à submersão de áreas de alimentação importantes para a Águia de Bonelli, Águia-real e Cegonha-negra, ii) à diminuição significativa da área de nidificação disponível para todas as aves rupícolas (Águia de Bonelli, Águia-real, Britango, Cegonha-negra, Chasco preto, etc.), e iii) ao aumento da perturbação desta área associada à utilização da albufeira para actividade náuticas de lazer e á abertura de acessos.

O abandono e alteração das práticas agro-pecuárias tradicionais, e a crescente plantação de povoamentos florestais com eucaliptos (que ocupam já cerca de 4% da ZPE) correspondem à causa mais preocupante em termos de redução da diversidade de aves e também ao nível da rarefacção dos recursos tróficos de algumas das espécies mais ameaçadas (Britango, Águia de Bonelli, Milhafre-real).

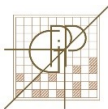
Na metade meridional desta ZPE a realização frequente de queimadas por parte de pastores que no período estival atingem por vezes grandes proporções, têm sido um fator determinante no empobrecimento ecológico dessa área, que se reflecte negativamente ao nível das populações de presas das grandes ave rapinas.

A abertura de acessos é uma ameaça importante nesta ZPE, uma vez que este tipo de obras tem tido grande expressão e que contribui para o aumento da perturbação humana em zonas importantes para a nidificação de aves rupícolas. O consequente crescimento das actividades recreativas (pesca desportiva) e turísticas nesses sectores, em especial devido à inexistência de biótopos alternativos, podem vir a determinar a curto prazo a redução da área de distribuição de algumas espécies nesta ZPE.

A actividade cinegética constitui uma ameaça grave para algumas espécies de aves de rapina, entre as quais a Águia-real e a Águia de Bonelli, devido à imagem negativa que muitos caçadores têm em relação à acção destes predadores sobre as espécies cinegéticas.

- Orientações de gestão:

As orientações de gestão para esta ZPE são dirigidas prioritariamente para a conservação das aves que utilizam os habitats rupícolas para nidificação e para um conjunto de passeriformes para os quais esta área é fundamental para a sua conservação em território nacional. Desta forma, é essencial garantir a aplicação de medidas que garantam a ausência de perturbação das zonas rupícolas e assegurar que sejam aplicadas medidas que salvaguardem os habitats de nidificação e de alimentação destas espécies. Neste âmbito, não deverão ser implementadas infra-estruturas que afectem os habitats rupícolas da ZPE, nomeadamente empreendimentos hidroeléctricos de grandes dimensões. Também deverá ser encarada como fundamental a manutenção do conjunto de actividades



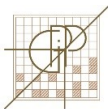
agro-pecuárias tradicionais, como seja a criação de gado em regime extensivo, (ex:silvo-pastorícia, montados e lameiros).

Complementarmente, e também tendo em conta outras populações para as quais esta área é muito importante, como sejam os passeriformes florestais deverá ter assegurada a recuperação natural dos maciços florestais autóctones. Nesse sentido e tendo em conta a forte incidência de incêndios no período estival interessa fomentar uma maior compatibilização com o aproveitamento pecuário dessas áreas, promovendo as práticas silvo-pastoris, mas também garantindo os adequados sistemas de vigilância e as campanhas de silvicultura preventiva.

Em termos de actividades turísticas e recreativas, e uma vez que esta área apresenta uma elevada apetência para as mesmas (em particular para a pesca) devido à boa qualidade das águas dos rios aí existentes mas também devido à espectacularidade paisagística de muitos locais, torna-se necessário desenvolver esforços ao nível do seu ordenamento, em especial, dentro das áreas de maior sensibilidade ecológica (margens escarpadas dos rios) que evitem que o espectacular crescimento das mesmas não venha a ter um impacte negativo sobre esse património natural e que inclusive possa contribuir para melhorar a situação de algumas espécies.

Tratando-se de uma área onde a actividade cinegética está profundamente enraizada interessa assegurar a caça caminhe para uma maior sustentabilidade ecológica e que seja conseguida uma redução ao nível de perseguição aos predadores. Será assim necessário sensibilizar e trabalhar em parceria com as colectividades ligadas à cinegética em termos de gestão das populações de espécies cinegéticas.

As orientações de gestão identificadas nesta ficha decorrem da transposição das orientações associadas a um conjunto de espécies consideradas como mais representativas da ZPE "Espécies alvo de orientações de gestão" e que uma vez tidas em conta levarão à conservação não só dessas espécies, mas de todas as espécies de aves de conservação obrigatória nesta área. (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro).



3.1. Sobreposição da proposta da Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do Solo com as Áreas Classificadas da Rede Natura 2000

Neste subcapítulo sobrepõe-se a proposta da **Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo** com as áreas classificadas da Rede Natura 2000 identificadas para o concelho de Macedo de Cavaleiros.

Para aferir a compatibilidade dos usos propostos na Planta de Ordenamento com o regime da Rede Natura 2000, foram sobrepostos todos os valores naturais referenciados para as áreas prioritárias de proteção comunitária, a fim de determinar a/as categoria/as do solo definidas. Posto isto, procedeu-se ao enquadramento das disposições regulamentares aplicáveis a cada categoria, para cada um dos valores naturais identificados.

Para além das categorias de solo, definidas para a área, o Plano define áreas de Salvaguardas e Riscos, constituídas pela Estrutura Ecológica Municipal (EEM) que se define como *conjunto de áreas com características biofísicas e paisagísticas especiais que desempenham um papel determinante no equilíbrio ecológico e ambiental do território, contribuindo para a valorização dos valores naturais e paisagísticos e promovendo a estruturação das atividades urbanas e rurais de forma integrada e sustentável* - artigo 60.º da proposta do regulamento do Plano.

Refere-se que o Artigo 24.º - Articulação com a Rede Natura 2000 é **transversal a todos os valores identificados**, garantindo a conformidade com a Rede Natura 2000 uma vez que, este artigo refere as orientações de gestão aplicáveis a cada valor natural identificado.

Acrescenta-se que a análise fica condicionada à tipologia de informação cartográfica disponibilizada para cada valor. Nos casos em que a representação é feita através de quadrículas a leitura é pouco precisa pois abrange quase sempre a totalidade do concelho.

Neste contexto, apresenta-se a sobreposição da proposta da Planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo, sobre as áreas classificadas da Rede Natura 2000, nomeadamente ZEC Montesinho/Nogueira (PTCON0002), ZEC Romeu (PTCON0043), ZEC Morais (PTCON0023), ZEC Rios Sabor e Maças (PTCON0021) e ZPE Montesinho/Nogueira (PTZPE0003) e ZPE Rios Sabor e Maças (PTZPE0037). De seguida será realizado o confronto de forma mais pormenorizada, analisando as ZEC e ZPE de forma individual e identificando as categorias do solo e a sua qualificação.

A figura seguinte representa a sobreposição do limite da **ZEC Montesinho/Nogueira** sobre a Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

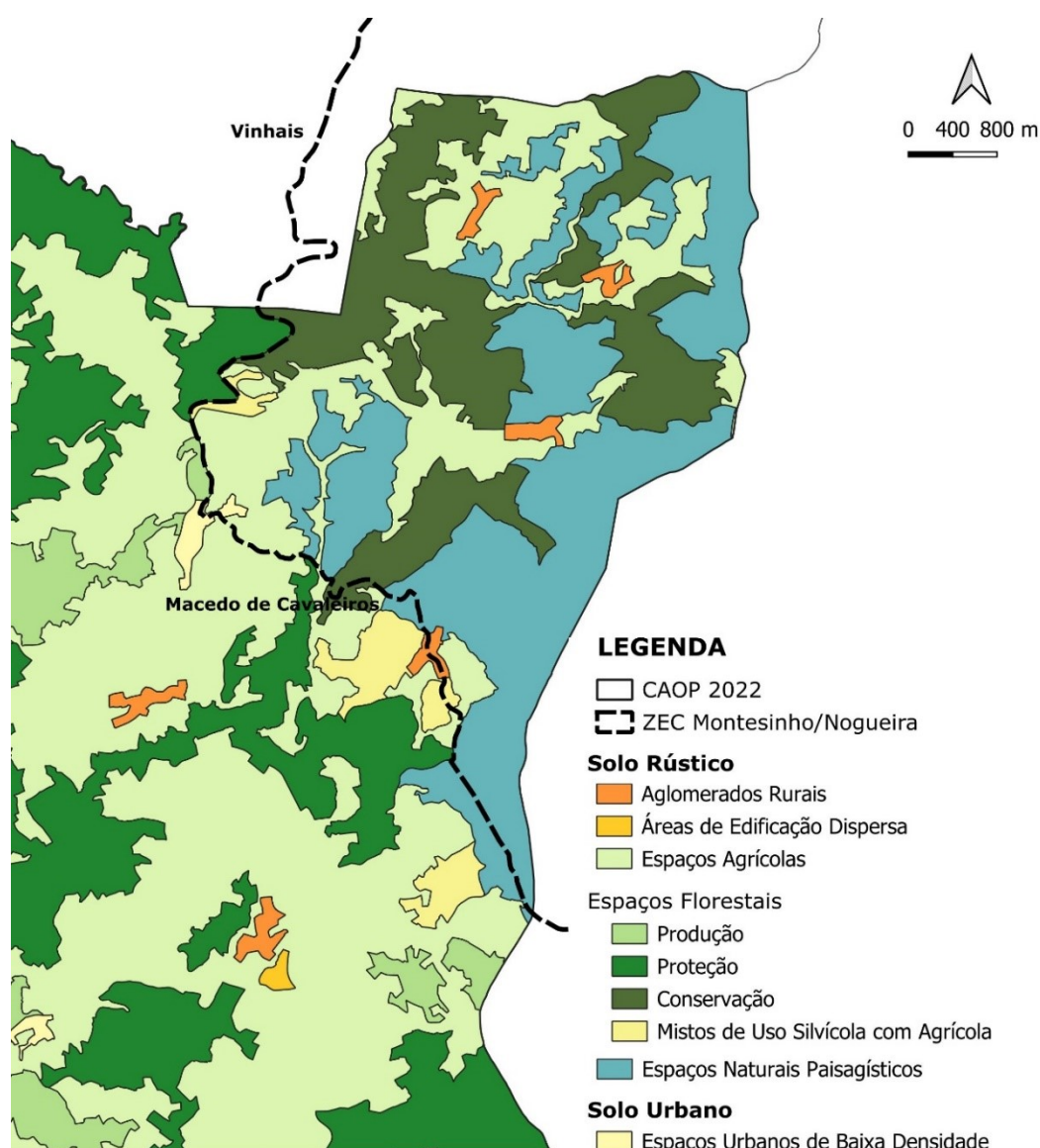
Na área correspondente à **ZEC Montesinho/Nogueira** (PTCON0002) identificam-se as seguintes categorias do solo rústico:

- Aglomerados Rurais
- Espaços Agrícolas
- Espaços Florestais
 - Conservação
 - Mistos de Uso Silvícola com Agrícola
- Espaços Naturais Paisagísticos.

Identifica-se também, a seguinte categoria do solo urbano:

- Espaços Urbanos de Baixa Densidade.

Figura 2: Confronto da proposta da Planta de Ordenamento com a ZEC Montesinho/Nogueira

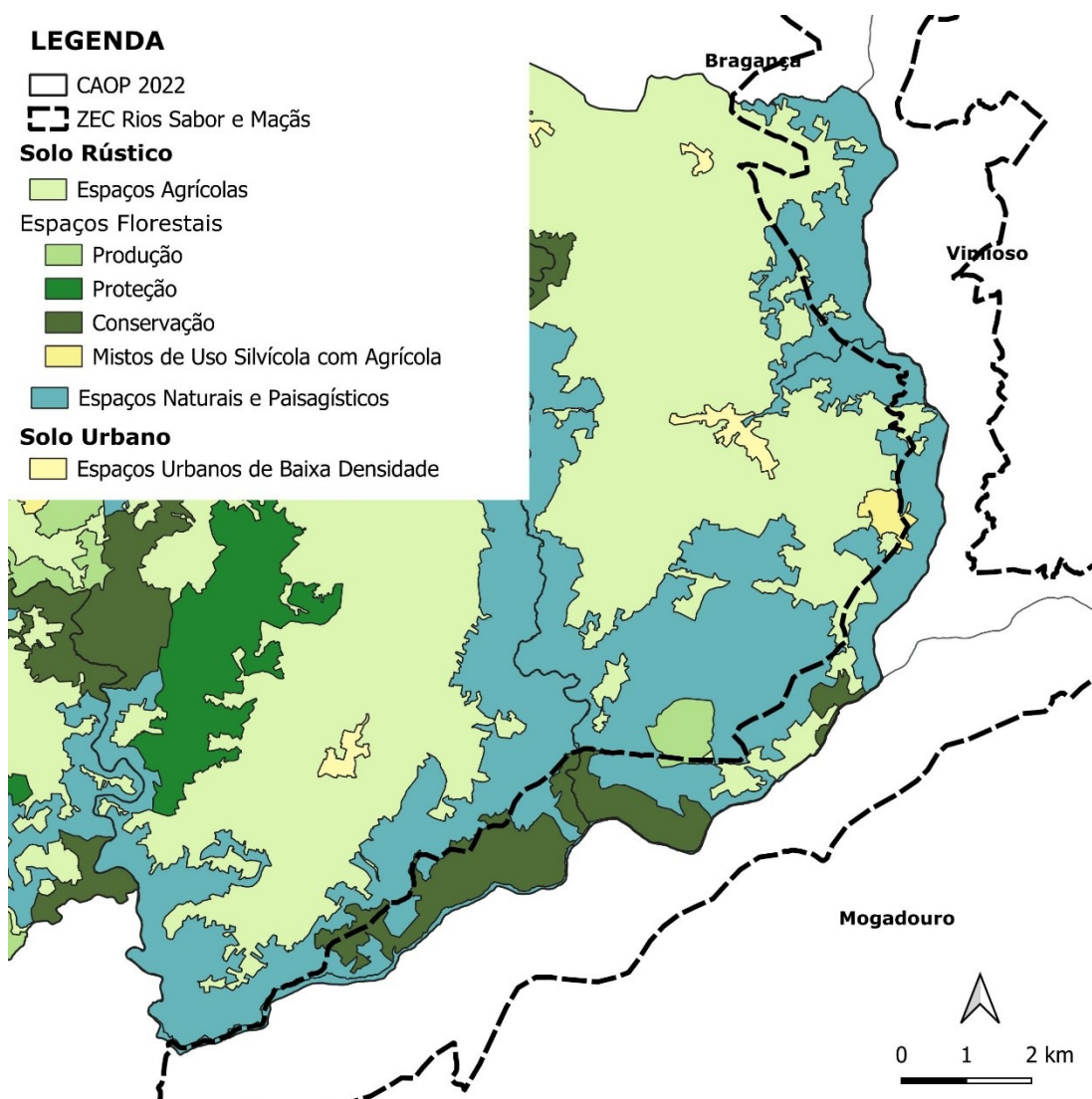


A figura seguinte representa a sobreposição do limite da **ZEC Rios Sabor e Maçãs** (PTCON0021) sobre a Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

Na área correspondente à ZEC Rios Sabor e Maçãs identificam-se as seguintes categorias do solo rústico:

- Espaços Agrícolas
- Espaços Florestais
 - Produção
 - Conservação
 - Mistos de Uso Silvícola com Agrícola
- Espaços Naturais e Paisagísticos

Figura 3: Confronto da proposta da Planta de Ordenamento com a ZEC Rios Sabor e Maçãs





A figura seguinte representa a sobreposição do limite da **ZEC Morais** (PTCON0023) sobre a Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

Na área correspondente à ZEC Morais identificam-se as seguintes categorias do solo rústico:

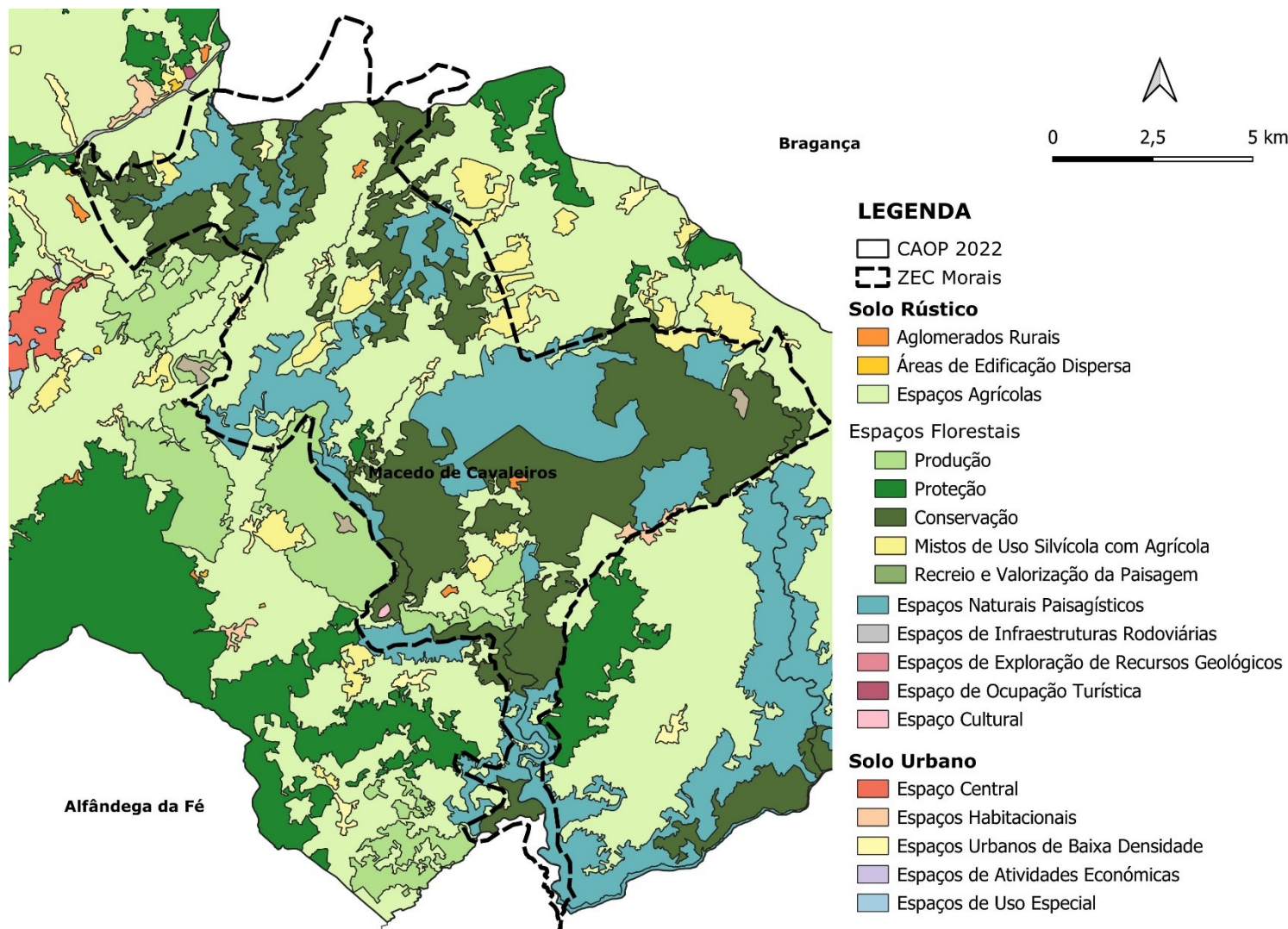
- Aglomerados Rurais
- Áreas de Edificação Dispersa
- Espaços Agrícolas
- Espaços Florestais
 - Produção
 - Proteção
 - Conservação
 - Mistos de Uso Silvícola com Agrícola
 - Recreio e Valorização da Paisagem
- Espaços Naturais Paisagísticos
- Espaços de Exploração de Recursos Geológicos;
- Espaços Culturais.

Identifica-se também, a seguinte categoria do solo urbano:

- Espaços Habitacionais.
- Espaços Urbanos de Baixa Densidade;



Figura 4: Confronto da proposta da Planta de Ordenamento com a ZEC Morais



A figura seguinte representa a sobreposição do limite da **ZEC Romeu** (PTCON0043) sobre a Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

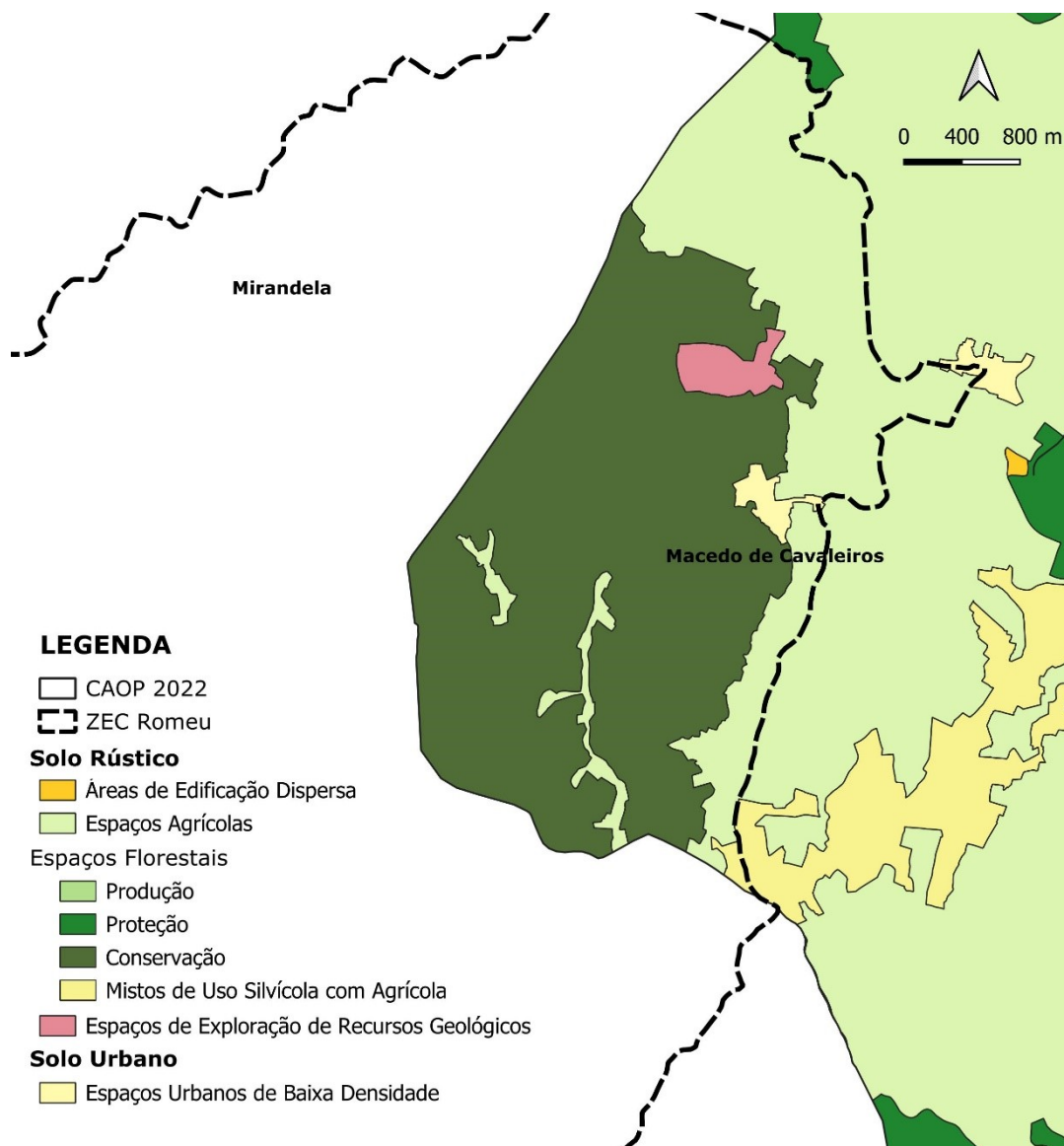
Na área correspondente à ZEC Romeu identificam-se as seguintes categorias do solo rústico:

- Espaços Agrícolas
- Espaços Florestais
 - Proteção;
 - Conservação
 - Mistos de Uso Silvícola com Agrícola
- Espaços de Exploração de Recursos Geológicos.

Identifica-se também, a seguinte categoria do solo urbano:

- Espaços Urbanos de Baixa Densidade.

Figura 5: Confronto da proposta da Planta de Ordenamento com a ZEC Romeu



Apresenta-se de seguida a sobreposição da **ZPE Montesinho/Nogueira** (PTZPE0003) com a Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

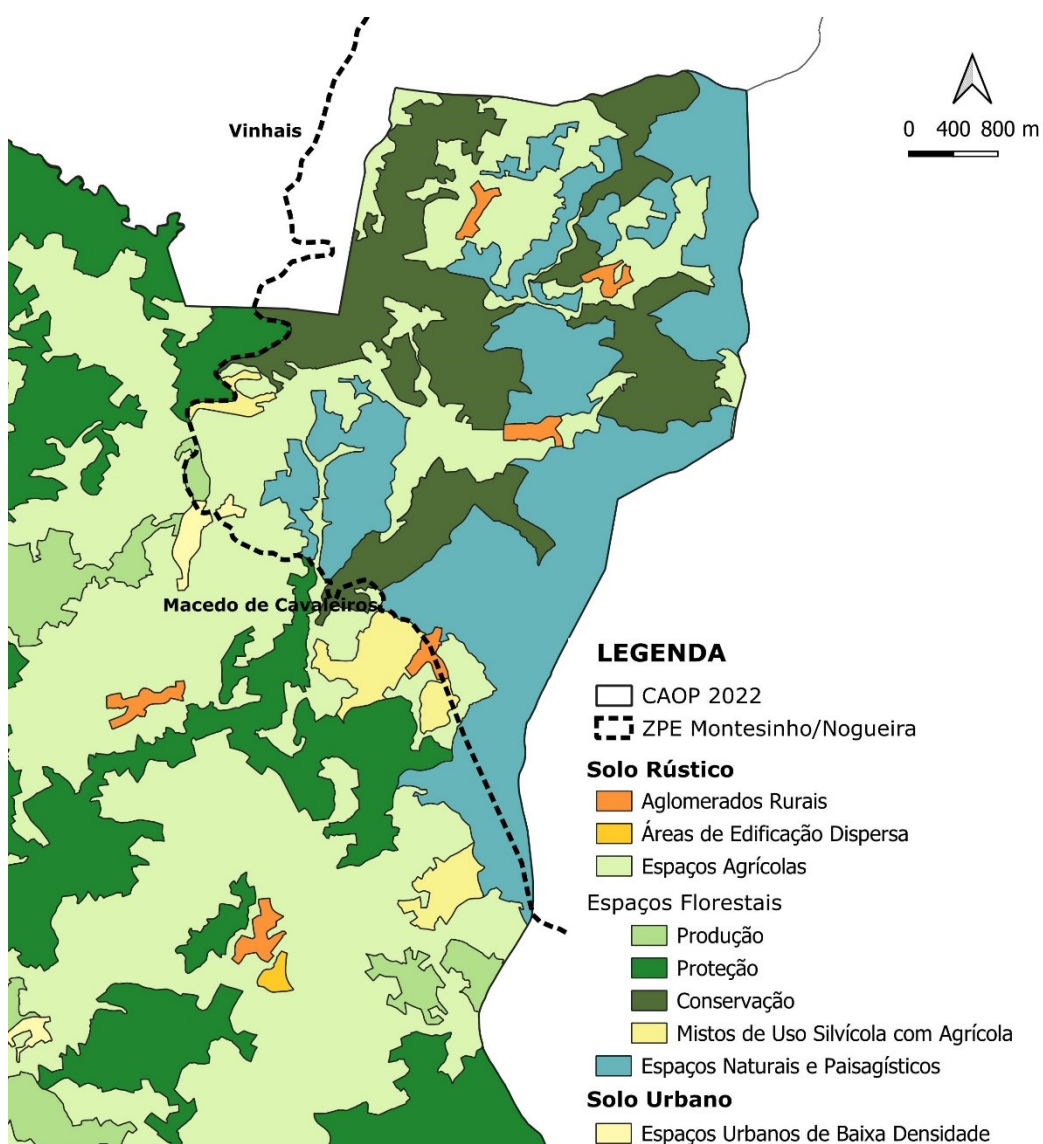
Na área correspondente à **ZPE Montesinho/Nogueira** (PTZPE0003) identificam-se as seguintes categorias do solo rústico:

- Aglomerados Rurais;
- Espaços Agrícolas;
- Espaços Florestais
 - Produção
 - Conservação
 - Mistos de Uso Silvícola com Agrícola
- Espaços Naturais Paisagísticos.

Identifica-se também, a seguinte categoria do solo urbano:

- Espaços Urbano de Baixa Densidade.

Figura 6: Confronto da proposta da Planta de Ordenamento com a ZPE Montesinho/Nogueira

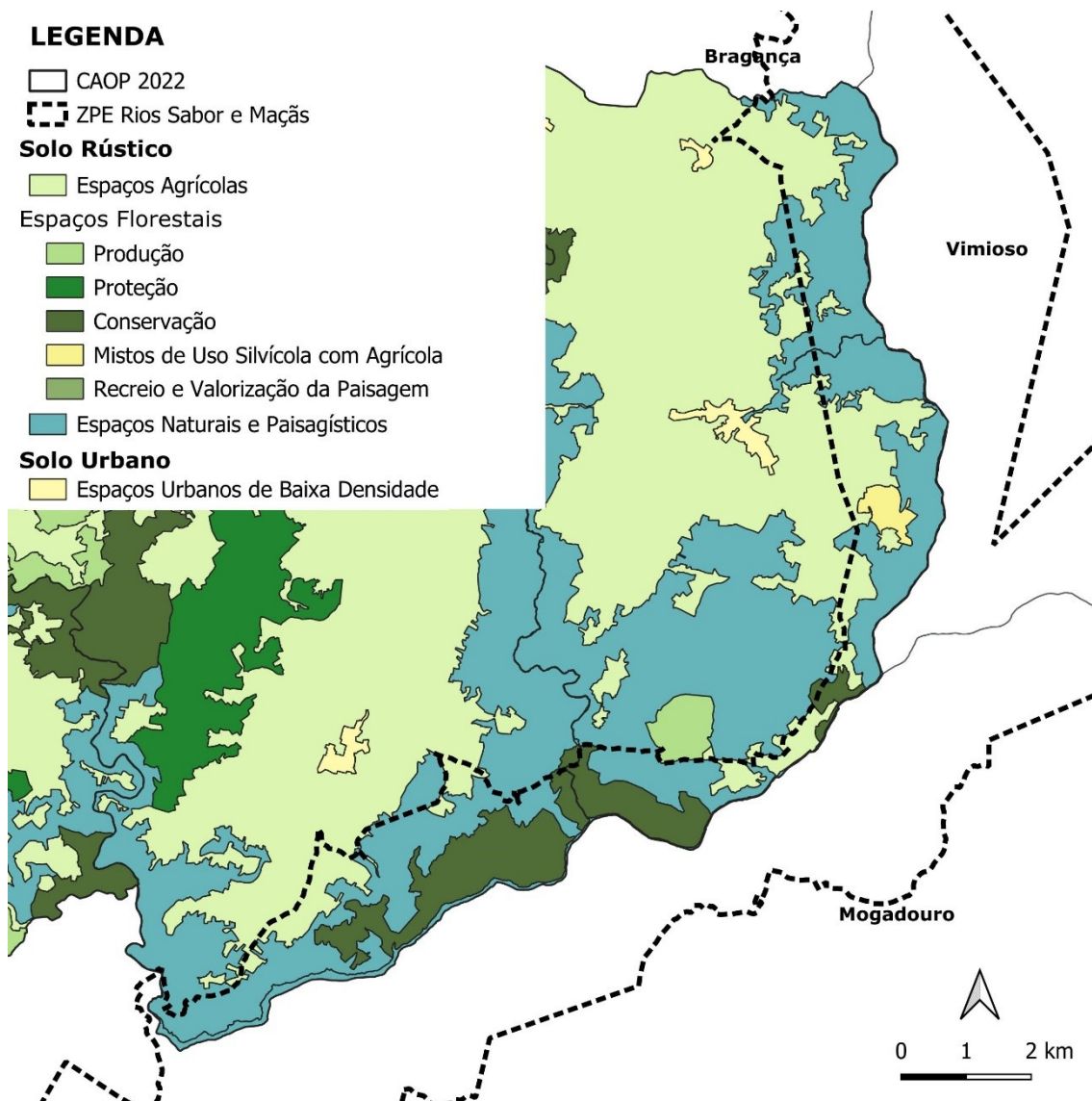


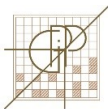
Apresenta-se de seguida a sobreposição da **ZPE Rios Sabor e Mações** (PTZPE0037) com a Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros.

Na área correspondente à ZPE Rios Sabor e Mações identificam-se as seguintes categorias do solo rústico:

- Espaços Agrícolas;
- Espaços Florestais
 - Conservação
 - Mistos de Uso Silvícola com Agrícola
- Espaço Naturais Paisagísticos.

Figura 7: Confronto da proposta da Planta de Ordenamento com a ZPE Rios Sabor e Mações





Neste seguimento, identificam-se os valores naturais presentes nas áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, as categorias do solo correspondentes à localização dos mesmos e as disposições regulamentares que incidem sobre as categorias supracitadas. Para isto, mostra-se pertinente ter em consideração os seguintes artigos incluídos no regulamento do Plano:

TÍTULO II

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Artigo 6.º – Âmbito e objetivos

Regem-se pelo disposto no presente capítulo e legislação aplicável as servidões administrativas e restrições de utilidade pública à ocupação, uso e transformação dos solos, seguidamente identificadas:

a) Recursos naturais:

- i) Domínio público;*
- ii) Albufeiras de águas públicas;*

b) Recursos Geológicos:

- i) Águas minerais naturais;*
- ii) Depósitos minerais:*
 - (1) Pedreiras;*
 - (2) Contrato de prospeção e pesquisa;*
 - (3) Concessões mineiras.*

c) Recursos Agrícolas e Florestais:

- i) RAN;*
- ii) Obras de aproveitamento hidroagrícola: AHMC (área beneficiada e infraestruturas);*
- iii) Sobreiro e azinheira;*
- iv) Regime florestal: Perímetro Florestal da Serra de Nogueira; Perímetro Florestal de Monte Morais; e Perímetro Florestal da Serra de Bornes.*

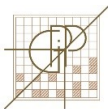
d) Recursos Ecológicos:

- i) REN;*
- ii) Áreas protegidas: PPAA;*
- iii) RN2000:*
 - (1) ZEC Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021);*
 - (2) ZEC Montesinho-Nogueira (PTCON002);*
 - (3) ZEC Morais (PTCON0023);*
 - (4) ZEC Romeu (PTCON0043);*
 - (5) ZPE Rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037);*
 - (6) ZPE Montesinho-Nogueira (PTZPE0003).*

e) Património cultural classificado:

- i) Imóveis classificados ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção;*

f) Infraestruturas:



- i) *Básicas;*
- ii) *Rede elétrica;*
- iii) *Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas ainda não entregues ao município;*
- iv) *Estradas e Caminhos Municipais;*
- v) *Ferrovias;*
- vi) *Marcos geodésicos;*
- g) *Atividades Perigosas:*
 - i) *Estabelecimentos com produtos explosivos e substâncias perigosas.*
- h) *Proteção contra Incêndios Rurais e Gestão do Fogo Rural:*
 - i) *Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS);*
 - ii) *Redes de Defesa:*
 - (1) *Rede primária e secundária de faixas de gestão combustível;*
 - (2) *Rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia.*

Artigo 7.º – Regime

- 1- *As áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública regem-se, no que concerne à disciplina de uso, ocupação e transformação do solo, pelas disposições expressas no presente regulamento para a categoria de espaço sobre que recaem, condicionadas ao respetivo regime legal vigente da servidão ou restrição de utilidade pública e aplicando-se sempre o regime mais restritivo.*
- 2- *Por insuficiência de escala, a representação gráfica das servidões é, por vezes, indicativa, prevalecendo sempre o estabelecido na legislação específica aplicável.*
- 3- *Caso se identifiquem desfasamentos ou omissões entre a representação cartográfica do domínio hídrico na PC – Geral e a realidade física do território, aplicar-se-á às linhas de água existentes todas as disposições referentes à servidão administrativa, pelo que na apreciação dos pedidos de informação prévia, licenciamentos e comunicações prévias deve ser avaliada a área de intervenção da operação em função do existente in situ e promovida a correção material do PDMMC.*

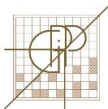
TÍTULO III

Uso do solo

SECÇÃO I – Classificação e qualificação do solo

Artigo 8.º – Classificação do solo

- 1- *Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, é estabelecida a seguinte classificação:*
 - a) *Solo rústico, é aquele para o qual é reconhecida vocação para o aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer ou outros tipos de ocupação que não lhe confiram o estatuto de solo urbano;*



- b) *Solo urbano, é aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e edificação e que inclui os solos afetos à estrutura ecológica urbana necessários ao equilíbrio do espaço urbano.*
- 2- *Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, o PDMMC, além de classificar o solo em rústico e urbano, identifica as Salvaguardas e riscos, cujos regimes são definidos no presente Regulamento num capítulo próprio, impondo disposições adicionais ao regime de utilização e ocupação.*

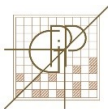
Artigo 9.º – Qualificação do solo

- 1- *O solo rústico integra as seguintes categorias de espaço:*
- a) *Aglomerados rurais;*
 - b) *Áreas de edificação dispersa*
 - c) *Espaços agrícolas;*
 - d) *Espaços florestais;*
 - e) *Espaços naturais e paisagísticos;*
 - f) *Espaços de infraestruturas rodoviárias;*
 - g) *Espaços de exploração de recursos geológicos;*
 - h) *Espaço de ocupação turística;*
 - i) *Espaço cultural.*
- 2- *O solo urbano integra as seguintes categorias de espaço:*
- a) *Espaço central;*
 - b) *Espaços habitacionais;*
 - c) *Espaços urbanos de baixa densidade;*
 - d) *Espaços de atividades económicas;*
 - e) *Espaços de uso especial.*
- 3- *Os espaços referidos nos números anteriores estão delimitados na PO – Classificação e Qualificação do Solo, refletindo as respetivas categorias e subcategorias, os usos neles admitidos, nos termos do presente Regulamento.*

SECÇÃO II – Disposições comuns aos solos rústico e urbano

Artigo 11.º – Critérios gerais de viabilização dos usos do solo

- 1- *Nos casos em que estejam cumpridas todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis à situação, as instalações referentes a usos complementares de cada categoria ou subcategoria de espaços apenas podem ser inviabilizadas quando fundamentadamente se considerar que tais instalações provocam prejuízos ou inconvenientes de ordem funcional, ambiental ou paisagística que não possam ser evitados ou eficazmente minimizados.*
- 2- *Sem prejuízo do cumprimento de todos os requisitos exigíveis para cada caso, a viabilização de qualquer atividade ou instalação abrangida nos usos compatíveis com o uso dominante do solo só pode ocorrer quando for considerado que de tal viabilização não decorrem riscos para a segurança de pessoas e bens, nem prejuízos ou inconvenientes de ordem funcional, ambiental ou paisagística.*



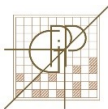
- 3- *Nas áreas classificadas, PPAA e Rede Natura 2000, a instalação dos equipamentos necessários à exploração de recursos energéticos apenas pode ser concretizada quando enquadrada no âmbito de autoconsumo.*

Artigo 13.º – Inserção urbanística e paisagística

- 1- *O deferimento de qualquer operação urbanística fica dependente da demonstração da adequada inserção urbanística e paisagística, devendo as novas edificações integrar-se na morfotipologia envolvente no que concerne aos valores de escala, proporção e função e ainda quanto ao ritmo, aos recuos e alinhamentos e organização volumétrica.*
- 2- *Os projetos relativos a operações urbanísticas a realizar em áreas não disciplinadas por PP ou operação de loteamento devem demonstrar, como condição para o seu deferimento, a sua correta inserção urbanística e paisagística, designadamente quanto à modelação do terreno, à configuração da solução urbanística e das áreas a integrar em espaço público, à implantação e configuração volumétrica das edificações.*
- 3- *Os projetos relativos a operações urbanísticas devem ainda incorporar, como condição para o seu deferimento e sempre que aplicável, medidas de salvaguarda devidamente especificadas destinadas a garantir:*
 - a) *A integração visual e paisagística dos empreendimentos, instalações ou atividades em causa, nomeadamente através da sua adaptação à morfologia natural do terreno, ao condicionamento dos tipos de materiais e da gama de cores a utilizar nas componentes que interfiram com o seu aspeto exterior, promovendo a harmonização com a envolvente, e à imposição de criação de cortinas arbóreas e arbustivas dentro do perímetro das parcelas que lhes sejam adstritas;*
 - b) *O controlo dos efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos nas condições ambientais;*
 - c) *A segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas adstritas ao empreendimento ou atividade, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir;*
 - d) *A não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e a segurança da circulação nas vias públicas de acesso aos empreendimentos ou atividades situadas nas suas proximidades;*
 - e) *A limitação ou compensação de impactos sobre as infraestruturas.*

Artigo 15.º – Compatibilidade de usos e atividades

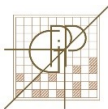
- 1- *Em qualquer prédio, localizado em solo rústico ou solo urbano, só poderão ser autorizadas atividades compatíveis com o uso dominante e estatuto de utilização estabelecidos no presente Regulamento para a categoria ou subcategoria de espaço em que se localizem.*
- 2- *São razões suficientes de incompatibilidade com o uso em solo urbano, fundamentando a recusa de licenciamento, autorização ou aprovação as utilizações, ocupações ou atividades a instalar que:*
 - a) *Deem lugar à produção de ruídos, fumos, cheiros ou resíduos que afetem as condições de salubridade ou dificultem a sua melhoria;*



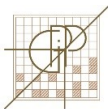
- b) *Perturbem gravemente as condições de trânsito e estacionamento ou provoquem movimentos de cargas e descargas que prejudiquem as condições de utilização de via pública e o ambiente local;*
- c) *Acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão;*
- d) *Correspondam a outras situações de incompatibilidade que a lei específica considere como tal, como, por exemplo, as constantes no Regulamento do Exercício da Atividade Industrial e no Regulamento Geral do Ruído.*

Artigo 24.º – Articulação com a Rede Natura 2000

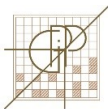
- 1- *As áreas integradas na Rede Natura 2000 no MMC pertencem às ZEC: Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021), Montesinho/Nogueira (PTCON0002), Morais (PTCON0023), Romeu (PTCON0043) e às ZPE: Rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037) e Montesinho/Nogueira (PTZPE0003).*
- 2- *No território municipal abrangido pelas ZEC e ZPE ocorrem habitats naturais e espécies para as quais existem objetivos de conservação e de medidas de conservação, identificadas nos seguintes números e no ANEXO I do presente Regulamento.*
- 3- *Na ZEC Montesinho/Nogueira, aplicam-se as seguintes medidas:*
 - a) *De ordenamento do território:*
 - i) *É interdita a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:*
 - (1) *De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação e atividades agrícolas ou florestais;*
 - (2) *De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;*
 - (3) *De obras de reconstrução, demolição, conservação e ampliação desde que, no caso de construções detentoras de licença de utilização habitacional e com fins habitacionais, a área de ampliação das preexistências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300m² e, no caso de empreendimentos de turismo, a ampliação das preexistências com uso habitacional ou turístico com uma área mínima de 300m², isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, da qual não resulte uma área de implantação superior a 1 000m², em piso único e nucleada com uma das preexistências;*
 - (4) *De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território.*
 - ii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:*
 - (1) *A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas (1), (2) e (4) da subalínea anterior e as ampliações não interditas referidas na alínea (3), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território, e das*



- ampliações que não excedam 50% da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100 m²;*
- (2) *A instalação de infraestruturas de energia renovável em solo rústico, excetuando:*
- (a) *As localizadas nas categorias de solo rústico aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa identificadas em plano municipal de ordenamento do território;*
- (b) *As instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas; e*
- (c) *As unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;*
- (3) *A construção de atravessamentos e proteções marginais de linhas de água;*
- (4) *A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;*
- (5) *A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes, e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação, em solo rústico.*
- b) *De gestão:*
- i) *São interditos os seguintes atos ou atividades:*
- (1) *Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico e as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, exceto quando visem a proteção ou restabelecimento do ecossistema ribeirinho, incluindo razões fitossanitárias ou em situações em que estejam em causa a segurança de pessoas e bens, desde que autorizadas pelo ICNF;*
- (2) *As alterações da configuração e topografia das zonas húmidas e respetiva faixa tampão, designadamente em áreas de ocorrência do tipo de habitat 3130, exceto intervenções destinadas a repor as funções ecológicas destes tipos de habitat, desde que autorizadas pelo ICNF;*
- (3) *A alteração entre tipos de uso agrícola nas áreas de ocorrência dos tipos de habitat 6160, 6220 e 6510, bem como de Narcissus asturiensis;*
- (4) *As mobilizações de solo no interior de formações arbóreas que constituem habitats florestais protegidos (exceto em ações de combate a incêndios florestais, na implementação de projetos devidamente aprovados pelo ICNF, ou quando previsto em planos de gestão específicos devidamente aprovados por este Instituto);*
- (5) *As atividades motorizadas, desportivas e recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico;*



- (6) *A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras.*
- ii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:*
- (1) *As arborizações e rearborizações, garantindo a sua execução de outubro a março de forma a evitar os períodos de reprodução da maioria das espécies da fauna, bem como a proteção das áreas de ocorrência de Leuzea rhaponticoides (sin. Rhaponticum exaltatum);*
 - (2) *A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;*
 - (3) *As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas, em solo rústico.*
- 4- *Na ZEC Moraes, aplicam-se as seguintes medidas:*
- a) *De ordenamento do território:*
- i) *É interdita a edificação em solo rústico, com exceção:*
- (1) *De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento;*
 - (2) *De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, turismo e atividades agrícolas ou florestais;*
 - (3) *De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;*
 - (4) *De obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação, desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100m².*
- ii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:*
- (1) *A edificação em solo rústico não interdita prevista nas alíneas (1) a (3) da subalínea anterior, excetuando a que incida em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento;*
 - (2) *A instalação de infraestruturas aéreas ou subterrâneas de eletricidade, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de abastecimento de água e de saneamento básico, bem como de aproveitamento de energias renováveis ou similares, com exceção da instalação de unidades de produção para autoconsumo se localizadas em solo urbano ou nas outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, garantindo a não afetação do habitat 6160 e das espécies Dianthus laricifolius subsp. marizii e Santolina semidentata;*
 - (3) *A instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;*
 - (4) *A abertura de novas estradas ou caminhos, ou o alargamento de existentes, em solo rústico, garantindo a não sobreposição com áreas de ocorrência do habitat 6160 e a não afetação das espécies serpentinícolas Dianthus laricifolius subsp. marizii e Santolina semidentata.*



b) *De gestão:*

i) *São interditos os seguintes atos ou atividades:*

- (1) *A alteração entre tipos de uso agrícola nas áreas de ocorrência dos tipos de habitat 6160, 6220, 6420 e 6510;*
- (2) *A realização de cortes rasos e de arranque de maciços de freixiais (habitat 91B0), de amiais (habitat 91E0), de carvalhais (habitat 9240) e de zimbrais (habitat 9560), exceto quando estiverem em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente na matéria ou de segurança de pessoas e bens;*
- (3) *Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico e as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, exceto quando visem a proteção ou restabelecimento do ecossistema ribeirinho, incluindo razões fitossanitárias ou em situações em que possam estar em causa a segurança de pessoas e bens, desde que autorizadas pelo ICNF;*
- (4) *As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico;*
- (5) *A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras.*

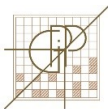
ii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:*

- (1) *O corte de matos de sobcoberto de azinhal (habitat 9340), sobreiral (habitat 9330) e zimbral (habitat 9560);*
- (2) *As ações de arborização e rearborização;*
- (3) *A instalação de culturas arbóreas ou arbustivas permanentes;*
- (4) *As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas em solo rústico;*
- (5) *A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna.*

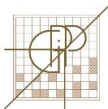
5- *Na ZEC Romeu, aplicam-se as seguintes medidas:*

a) *De ordenamento do território:*

- i) *É interdita a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:*
 - (1) *De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visita, recreio e lazer, desporto, atividades de animação turística e atividades agrícolas ou florestais;*
 - (2) *De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;*



- (3) *De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território;*
- (4) *De obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação;*
- (5) *De obras de ampliação para fins habitacionais de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, desde que a área de ampliação das pré-existências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300m²;*
- (6) *De obras de ampliação para fins turísticos de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, ou com uso turístico, desde que a ampliação das pré-existências, com uma área mínima de 300m², isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, não resulte numa área de implantação superior a 1 000m², em piso único e nucleada com uma das pré-existências;*
- ii) *É também interdito a instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada;*
- iii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:*
 - (1) *A edificação não interdita prevista nas alíneas (1) a (3) da alínea i), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território e das obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação previstas na subalínea iv) da alínea a) do número anterior;*
 - (2) *As obras de ampliação não interditas previstas nas subalíneas v) e vi) da alínea a) do número anterior, com exceção das ampliações que não excedam 50% da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100 m²;*
 - (3) *A alteração do uso atual do solo rústico nas áreas ocupadas por tipos de habitat ou espécies com presença significativa na ZEC;*
 - (4) *A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação;*
 - (5) *A instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis, com exceção:*
 - (a) *Das localizadas em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento do território;*
 - (b) *Das instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas;*
 - (c) *Das unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.*



b) *De gestão:*

i) *São interditos os seguintes atos ou atividades:*

- (1) *A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras;*
- (2) *O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;*
- (3) *A realização de cortes rasos e de arranque de maciços de freixiais (habitat 91B0), de amiais (habitat 91E0), de carvalhal (habitat 9240) e de zimbrais (habitat 9560), com exceção, e desde que autorizadas pelo ICNF, ou devidamente comprovados pelas entidades competentes na matéria:*
 - (a) *Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;*
 - (b) *Das intervenções com vista à manutenção ou melhoria da estrutura e das funções ecológicas destes tipos de habitat;*
 - (c) *Das intervenções motivadas por razões fitossanitárias;*
- (4) *A instalação de culturas arbóreas ou arbustivas permanentes em áreas ocupadas pelo habitat 6220;*
- (5) *As alterações da configuração, da topografia e do uso atual do solo de zonas húmidas, incluindo as áreas de ocorrência do habitat 3150, e das respetivas faixas tampão, bem como as modificações das condições naturais de escoamento, salvo as que decorram das normais atividades agrícolas e florestais, e com exceção, desde que autorizadas pelo ICNF:*
 - (a) *Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;*
 - (b) *Das intervenções destinadas à conservação de valores naturais ou à reposição das funções ecológicas destes tipos de habitat;*
- (6) *As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito, em solo rústico.*

ii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:*

- (1) *Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico, as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema, salvo nas áreas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas já instalados;*
- (2) *A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna não classificadas como invasoras, nos termos dos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho;*
- (3) *A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;*
- (4) *As ações de arborização e rearborecimento;*



(5) As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas, em solo rústico.

6- Na ZEC do Rios Sabor e Mações, aplicam-se as seguintes medidas:

a) De ordenamento do território:

i) *É interdita a edificação em solo rústico, incluindo estruturas amovíveis, com exceção:*

(1) De infraestruturas e equipamentos de apoio à conservação da natureza, visitação, recreio e lazer, desporto, atividades de animação turística e atividades agrícolas ou florestais;

(2) De equipamentos de utilização coletiva de natureza pública e infraestruturas territoriais, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;

(3) De operações urbanísticas que incidam sobre outras categorias de solo rústico, tal como definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, previstas em plano municipal de ordenamento do território;

(4) De obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação;

(5) De obras de ampliação para fins habitacionais de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, desde que a área de ampliação das preexistências não resulte numa área total de implantação e impermeabilização superior a 300m²;

(6) De obras de ampliação para fins turísticos de construções com uso habitacional, comprovado mediante a apresentação de licença ou de certidão emitida por entidade competente, ou com uso turístico, desde que a ampliação das preexistências, com uma área mínima de 300m², isoladas ou resultantes de processo de emparcelamento ou fusão de artigos, não resulte numa área de implantação superior a 1 000m², em piso único e nucleada com uma das preexistências;

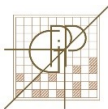
ii) *É também interdito a instalação de novas explorações de depósitos e massas minerais e a ampliação das existentes por aumento da área licenciada.*

iii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, os seguintes atos e atividades:*

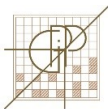
(1) A edificação não interdita prevista nas subalíneas (1) a (3) da alínea i) da presente alínea a), com exceção da que incida nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa inscritos em plano municipal de ordenamento do território e das obras de reconstrução, demolição, alteração ou conservação previstas na subalínea (4) da alínea i) da presente alínea a);

(2) As obras de ampliação não interditas previstas nas subalíneas (5) e (6) da alínea i) da presente alínea a), com exceção das ampliações que não excedam 50 % da área de implantação existente ou das quais não resulte uma área total de ampliação superior a 100m²;

(3) A alteração do uso atual do solo rústico nas áreas ocupadas por tipos de habitat ou espécies com presença significativa na ZEC;



- (4) *A abertura de novas estradas ou caminhos, o alargamento dos existentes e a beneficiação que envolva estes atos ou a repavimentação;*
- (5) *A instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis, com exceção:*
 - (a) *Das localizadas em aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa delimitados em plano municipal de ordenamento do território;*
 - (b) *Das instaladas sobre infraestruturas ou edificações licenciadas;*
 - (c) *Das unidades de produção para autoconsumo (UPAC) que configurem obras de escassa relevância urbanística nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.*
- b) *De gestão:*
 - i) *São interditos, em solo rústico, os seguintes atos ou atividades:*
 - (1) *A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras;*
 - (2) *O depósito ou lançamento de águas residuais industriais ou domésticas na água, no solo ou no subsolo, sem tratamento adequado ou de forma suscetível de causar efeitos negativos no ambiente;*
 - (3) *As alterações da configuração, da topografia e do uso atual do solo de zonas húmidas e respetivas faixas tampão, bem como as modificações das condições naturais de escoamento, salvo as que decorram das normais atividades agrícolas e florestais, e com exceção, desde que autorizadas pelo ICNF:*
 - (a) *Das situações em que possa estar em causa a segurança de pessoas e bens;*
 - (b) *Das intervenções destinadas à conservação de valores naturais ou à reposição das funções ecológicas destes tipos de habitat;*
 - (4) *As mobilizações de solo no interior de formações arbóreas que correspondam a tipos de habitats florestais 91B0, 91E0, 92A0, 9240, 9330, 9340, 9560;*
 - (5) *As atividades motorizadas, desportivas ou recreativas, fora das vias e caminhos ou outros espaços destinados para o efeito;*
 - (6) *A prática de campismo, de caravanismo ou de outras formas de pernoita quando realizada fora dos locais destinados para o efeito.*
 - ii) *Estão sujeitos a parecer favorável do ICNF, em solo rústico, os seguintes atos e atividades:*
 - (1) *Em domínio público hídrico e faixas de servidão de uso público das parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, a instalação de novas culturas agrícolas ou alterações entre tipos de uso agrícola que envolvam a alteração da morfologia do solo, o corte da vegetação ribeirinha que não decorra de intervenções devidamente autorizadas, a regularização das linhas de água e outras utilizações que modifiquem o regime hidrológico, as características morfológicas das linhas de água ou os serviços prestados por este ecossistema;*



- (2) *A introdução na natureza e o repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna não classificadas como invasoras, nos termos dos requisitos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho;*
- (3) *A reintrodução de espécies indígenas da flora e da fauna;*
- (4) *As ações de arborização e rearborização;*
- (5) *As modificações do coberto vegetal que envolvam formações de buxo (habitat 5110), zimbrais arborescentes (habitat 5210), prados oro-ibéricos de Festuca indigestea (habitat 6160), subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea (habitat 6220), freixiais (habitat 91B0), amiais (habitat 91E0), carvalhais (habitat 9240), salgueirais (habitat 92A0), sobreirais (habitat 9330), azinhais (habitat 9340) e/ou 9560 (zimbrais), bem como aquelas resultantes de alterações entre tipos de uso agrícola e florestal não interditas em áreas ocupadas por tipos de habitat e espécies com presença significativa na ZEC;*
- (6) *A instalação de culturas agrícolas permanentes;*
- (7) *A alteração da morfologia ou topografia do solo, designadamente através da armação do solo em socacos, terraços ou banquetas;*
- (8) *A prospeção e pesquisa de recursos geológicos e a exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos;*
- (9) *A extração de recursos biológicos e genéticos para fins de investigação científica e monitorização;*
- (10) *As operações de gestão sedimentar;*
- (11) *O desvio ou a condução de águas, bem como a instalação de novos aproveitamentos hídricos para abastecimento público ou para rega;*
- (12) *As atividades motorizadas organizadas e as competições desportivas;*
- (13) *A prática de escalada e atividades afins.*

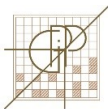
TÍTULO IV

Solo Rústico

SECÇÃO I – Disposições gerais

Artigo 28.º – Disposições comuns

- 1- *Em função da sua aptidão e uso atual, o solo rústico inclui um conjunto de categorias e subcategorias, assumindo, no entanto, os espaços agrícolas e florestais a base agrícolas, pecuárias e florestais, que permitam a diversificação e dinamização social e económica do espaço rústico.*
- 2- *As ações de ocupação, uso e transformação no solo rústico, incluindo as práticas agrícolas e florestais e de aproveitamento de recursos energéticos e geológicos, devem ter em conta a presença dos valores naturais, paisagísticos e arqueológicos que interessa preservar e qualificar, com vista à manutenção do equilíbrio ecológico e da preservação da identidade de Macedo de Cavaleiros.*



- 3- *A edificabilidade em solo rústico tem carácter excecional e só é admitida quando indispensável à atividade dominante processada no prédio em causa, devendo ser devidamente acautelado o seu impacto paisagístico, designadamente no respeito pela morfologia do terreno, nas cores e materiais de revestimento e na delimitação da propriedade, preferencialmente em muro de pedra ou em sebe viva.*
- 4- *As medidas de proteção contra incêndios rurais e gestão de fogo rural são definidas pelo quadro legal em vigor e no PMDFCI, ou em instrumento que o venha substituir.*
- 5- *Admitem-se NDT em solo rústico, desde que se localizem em espaços agrícolas, florestais ou de ocupação turística e cumpram as seguintes disposições:*
 - a) *São admitidas as seguintes tipologias de empreendimentos turísticos: estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, TER, TH, parques de campismo e de caravanismo, ou conjuntos turísticos que englobem as citadas tipologias;*
 - b) *A solução de ocupação do solo tem de promover a concentração da edificação e do índice de impermeabilização do solo, não podendo estas áreas ocupar mais de 30% da superfície do NDT;*
 - c) *A área de espaços verdes de utilização comum, por unidade de alojamento deve ser superior a 50m², podendo incluir áreas integradas na EEM;*
 - d) *As soluções paisagísticas devem valorizar o património natural e cultural do local e da envolvente;*
 - e) *A estrutura verde deve ser contínua e em articulação com a EEM, quando existente no local;*
 - f) *A área mínima do NDT é de 25 ha;*
 - g) *A capacidade mínima é de 60 camas;*
 - h) *Os empreendimentos turísticos previstos na alínea a) têm, sempre que aplicável, uma categoria mínima de 4 estrelas.*
- 6- *Nas áreas abrangidas pela RN2000 deve ser cumprido o disposto no ANEXO I deste Regulamento.*
- 7- *Nas áreas abrangidas pela PPAA, independentemente da categoria de espaço, e de modo a manter a salvaguarda de recursos e valores naturais e culturais, e a assegurar a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da área de intervenção, aplicam-se as disposições constantes do ANEXO III deste Regulamento.*

SECÇÃO II – Aglomerados rurais

Artigo 29.º – Identificação

- 1- *Os aglomerados rurais correspondem a lugares que conservam a estrutura e as características morfológicas originais, em regra claramente marcadas pela vivência rural.*
- 2- *Nesta categoria de espaço, os usos dominantes são a habitação, os empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, TER e TH e as instalações de apoio a atividades localizadas em solo rústico e à função habitacional, nomeadamente, comércio, serviços e outros desde que complementares e compatíveis com a habitação.*



- 3- Nos aglomerados rurais é instituído um regime de proteção que implica a preservação e conservação dos aspetos dominantes da sua imagem, nomeadamente das suas características morfológicas, incluindo a estrutura, forma de agregação, tipologia, materiais, cores e dimensão de vãos.

Artigo 30.º – Regime de edificabilidade

- 1- Admitem-se obras de ampliação e nova construção, ficando a altura máxima da fachada limitada a 7 metros e dois pisos, sem prejuízo da inserção urbana e paisagística.
- 2- Quando os aglomerados rurais se encontrem maioritariamente edificados, admitem-se novas construções com vista à consolidação da malha edificada/infraestruturada, desde que se integrem harmoniosamente no tecido edificado, tendo em consideração as características morfológicas e tipológicas da envolvente, nomeadamente alinhamento e recuo, altura máxima da fachada e volumetria, de forma a contribuir para a valorização do espaço público.
- 3- Em prédios onde já exista edificação de carácter habitacional, permite-se a construção de anexos desde que a edificabilidade destes não exceda 10% da área do logradouro nem os 50m².
- 4- Na ausência de edifícios que identifiquem características tipo morfológicas a que se deve submeter a construção, tal como definido nos números anteriores, a edificabilidade é condicionada aos seguintes parâmetros:

Usos	Índice de edificabilidade	Índice de impermeabilização (%)	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Habitação	0,4	50	2 e 7 metros
Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais	0,4	50	1 e 7 metros
Empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, TER e TH	0,45	55	2 e 7 metros
Equipamentos de utilização coletiva	0,55	65	1 e 7 metros

- (1) Está excluída dos índices de edificabilidade, a área abaixo da cota de soleira, desde que destinada a garagem, arrumos e outros espaços não habitacionais, e desde que respeite a área de implantação do edifício.

SECÇÃO III – Áreas de edificação dispersa

Artigo 31.º – Identificação

- 1- As áreas de edificação dispersa correspondem a áreas sem funções urbanas prevaletentes, de ocupação rarefeita e cujo limite se pretende conter, admitindo-se um regime de edificabilidade intermédio entre o solo rústico e o urbano e privilegiando-se a sua



requalificação urbanística e a ocupação dos espaços para colmatação, desde que rigorosamente salvaguardados os valores paisagísticos e naturais em presença.

- 2- *O uso dominante é o habitacional, admitindo-se ainda os seguintes usos, desde que asseguradas as condições de compatibilidade estabelecidas no artigo 15.º:*
- a) Atividade agrícola e edificações de apoio às atividades agrícola e florestal;*
 - b) Habitação;*
 - c) Empreendimentos turísticos nas tipologias de TER e de TH;*
 - d) Comércio, serviços e indústria diretamente ligados às utilizações agrícolas, pecuárias e florestais;*
 - e) Equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística.*
- 3- *Nestes espaços não é permitida a abertura de novos arruamentos.*

Artigo 32.º – Regime de edificabilidade

- 1- *Nestes espaços são mantidas as características morfológicas da ocupação inicial, essencialmente preservando a relação entre os usos existentes e a atividade agrícola.*
- 2- *A edificabilidade, sem prejuízo da legislação aplicável em vigor, fica sujeita aos parâmetros do seguinte quadro.*

Usos	Índice de edificabilidade	Edificabilidade (m²)	Área máxima de impermeabilização (m²)	N.º de pisos e altura máxima da fachada
<i>Apoio às atividades agrícolas e florestais</i>	<i>0,02</i>	<i>100</i>	<i>-</i>	<i>5 metros</i>
<i>Habitação (edifício único com um só fogo)</i>	<i>0,3</i>	<i>400</i>	<i>300</i>	<i>2 e 7 metros</i>
<i>Empreendimentos turísticos</i>	<i>0,2</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>2 e 7 metros</i>
<i>Estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços diretamente ligados à atividade agrícola, pecuária e florestal</i>	<i>-</i>	<i>500</i>	<i>300</i>	<i>2 e 7 metros</i>
<i>Equipamentos de utilização coletiva</i>	<i>-</i>	<i>500</i>	<i>300</i>	<i>2 e 7 metros</i>

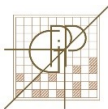
**SECÇÃO IV – Espaços agrícolas****Artigo 33.º – Identificação**

- 1- Os espaços agrícolas integram a RAN, incluindo as áreas do AHMC e outras áreas com características semelhantes de reduzida dimensão adjacentes à RAN, que detêm o maior potencial agrícola do município.
- 2- A prática da atividade agrícola pode ser realizada em conformidade com o Código das Boas Práticas Agrícolas para a proteção da água contra a poluição por nitratos de origem agrícola.
- 3- O regime de edificabilidade nos espaços agrícolas é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo do disposto no artigo 27.º e da legislação aplicável no PMDFCI ou em instrumento que o venha a substituir.

Artigo 34.º – Regime de edificabilidade

- 1- A construção nova, quando permitida, fica sujeita aos parâmetros constantes do quadro seguinte:

Usos	Dimensão mínima da parcela (m ²)	Valores máximos			
		Índice de edificabilidade	Edificabilidade (m ²)	Índice de impermeabilização do solo	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Habitação, desde que nas condições admitidas para a RAN	10 000	--	300	300 m ²	2 e 7 metros
Instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais	A existente	0,10	2000	Área máxima de implantação acrescida de 10%	1 e 4,5 metros
Detenção caseira de espécies pecuárias	A existente	0,05	500	1% da área da parcela	1 e 4,5 metros
Estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços diretamente ligados à atividade agrícola, pecuária e florestal	10 000	--	4000	Área máxima de implantação acrescida de 20%	2 e 9 metros
Equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística	A existente	0,1	200	Área máxima de implantação acrescida de 20%	1 e 4,5 metros
Empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, pousadas, TER e TH	A existente	0,4	--	Área máxima de implantação acrescida de 30%	2 e 7 metros

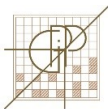


- 2- *A altura máxima da fachada definida no número anterior pode ser excecionada em instalações especiais devidamente justificadas.*
- 3- *Quando estejam em causa obras de ampliação da edificação existente, a área de implantação do edifício não pode sofrer um aumento superior a 50% da área inicial e não pode haver aumento do número de pisos, não podendo a edificabilidade total resultante ser superior a:*
 - a) *Habitação – 300m²;*
 - b) *Apoios à atividade às atividades agrícolas, pecuárias e florestais – 100m²;*
 - c) *Hotéis, pousadas, TER ou TH – 500m².*

SECÇÃO V – Espaços florestais

Artigo 35.º – Identificação

- 1- *Os espaços florestais são áreas de uso florestal dominante, destinados prioritariamente ao aproveitamento dos recursos florestais e à salvaguarda do seu valor ambiental e paisagístico.*
 - a) *Áreas de uso silvopastoril, que compreende as áreas atualmente incultas ou de matos com ou sem arvoredo disperso, com diminutas potencialidades produtivas;*
 - b) *Áreas de uso florestal e área de uso florestal de proteção e galeria ripícola, área de uso florestal de proteção a manter;*
 - c) *Áreas com funções de integração ou enquadramento de infraestruturas, remate de zonas aedificandi ou recuperação de espaços cénicos ou ecossistemas desagregados.*
- 2- *Os espaços florestais compreendem as seguintes subcategorias:*
 - a) *Espaços florestais de produção, destinados prioritariamente ao aproveitamento dos recursos florestais;*
 - b) *Espaços florestais de proteção, destinados à salvaguarda do risco ecológico;*
 - c) *Espaços florestais de conservação, destinados a proteger os habitats;*
 - d) *Espaços florestais mistos de uso silvícola com agrícola, destinados maioritariamente ao aproveitamento agroflorestal;*
 - e) *Espaços florestais de recreio e valorização da paisagem, destinados à valorização de ativos turísticos.*
- 3- *A ocupação e a gestão dos espaços florestais, para além das disposições legais aplicáveis a cada situação, cumprem as disposições constantes do ANEXO II do presente regulamento, do qual é parte integrante, e que materializam a compatibilização do presente PDMMC com as orientações estratégicas florestais definidas do PROF-TMAD.*
- 4- *As disposições a que se refere o número anterior são definidas por SRH, função, objetivos específicos, normas de intervenção e espécies florestais prioritárias.*
- 5- *As explorações privadas não sujeitas a Plano de Gestão Florestal dão cumprimento às seguintes normas mínimas, desenvolvidas no ANEXO II, desde que não integradas em Zona de Intervenção Florestal:*
 - a) *Normas de silvicultura preventiva;*
 - b) *Normas gerais de silvicultura por SRH e por função;*



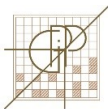
- c) Modelos de silvicultura, de acordo com as espécies a privilegiar por SRH e por função.
- 6- O regime de edificabilidade nos espaços florestais é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo da legislação aplicável no PMDFCI.

Artigo 36.º – Regime de edificabilidade

- 1- A construção nova, quando permitida, fica sujeita aos parâmetros constantes do quadro seguinte:

Usos	Dimensão mínima da parcela (m ²)	Valores máximos			
		Índice de edificabilidade	Edificabilidade (m ²)	Índice de impermeabilização do solo	N.º de pisos e altura máxima da fachada
Instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais	A existente	0,05	1000	Área máxima de implantação acrescida de 10%	1 e 4,5 metros
Detenção caseira de espécies pecuárias	A existente	0,05	500	1% da área da parcela	1 e 4,5 metros
Estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços diretamente ligados à atividade agrícola, pecuária e florestal	10 000	--	4000	Área máxima de implantação acrescida de 20%	2 e 9 metros
Equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística	A existente	0,1	200	Área máxima de implantação acrescida de 20%	1 e 4,5 metros
Empreendimentos turísticos nas tipologias de hotéis, pousadas, TER e TH	A existente	0,4	--	Área máxima de implantação acrescida de 30%	2 e 7 metros

- 2- A altura máxima da fachada definida no número anterior pode ser excecionada em instalações especiais devidamente justificadas.
- 3- Quando estejam em causa obras de ampliação da edificação existente, a área de implantação do edifício não pode sofrer um aumento superior a 50% da área inicial e não pode haver aumento do número de pisos, não podendo a edificabilidade total resultante ser superior a:
- a) Habitação – 300m²;
 - b) Apoios à atividade às atividades agrícolas, pecuárias e florestais – 100m²;
 - c) Hotéis, pousadas, TER ou TH – 500m².



SECÇÃO VI – Espaços naturais e paisagísticos

Artigo 37.º – Identificação

- 1- *Os Espaços naturais e paisagísticos integram os valores naturais com significado e importância relevante do ponto de vista da conservação da natureza e que se caracterizam por um grau muito elevado de sensibilidade ecológica.*
- 2- *Constituiu objetivo específico a desenvolver para estes espaços, a gestão dos espaços adequada às necessidades de conservação de habitats, de fauna e de flora com as seguintes disposições:*
 - a) *Condução da regeneração natural de folhosas autóctones;*
 - b) *Restauração de ecossistemas degradados.*
- 3- *Os Espaços naturais e paisagísticos integram parte da RN2000.*
- 4- *O regime de edificabilidade nos espaços naturais e paisagísticos é estabelecido no artigo seguinte, sem prejuízo da legislação aplicável no PMDFCI.*

Artigo 38.º – Regime de edificabilidade

Quando estejam em causa obras de ampliação da edificação existente, a área de implantação do edifício não pode sofrer um aumento superior a 50% da área inicial e não pode haver aumento do número de pisos, não podendo a edificabilidade total resultante ser superior a:

- a) *Habitação – 300m²;*
- b) *Hotéis, pousadas, TER ou TH – 500m²;*
- c) *Apoios à atividade às atividades agrícolas, pecuárias e florestais e equipamentos de utilização coletiva e de recreio, lazer, cultura e de suporte a atividades de animação turística – 100m².*

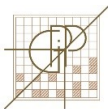
SECÇÃO VIII – Espaço de exploração de recursos geológicos

Artigo 41.º – Identificação

São espaços onde ocorre atividade produtiva significativa e que correspondem às áreas concessionadas ou licenciadas, tendo em vista o aproveitamento de recurso geológico dentro dos valores de qualidade ambiental.

Artigo 42.º – Ocupações, utilizações e regime

- 1- *É permitida a exploração dos recursos minerais existentes, conforme previsto na legislação em vigor.*
- 2- *É permitida a instalação de edifícios de apoio às atividades extrativas licenciadas, com a área máxima de construção de 200m², e de estabelecimentos industriais relacionados com a atividade transformadora relacionada com a atividade extrativa,*



com a área máxima de construção de 2 000m², desde que não exceda 10% da área afeta ao plano de exploração.

- 3- Constituem exceção ao número anterior as instalações especiais necessárias ao desenvolvimento da atividade extrativa, desde que tecnicamente justificado.*
- 4- A exploração de espaços complementares só pode ser iniciada em conformidade com o previsto no Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística.*

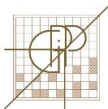
Artigo 43.º – Medidas de salvaguarda ambiental

- 1- O acesso e a cessação da atividade de pesquisa e de exploração dos recursos geológicos fazem-se no âmbito do cumprimento da legislação específica em vigor.*
- 2- Os Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística, previstos na legislação em vigor, são implementados por fases, de acordo com os respetivos planos de pedreira, à medida que sejam abandonadas as áreas já exploradas.*

SECÇÃO X – Espaço cultural

Artigo 46.º – Identificação e regime

- 1- O espaço cultural, correspondente ao Convento de Balsamão, procura proteger, conservar e valorizar, admitindo usos diretamente ligados de apoio à cultura, ao recreio, ao lazer, à animação turística ou outros usos.*
- 2- Este espaço destina-se predominantemente a equipamentos, sendo ainda admitida a implementação de áreas verdes, de comércio e serviços, nomeadamente, estabelecimentos de restauração e bebidas e de outras infraestruturas, desde que de apoio e complementares dos usos admitidos no número anterior.*
- 3- Os projetos para equipamentos têm de ser desenvolvidos atendendo às condições topográficas, morfológicas e ambientais que caracterizam o território onde se localizam e integrar-se na envolvente edificada.*
- 4- Neste espaço aplica-se a todas as operações urbanísticas os seguintes indicadores:*
 - a) O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,5;*
 - b) O índice de impermeabilização do solo é de 60%;*
 - c) O número máximo de pisos é 3 e a altura máxima da fachada são 12 metros, com exceção para as partes dos edifícios cuja natureza funcional e técnica exija alturas de fachada superiores.*



TÍTULO V

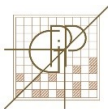
Solo Urbano

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47.º – Disposições comuns

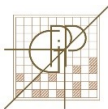
- 1- *Todas as obras de construção ou ampliação de imóveis devem procurar integrar-se na paisagem e na morfologia do terreno de forma harmoniosa, compatibilizando-se com as características do edificado tradicional do concelho e da região, nomeadamente em termos de cores e materiais.*
- 2- *Pode o MMC impedir, por razões de interesse patrimonial ou ambiental, a demolição total ou parcial de qualquer edificação, bem como o corte ou arranque de espécies vegetais e trabalhos de remodelação de terrenos.*
- 3- *No preenchimento das áreas não edificadas da malha urbana, a dimensão de lotes ou parcelas, as tipologias construtivas, os alinhamentos, os recuos e as alturas de fachadas permitidas devem respeitar os dominantes, tendo em consideração as características morfológicas e tipológicas da envolvente imediata, não sendo invocável a eventual existência de edifício(s) que exceda(m) a altura dominante da frente urbana em que se inserem.*
- 4- *Sem prejuízo do atrás referido podem ser admitidas exceções, por questões de colmatação ou de garantia de coerência no desenho urbano e traçado arquitetónico dos edifícios.*
- 5- *É permitida a construção de anexos de apoio à construção principal, nomeadamente com as funções de apoio a piscinas e outros espaços de lazer, desde que, para além das disposições do Regulamento Geral das Edificações Urbanas relativas a ventilação, iluminação e afastamento, sejam observadas as seguintes regras:*
 - a) *Não ocuparem uma área superior a 10% da área total do lote ou propriedade em que se implantem;*
 - b) *Essa área não ultrapassar 50m²;*
 - c) *Existir em apenas um único piso;*
 - d) *Altura máxima da fachada não exceder 2,5 metros;*
 - e) *Não ter uso habitacional;*
 - f) *Não serem construídos entre o plano da fachada posterior da construção principal e o limite frontal do lote relativamente à via de acesso principal.*
- 6- *Sem prejuízo da legislação em vigor pode ser exigido que os projetos incorporem medidas de salvaguarda devidamente especificadas por forma a garantir:*
 - a) *O controlo de efluentes e de quaisquer outros efeitos nocivos no ambiente;*
 - b) *A não perturbação ou agravamento das condições de tráfego e segurança da circulação nas vias públicas de acesso aos empreendimentos ou atividades situadas nas suas proximidades;*
 - c) *A segurança de pessoas e bens, quer no interior das áreas afetadas ao empreendimento ou atividade, quer nas áreas da envolvente exterior com que a atividade possa interferir.*



- 7- *Sem prejuízo de legislação em vigor consideram-se incompatíveis com o solo urbano as instalações pecuárias.*
- 8- *As áreas do AHMC que se encontram representadas na PO – Salvaguardas, inseridas em solo urbano, são objeto de exclusão do AHMC e nelas qualquer ação, construção ou utilização, não exclusivamente agrícola, objeto de licenciamento, autorização ou comunicação prévia nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, carece de prévia exclusão do AHMC, com o consequente pagamento do montante compensatório devido nos termos da lei em vigor.*
- 9- *Para as infraestruturas do AHMC localizadas em solo urbano aplicam-se as seguintes disposições:*
 - a) *Têm faixas de proteção de 5 metros para cada lado do seu eixo;*
 - b) *Nas faixas de proteção referidas na alínea anterior qualquer ocupação, utilização ou ação está condicionada a parecer prévio da entidade competente;*
 - c) *As operações urbanísticas a realizar em solo urbano não podem impedir a passagem da água de rega para os prédios a jusante;*
 - d) *Estas infraestruturas estão identificadas na PC – Geral, sendo indicativa a sua localização, pelo que a localização exata terá de ser validada pela entidade competente.*

Artigo 48.º – Edificabilidade

- 1- *A edificabilidade em solo urbano rege-se sempre pela manutenção das características morfotipológicas dominantes da frente urbana edificada em que se insere a pretensão, designadamente, o alinhamento e recuo dominantes e a moda da altura máxima da fachada.*
- 2- *Constituem exceção ao número anterior as seguintes situações:*
 - a) *Operações urbanísticas sem continuidade imediata com as morfotipologias preexistentes nos terrenos confinantes, desde que cumpram cumulativamente as seguintes condições:*
 - i) *Quando, por razões de integração urbana, seja devidamente fundamentada a solução à escala do quarteirão e envolvente;*
 - ii) *Estabelecimento do adequado remate das preexistentes;*
 - iii) *Estabelecimento de transição e articulação morfotipológica com as preexistências, em que o intervalo entre a edificação proposta e a preexistente é igual à média das alturas das fachadas confrontantes dessas edificações, salvo na situação de colmatação de empena existente;*
 - iv) *Consagração da lógica de desenho urbano numa extensão que lhe confira representatividade, de forma a não constituir um fenómeno isolado, entre as morfotipologias envolventes.*
 - b) *A consideração de uma altura de fachada inferior à da moda da frente urbana consolidada, desde que daí não resultem situações de evidente rutura morfológica;*
 - c) *A ampliação para 2 pisos de edifícios localizados em frente urbana edificada com moda da altura máxima da fachada de 1 piso, quando se destinem a garantir as condições de habitabilidade exigidas no quadro legal em vigor e desde que seja garantida uma*



- correta articulação formal com as construções existentes ou com a transformação prevista para o local;*
- d) *As resultantes do estabelecimento de novos alinhamentos, recuos ou altura máxima da fachada de frentes urbanas não consolidadas, através de instrumentos de gestão territorial ou de programação da execução adequados.*
- 3- *No caso de impossibilidade de aplicação de características morfotipológicas dominantes referidas no número 1, nomeadamente em áreas de execução programada a consolidar ou a estruturar, são aplicáveis os parâmetros urbanísticos de caráter quantitativo definidos nas diferentes categorias do solo urbano.*
- 4- *Só serão licenciadas construções em prédio autónomo desde que o rebatimento da fachada do edifício confrontante com a via de acesso seja compreendido nos limites dessa mesma frente urbana, não sendo aceitáveis situações de interioridade, alinhamentos e afastamentos de fachadas dissonantes dos existentes ou dos previsíveis por força da configuração do terreno.*

CAPÍTULO II

QUALIFICAÇÃO DE SOLO

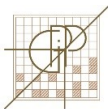
SECÇÃO II – Espaços habitacionais

Artigo 52.º – Identificação

- 1- *Os espaços habitacionais correspondem aos aglomerados de Chacim, Lamas e Moraes e são espaços onde predomina o uso habitacional, em que a malha urbana e o espaço público se encontram dominantemente estabilizados.*
- 2- *Nestes espaços:*
- a) *Pretende-se qualificar e disponibilizar espaço público e garantir o equilíbrio entre o uso habitacional e outras utilizações ou ocupações compatíveis.*
- b) *O destino é a habitação, empreendimentos turísticos, comércio e serviços, admitindo-se ainda pequenos estabelecimentos industriais e outros usos, desde que compatíveis com o uso dominante.*

Artigo 53.º – Regime de edificabilidade

- 1- *Nos espaços habitacionais e no caso da construção de edifícios não resultantes de operação de loteamento ou no caso de obras de ampliação, integrados ou não em operações de loteamento, as novas edificações dão cumprimento às seguintes condições:*
- a) *Assegurar os alinhamentos e recuos necessários ao reperfilamento ou correção de traçado do espaço e vias públicas existentes e ao reordenamento urbanístico da zona abrangida pela intervenção e demonstrar a correta integração urbanística da pretensão com os edifícios e zonas envolventes;*
- b) *No caso da construção de novos edifícios, estes devem integrar-se na morfotipologia dominante do conjunto onde se inserem, respeitando, na ausência de alinhamentos, recuos e alturas de fachada definidos pelo MMC, os recuos e alinhamentos dominantes*



da frente urbana respetiva e a organização volumétrica, o ritmo e a proporção desse conjunto, com respeito pela moda da cércea na frente urbana onde a intervenção se localiza.

- 2- *Nas operações de loteamento, os parâmetros de edificabilidade são os seguintes:*
 - a) *O índice de edificabilidade não pode ser superior a 1,0;*
 - b) *O índice de impermeabilização do solo é de 80%.*
- 3- *Excetuam-se dos números anteriores as situações de colmatação, nas quais as novas construções ou ampliações de edifícios existentes respeitam os alinhamentos e recuos dos edifícios contíguos e estabelecem a articulação volumétrica desses mesmos edifícios.*

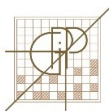
SECÇÃO III – Espaços urbanos de baixa densidade

Artigo 54.º – Identificação

- 1- *Os espaços urbanos de baixa densidade integram áreas de génese urbana, com tipologias construtivas de habitação unifamiliar de 1 ou 2 pisos, bem como áreas de génese rural caracterizadas por conjuntos edificados coesos com valor patrimonial relevante e funções residenciais e de apoio a atividades processadas em solo rústico.*
- 2- *Nos espaços urbanos de baixa densidade o uso dominante é o habitacional, admitindo-se os seguintes usos diretamente ligados:*
 - a) *Comércio e serviços;*
 - b) *Empreendimentos turísticos;*
 - c) *Atividade agrícola e edificações de apoio.*
- 3- *Nestes espaços admitem-se ainda outros usos, desde que compatíveis com a função habitacional.*

Artigo 55.º - Regime de edificabilidade

- 1- *Quando os espaços urbanos de baixa densidade se encontrem maioritariamente edificados, as novas construções e ampliações de edifícios existentes ficam sujeitas às seguintes disposições:*
 - a) *Têm que se integrar harmoniosamente no tecido urbano construído, tendo em consideração as características morfológicas e tipológicas da envolvente, nomeadamente alinhamento, recuo, altura máxima da fachada, volumetria e ocupação do lote ou parcelas, tradicionais dos espaços em que se inserem;*
 - b) *O recuo definido pelas edificações imediatamente contíguas tem que ser respeitado, exceto em casos de reconstrução e outros em que a MMC entenda ser conveniente fixar outro, fundamentado na melhoria da rede viária;*
 - c) *A altura máxima da fachada é definida pela moda das alturas das fachadas dos edifícios da frente urbana do lado do arruamento onde se integra o novo edifício ou conjunto de edifícios, no troço entre duas transversais ou na frente que apresente características morfológicas homogéneas;*
 - d) *A profundidade máxima admissível para as empenas é de 15 metros, exceto quando existem edifícios confinantes, em que a profundidade poderá ser igual à destes, desde*



- que asseguradas as condições de exposição, insolação e ventilação dos espaços habitáveis e no caso de estabelecimentos hoteleiros em que se admite uma profundidade de 18 metros, desde que tal não dê origem a elementos dissonantes no conjunto urbano;*
- e) *O índice de impermeabilização do solo tem de ser inferior ou igual a 80%, à exceção de parcelas já ocupadas na totalidade.*
- 2- *Nas operações de loteamento e nos espaços urbanos de baixa densidade programados, sem prejuízo do cumprimento das condições de execução definidas para cada UOPG, os parâmetros de edificabilidade são os seguintes:*
- a) *O índice de edificabilidade não pode ser superior a 0,6;*
- b) *O índice de impermeabilização do solo é de 70%.*

TÍTULO VI

Salvaguardas

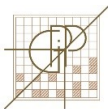
CAPÍTULO I

AMBIENTAL

SECÇÃO I – Estrutura Ecológica Municipal

Artigo 60.º – Identificação e objetivos

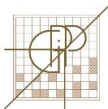
- 1- *A Estrutura Ecológica Municipal (EEM), identificada na PO – Salvaguardas e detalhada na Planta de Estrutura Ecológica Municipal, é constituída por um conjunto de áreas com características biofísicas e paisagísticas especiais que desempenham um papel determinante no equilíbrio ecológico e ambiental do território, contribuindo para a valorização dos valores naturais e paisagísticos e promovendo a estruturação das atividades urbanas e rurais de forma integrada e sustentável, incorporando as áreas afetas à rede fundamental de conservação da natureza no território do município e incluindo a totalidade da REN.*
- 2- *A EEM, para efeitos de aplicação do presente regulamento, é constituída por três macrocomponentes, às quais correspondem diferentes níveis de proteção:*
- a) *Estrutura Ecológica Fundamental (EEF), engloba os valores naturais associados à ZEC Morais, à ZEC e ZPE dos Rios Sabor e Maças, à ZEC de Romeu, ZEC e ZPE Montesinho/Nogueira, à PPAA, outros valores cuja conservação deve ser assegurada, espaços fundamentais para o bom funcionamento do ciclo hidrológico e para minimização dos riscos e vulnerabilidades, bem como os corredores ecológicos de interesse regional definidos pelo PROF-TMAD e associados aos principais elementos naturais lineares, promovendo a estruturação dos sistemas ecológicos, o continuum naturale e a prestação de serviços dos ecossistemas;*
- b) *Estrutura Ecológica Urbana e Sociocultural (EEUS), abrange a estrutura à escala humana, integrando os espaços que, para além de apresentarem qualidades ecológicas e ambientais, possuem valências culturais e sociais capazes de contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população, para a valorização elementos*



- paisagísticos identitários, para a qualificação paisagística e para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, assegurando também a coesão entre os espaços rústicos e urbanos;*
- c) *Estrutura Ecológica Complementar (EEC), integra as áreas da REN que não se enquadram na EEF nem na EEUS e que, devido às suas características, desempenham funções complementares e não fundamentais.*
- 3- *Os principais objetivos e funções da Estrutura Ecológica Municipal são:*
- a) *Manutenção ou incremento da biodiversidade através da proteção, criação, ligação e gestão dos habitats;*
 - b) *Proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos;*
 - c) *Potenciação das atividades de recreio relacionado com a oportunidade dos recursos naturais;*
 - d) *Proteção e valorização dos recursos históricos e paisagísticos;*
 - e) *Contenção urbanística.*
- 4- *A EEF é formada pelo conjunto das seguintes componentes:*
- a) *Corredores Ecológicos;*
 - b) *Sistema Ripícola;*
 - c) *Sistema de Valores Naturais;*
 - d) *Sistema Montanhoso.*
- 5- *A EEUS é formada pelo conjunto das seguintes componentes:*
- a) *Rede de Mobilidade Suave e de Fruição da Paisagem;*
 - b) *Corredores Verdes;*
 - c) *Espaços de Valorização Recreativa;*
 - d) *Espaços de Valorização Geomorfológica;*
 - e) *Espaços de Valorização Cultural;*
 - f) *Espaços de Visualização da Paisagem.*
- 6- *A EEC é formada pelas outras áreas abrangidas pela REN.*

Artigo 61.º – Regime da EEM

- 1- *Nas áreas abrangidas pela EEM aplica-se o regime das diferentes categorias e subcategorias de espaços definidas, condicionadas ao respetivo regime legal vigente de qualquer servidão ou restrição de utilidade pública, caso se aplique.*
- 2- *Na macrocomponente EEF são interditas as seguintes ações:*
- a) *Operações de urbanização e de edificação, exceto as que se enquadrem em ações admissíveis nos regimes específicos da RAN ou da REN, ou quando justificadas para a implementação de empreendimentos turísticos, de equipamentos ou de infraestruturas de apoio turístico, lúdico e/ou pedagógico, desde que garantam a devida integração paisagística e continuidade ecológica;*
 - b) *Alterações da topografia e/ou do coberto vegetal, exceto aquelas que visem a melhoria ecológica, a melhoria ambiental, a minimização dos riscos potencialmente associados e as alterações que se enquadrem na alínea anterior, desde que garantam a harmonia com o terreno envolvente;*

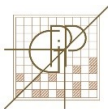


- 3- Na macrocomponente EEF, a edificabilidade, quando permitida nos termos estabelecidos para as diferentes categorias de espaços, fica limitada às utilizações e condições seguintes:
- a) Ampliação e reconstrução dos edifícios existentes conforme o artigo referente às legalizações e às preexistências;
 - b) Concretização da ampliação e reconstrução referida na alínea anterior pode acontecer através da construção de novos edifícios não contíguos ao existente, quando destinados a empreendimentos turísticos, desde que promovam a correta integração urbanística e paisagística;
 - c) Adaptação de construções existentes para empreendimentos turísticos (hotéis, pousadas, TER e TH), bem como para atividades culturais, de recreio, lazer e/ou de animação turística associadas ao aproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas.
- 4- Na macrocomponente EEUS são interditas as seguintes ações:
- a) Realização de intervenções que afetem a integração paisagística ou provoquem desarmonia na paisagem existente;
 - b) Artificialização das linhas de água naturalizadas, podendo excetuar-se pequenos troços cuja intervenção seja indispensável por motivos de interesse público e desde que sujeita a parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente;
 - c) Impermeabilização espaços verdes existentes, excetuando a impermeabilização devido à instalação de estruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e as atividades de animação turística, que não deverão exceder os 20% do espaço atualmente permeável;
 - d) Usos que originem ruídos, poluição e degradação da qualidade ambiental;
 - e) Afetação da continuidade ecológica.
- 5- Cumulativamente ao disposto nos números anteriores, a aplicação do regime de uso do solo deve privilegiar as orientações definidas no ANEXO IV do presente regulamento, aplicáveis às respetivas macrocomponentes e componentes e da EEM.

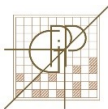
SECÇÃO II – Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo

Artigo 62.º – Regime de salvaguarda

- 1- A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA) está delimitada na PO – Salvaguardas.
- 2- Correspondem a espaços dentro da PPAA, aqueles que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de maior sensibilidade ambiental, mas que também podem incluir elementos naturais e paisagísticos relevantes, com interesse conservacionista.
- 3- Nas áreas integradas na PPAA:
 - a) Pretende-se:
 - i) A exploração e melhoramento dos recursos agrossilvopastoris, nomeadamente melhoramento de pastagens, bem com ao aproveitamento dos recursos naturais em apresentação através de sistemas agrossilvopastoris mais ou menos intensivos;



- ii) Implementar modelos de gestão florestal ambientalmente sustentáveis que permitam aumentar o valor natural e paisagístico destes espaços;*
- b) Não são permitidas quaisquer ações que destruam o coberto vegetal ou diminuam as características ou valor biológico e florístico dos ecossistemas, nomeadamente, arranque ou corte, mesmo pé a pé, de árvores ou arbustos, danificação por fogo, ou outros agentes estranhos à dinâmica natural dos sistemas vegetais em causa;*
- c) As operações culturais permitidas são apenas a extração de cortiça nos sobreirais já instalados, de acordo com a legislação em vigor que estabelece medidas de proteção ao montado de sobreiro, e eventuais ações de reflorestação, com uso das mesmas espécies, em caso de danificação do arvoredor, desde que supervisionadas pela entidade competente;*
- d) Admitem-se atividades recreativas e respetivas infraestruturas, nomeadamente recintos desportivos, parques de merendas, estacionamento ou outros usos, desde que não comprometam a função estruturante e a integridade das manchas arbóreas aí presentes;*
- e) Destinam-se essencialmente a salvaguardar a tranquilidade para as atividades de repouso e alimentação de aves aquáticas e a garantir a manutenção dos processos naturais em estado de perturbação mínima, bem como a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos;*
- f) Deve-se manter o coberto vegetal natural, incluindo matos e carvalhais, apenas sendo admitidas alterações decorrentes de intervenções de prevenção e combate de incêndios, bem como, do desenvolvimento de ações de conservação da natureza conduzidas ou autorizadas pela entidade competente;*
- g) Excetua-se da alínea anterior, a área correspondente à ilha denominada Cabeço do Fidalgo, na qual apenas são permitidas ações de conservação da natureza e atividades de investigação, monitorização e educação, mediante autorização da entidade competente;*
- h) Sem prejuízo do disposto das alíneas anteriores, são ainda interditas as seguintes atividades:*
 - i) A instalação de povoamentos florestais para exploração silvícola intensiva e os cortes rasos dos povoamentos existentes;*
 - ii) A construção de novas infraestruturas viárias;*
 - iii) A circulação a pé, a cavalo ou em bicicleta fora dos caminhos existentes, com exceção de pessoas ao serviço da PPAA, dos proprietários dos terrenos sitos nesta categoria, no contexto de trabalhos de investigação científica e em ações de educação e animação ambiental autorizadas pela entidade competente, e em ações de combate a incêndios, socorro e vigilância;*
 - iv) As alterações na rede de drenagem natural.*



3.2. Integração no PDM das medidas de conservação relativas aos habitats e espécies da Diretiva Habitats, identificados nos Planos de Gestão e Fichas de caracterização da Rede Natura 2000

O presente subcapítulo identifica para cada um dos valores naturais as medidas de conservação suscetíveis de ser aplicadas. Para além da identificação do valor natural e das medidas de conservação associadas apresenta-se ainda, a/as categoria/as de uso do solo onde este se localiza e as disposições regulamentares aplicáveis.

Uma vez que a maioria dos valores naturais (espécies da flora e da fauna) não possuem uma cartografia associada, uma vez que a sua representação é feita através de quadrículas, que impossibilita a sua leitura de forma precisa, as disposições do Plano aplicáveis na área da Rede Natura 2000, podem incluir qualquer tipo de valor natural. Adicionalmente, refere-se que os habitats considerados para efeitos de orientações de gestão correspondem aos identificados na nova informação disponibilizada pela base de dados do ICNF (*habitats_zec_norte*).

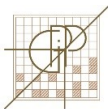
Por fim, importa salientar que, para além das disposições aplicáveis a cada subcategoria de espaço aplicam-se as disposições relativas à compatibilização com o PROF TMAD e com a Rede Natura 2000, que por sua vez incluem as orientações de gestão aplicáveis. Adicionalmente, aplica-se a Estrutura Ecológica Municipal, nas áreas definidas como tal em Planta.

Nota: *As medidas de conservação, nomeadamente as medidas de ordenamento do território e medidas de gestão foram atribuídas a todos os valores naturais protegidos inventariados nos Planos de Gestão. Para além destas, foram consideradas as medidas de conservação complementares a aplicar aos valores com prioridade em termos de conservação (valores alvo).*

- Zona Especial de Conservação Montesinho/ Nogueira

De acordo com a Portaria n.º 140/2025/1, de 31 de março, destacam-se as **Medidas de conservação complementares** definidas para dar resposta às exigências ecológicas dos valores com prioridade em termos de conservação (valores alvo), designadamente:

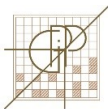
- **MC1.** *Promover a gestão sustentável das pastagens e matos.*
- **MC2.** *Promover a manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural.*
- **MC3.** *Promover a gestão sustentável da floresta.*
- **MC4.** *Promover a manutenção de soutos notáveis.*
- **MC5.** *Colmatar lacunas de informação referentes aos tipos de habitat higrófilos.*
- **MC6.** *Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.*



- **MC7.** Promover a permeabilidade das infraestruturas viárias existentes na ZEC e sua envolvente.
- **MC8.** Criação de um sistema de valorização de produtos pecuários associados à presença de lobo.
- **MC9.** Promover a proteção dos efetivos pecuários.
- **MC10.** Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo.
- **MC11.** Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com a presença de lobo.
- **MC12.** Promover/assegurar densidades de presas selvagens do lobo adequadas ao habitat.
- **MC13.** Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.
- **MC14.** Reforçar a fiscalização.
- **MC15.** Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em habitats florestais.
- **MC16.** Deteção, controlo e gestão de espécies invasoras.
- **MC17.** Colmatar as lacunas de conhecimento sobre a condição ecológica de *Lucanus cervus*, *Geomalacus maculosus*, *Proserpirus proserpina* e *Felis silvestris* na ZEC.
- **MC18.** Promover a conservação dos ecossistemas aquáticos e a gestão das populações ameaçadas.
- **MC19.** Estabelecer e consolidar os critérios e parâmetros de quantificação e avaliação dos objetivos de conservação, e os recursos necessários para a execução das medidas de conservação.

- Habitats

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
3130 – Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável das pastagens e matos. - MC5. Colmatar lacunas de informação referentes aos tipos de <i>habitat</i> higrófilos. - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Deteção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

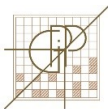


Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
4030 – Charnecas secas europeias	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6160 – Prado oso-ibéricos de Festuca indigesta	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC1. Promover a gestão sustentável das pastagens e matos.- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6220 – Subestepe de gramíneas e anuais de Thero-Brachypodietea	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC1. Promover a gestão sustentável das pastagens e matos.- MC2. Promover a manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural.- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

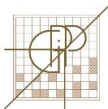
Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6410 – Pradarias com Molina em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molino caeruleae</i>)	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6430 – Comunidades de ervas altas higrofilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC1. Promover a gestão sustentável das pastagens e matos.- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

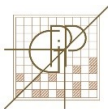
Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC1. Promover a gestão sustentável das pastagens e matos.- MC2. Promover a manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural.- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
8230 – Rochas siliciosas com vegetação pioneira da Sedo-Scleranthion ou da Sedo-albi-Veronicion dillenii	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91B0 – Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

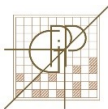
Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91E0 – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion uncanae</i> , <i>Salicion albae</i>)	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC15. Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em <i>habitats</i> florestais. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9230 – Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC3. Promover a gestão sustentável da floresta.- MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9260 – Florestas de <i>Castanea sativa</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC4. Promover a manutenção de sotos notáveis.- MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC15. Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em <i>habitats</i> florestais.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
92A0 – Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

**- Espécies da flora**

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Dianthus laricifolius subsp. marizii</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Festuca brigantina</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Festuca elegans</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

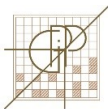


Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Festuca summilusitana</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Narcissus asturiensis</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Santolina semidentata</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Veronica micrantha</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Promover a gestão sustentável da floresta. - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º;



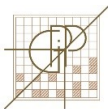
Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	<ul style="list-style-type: none">- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	<ul style="list-style-type: none">Espaços Naturais e PaisagísticosEspaços Urbanos de Baixa Densidade	<ul style="list-style-type: none">38.º; 47.º; 48.º;54.º; 55.º; 60.º e 61.º

- Espécies da fauna

Espécies da fauna - Invertebrados			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Euphydryas aurinia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	<ul style="list-style-type: none">Aglomerados RuraisEspaços AgrícolasEspaços Florestais de ConservaçãoEspaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com AgrícolaEspaços Naturais e PaisagísticosEspaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: <ul style="list-style-type: none">6.º; 7.º; 8.º; 9.º;11.º; 13.º; 15.º;24.º; 28.º; 29.º;30.º; 33.º; 34.º;35.º; 36.º; 37.º;38.º; 47.º; 48.º;54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Pseudochondrostoma duriensis</i>	<ul style="list-style-type: none">Aplicam-se as medidas de conservação:- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão. <ul style="list-style-type: none">Aplicam-se as medidas de conservação complementares:- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.- MC18. Promover a conservação dos ecossistemas aquáticos e a gestão das populações ameaçadas.	<ul style="list-style-type: none">Espaços AgrícolasEspaços Florestais de ConservaçãoEspaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: <ul style="list-style-type: none">6.º; 7.º; 8.º; 9.º;11.º; 13.º; 15.º;24.º; 28.º; 33.º;34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Squalius alburnoides</i>	<ul style="list-style-type: none">Aplicam-se as medidas de conservação:- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão. <ul style="list-style-type: none">Aplicam-se as medidas de conservação complementares:- MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC14. Reforçar a sensibilização.- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.- MC18. Promover a conservação dos ecossistemas aquáticos e a gestão das populações ameaçadas.	<ul style="list-style-type: none">Espaços AgrícolasEspaços Florestais de ConservaçãoEspaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: <ul style="list-style-type: none">6.º; 7.º; 8.º; 9.º;11.º; 13.º; 15.º;24.º; 28.º; 33.º;34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º



Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Cobitis calderoni</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras. - MC18. Promover a conservação dos ecossistemas aquáticos e a gestão das populações ameaçadas.		

Espécies da fauna – Anfíbios e répteis			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Discoglossus galganoi</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Anfíbios e répteis			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Lacerta schreiberi</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras. - MC18. Promover a conservação dos ecossistemas aquáticos e a gestão das populações ameaçadas.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Anfíbios e répteis			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Mauremys leprosa</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º;



Espécies da fauna – Anfíbios e répteis			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
		Espaços Naturais e Paisagísticos	35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º;
		Espaços Urbanos de Baixa Densidade	54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Barbastella barbastellus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Promover a gestão sustentável da floresta. - MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC. - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Canis lupus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC. - MC7. Promover a permeabilidade das infraestruturas viárias existentes na ZEC e sua envolvente. - MC8. Criação de um sistema de valorização de produtos pecuários associados à presença de lobo. - MC9. Promover a proteção dos efetivos pecuários. - MC10. Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo. - MC11. Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com a presença de lobo. - MC12. Assegurar densidades de presas selvagens do lobo adequadas ao <i>habitat</i> . - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização.		

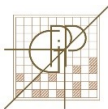


Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras.		

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC13. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC14. Reforçar a sensibilização. - MC16. Detecção, controlo e gestão de espécies invasoras. - MC18. Promover a conservação dos ecossistemas aquáticos e a gestão das populações ameaçadas.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Lutra lutra</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Myotis myotis</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

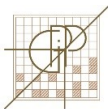


Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

- Zona Especial de Conservação de Rios Sabor e Maças

De acordo com a Portaria n.º 107-F/2026/1, de 5 de março, destacam-se as **Medidas de conservação complementares** definidas para dar resposta às exigências ecológicas dos valores com prioridade em termos de conservação (valores alvo), designadamente:

- **MC1.** Promover a gestão sustentável de tipos de habitat florestais;
- **MC2.** Promover a gestão sustentável dos prados, pastagens e charcos temporários;
- **MC3.** Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirão;
- **MC4.** Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras;
- **MC5.** Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em tipos de habitat alvo;
- **MC6.** Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos;
- **MC7.** Promover a proteção dos efetivos pecuários;
- **MC8.** Criação de um sistema de valorização de produtos pecuários associados à presença de lobo;
- **MC9.** Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo;
- **MC10.** Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com a presença do lobo;
- **MC11.** Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC;
- **MC12.** Reforçar a fiscalização;
- **MC13.** Estabelecer e consolidar os critérios e parâmetros de quantificação e avaliação dos objetivos de conservação, e os recursos necessários para a execução das medidas de conservação.



- Habitats

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitriche-Batrachion	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Reestabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
5110 – Formações estáveis xerotermófilas de <i>Buxus sempervirens</i> das vertentes rochosas (<i>Berberidion</i> p.p)	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Reestabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho. - MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
5210 – Matagais arborescentes de <i>Juniperus spp.</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável de tipos de <i>habitat</i> florestais. - MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras. - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6220 – Substeppes de gramíneas e anuais da <i>Therobrachypodietea</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC2. Promover a gestão sustentável dos prados, pastagens e charcos temporários.- MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras.- MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC12. Reforçar a fiscalização.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
8220 – Vertentes rochosas silíceas com vegetação casmofítica	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
8230 – Rochas siliciosas com vegetação pioneira da Sedo-Scleranthion ou da Sedo Albi-Veronicion dillenii	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91B0 – Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável de tipos de <i>habitat</i> florestais. - MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras. - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

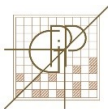
Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91E0 – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável de tipos de <i>habitat</i> florestais. - MC3. Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho. - MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras. - MC5. Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em tipos de <i>habitat</i> alvo. - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
92A0 – Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável de tipos de <i>habitat</i> florestais. - MC3. Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho. - MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras. - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9330 – Florestas de <i>Quercus suber</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável de tipos de <i>habitat</i> florestais. - MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras. - MC5. Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em tipos de <i>habitat</i> alvo. - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9340 – Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável de tipos de <i>habitat</i> florestais. - MC5. Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em tipos de <i>habitat</i> alvo. - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9560 – Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp.	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável de tipos de <i>habitat</i> florestais. - MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras. - MC5. Estabelecer plano de deteção e atuação contra agentes bióticos que provocam impactos nocivos em tipos de <i>habitat</i> alvo. - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

- Espécies da flora

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Dianthus marizii</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Festuca duriotagana</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º



Espécies da flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Holcus setigulum</i> spp. <i>duriensis</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover a gestão sustentável dos prados, pastagens e charcos temporários. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.	Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	

- Espécies da fauna

Espécies da fauna - Invertebrados			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Gomphus graslinii</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Pseudochondrostoma duriensis</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão. - Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Rutilus alburnoides</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão. - Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho.	Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 35.º;



Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	<ul style="list-style-type: none">- MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras.- MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC12. Reforçar a fiscalização.		36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Rutilus arcasii</i>	<p>Aplicam-se as medidas de conservação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão. <p>- Aplicam-se as medidas de conservação complementares:</p> <ul style="list-style-type: none">- MC3. Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho.- MC4. Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações de espécies de flora e fauna exóticas invasoras.- MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC12. Reforçar a fiscalização.	<p>Espaços Florestais de Conservação</p> <p>Espaços Naturais e Paisagísticos</p>	<p>Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:</p> <p>6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º</p>

Espécies da fauna – Anfíbios e répteis			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Mauremys leprosa</i>	<p>Aplicam-se as medidas de conservação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	<p>Espaços Agrícolas</p> <p>Espaços Florestais de Produção</p> <p>Espaços Florestais de Conservação</p> <p>Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola</p> <p>Espaços Naturais e Paisagísticos</p>	<p>Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:</p> <p>6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º</p>

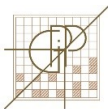
Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Barbastella barbastellus</i>	<p>Aplicam-se as medidas de conservação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	<p>Espaços Agrícolas</p> <p>Espaços Florestais de Produção</p> <p>Espaços Florestais de Conservação</p> <p>Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola</p> <p>Espaços Naturais e Paisagísticos</p>	<p>Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:</p> <p>6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º</p>



Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Canis lupus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC6. Adaptar o planeamento e a operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos. - MC7. Promover a proteção dos efetivos pecuários. - MC8. Criação de um sistema de valorização de produtos pecuários associados à presença do lobo. - MC9. Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo. - MC10. Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com presença de lobo. - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC11. Promover a partilha de informação, formar e apoiar os gestores florestais e agrícolas e sensibilizar os demais agentes, a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização.		

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Lutra lutra</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º



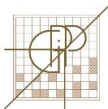
Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

- Zona Especial de Conservação de Morais

De acordo com a Portaria n.º 136/2025/1, de 28 de março, destacam-se as **Medidas de conservação complementares** definidas para dar resposta às exigências ecológicas dos valores com prioridade em termos de conservação (valores alvo), designadamente:

- **MC1.** Promover a gestão sustentável dos prados e pastagens.
- **MC2.** Promover uma exploração sustentável das áreas de ocorrência de bosques.
- **MC3.** Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.
- **MC4.** Prevenção e gestão das pragas e doenças do sobreiro.
- **MC5.** Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar populações e povoamentos de espécies de flora exóticas invasoras.
- **MC6.** Avaliar a permeabilidade das infraestruturas viárias existentes na ZEC e sua envolvente e identificar medidas a implementar nos pontos que estão a comprometer a conectividade entre áreas de presença de lobo-ibérico.
- **MC7.** Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com a presença significativa na ZEC.
- **MC8.** Promover a proteção dos efetivos pecuários.
- **MC9.** Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo.

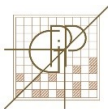


- **MC10.** Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com a presença de lobo.
- **MC11.** Sensibilizar para a conservação dos valores naturais da ZEC.
- **MC12.** Reforçar a fiscalização.
- **MC13.** Elaborar e implementar o plano global de gestão cinegética para as populações de presas selvagens de lobo-ibérico na ZEC Morais e envolvente.
- **MC14.** Definir as áreas sensíveis fundamentais à ocorrência de reprodução de lobo.
- **MC15.** Estabelecer e consolidar os critérios e parâmetros de quantificação e avaliação dos objetivos de conservação, e os recursos necessários para a execução das medidas de conservação.

- Habitats

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitriche-Batrachion</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

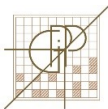
Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
5330 – Matos termodinâmicos pré-desérticos	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6160 – Prados oro-ibéricos de <i>Festuca indigesta</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável dos prados e pastagens.	Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6220 – Subestepe de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6310 – Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da <i>Molinio-Holoschoenion</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação camofítica	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91B0 – Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover uma exploração sustentável das áreas de ocorrência de bosques. - MC5. Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar populações e povoamentos de espécies de flora exóticas invasoras. - MC7. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos	Espaços Agrícolas Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º



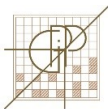
Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91E0 – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9230 – Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9240 – Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover uma exploração sustentável das áreas de ocorrência de bosques. - MC7. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
92A0 – Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º;

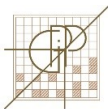


Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
			24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9330 – Florestas de <i>Quercus suber</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover uma exploração sustentável das áreas de ocorrência de bosques. - MC4. Prevenção e gestão das pragas e doenças do sobreiro. - MC7. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.	Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9340 – Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 46.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover uma exploração sustentável das áreas de ocorrência de bosques. - MC7. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.	Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais e Paisagísticos Espaço Cultural	

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9560 – Florestas endémicas de <i>Juniperus spp.</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover uma exploração sustentável das áreas de ocorrência de bosques. - MC7. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.	Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Naturais e Paisagísticos	

**- Espécies de flora**

Espécies de flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Dianthus laricifolius subsp. marizii</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável dos prados e pastagens.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	

Espécies de flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Festuca duriotagana</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
		Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	



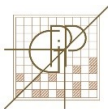
Espécies de flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Festuca elegans</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies de flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Holcus setiglumis subsp. duriensis</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável dos prados e pastagens.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º



Espécies de flora			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Santolina semidentata</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41.º; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC1. Promover a gestão sustentável dos prados e pastagens.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	

Espécies de flora			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Veronica micrantha</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41.º; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
		Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	

**- Espécies de fauna**

Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Pseudochondrostoma duriensis</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.	Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Espécies da fauna - Peixes			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Squalius alburnoides</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.	Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Espécies da fauna - Anfíbio e répteis			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Mauremys leprosa</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º;



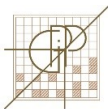
Espécies da fauna – Anfíbio e répteis			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
		Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Canis lupus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.		
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC6. Avaliar a permeabilidade das infraestruturas viárias existentes na ZEC e sua envolvente e identificar medidas a implementar nos pontos que estão a comprometer a conectividade entre áreas de presença de lobo-ibérico. - MC7. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC. - MC8. Promover a proteção dos efetivos pecuários. - MC9. Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos ao lobo. - MC10. Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com a presença de lobo. - MC11. Sensibilizar para a conservação dos valores naturais da ZEC. - MC12. Reforçar a fiscalização. - MC13. Elaborar e implementar o plano global de gestão cinegética para as populações de presas selvagens de lobo ibérico na ZEC Morais e envolvente. - MC14. Definir as áreas sensíveis fundamentais à ocorrência de reprodução do lobo.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º



Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC3. Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.		

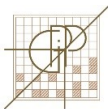
Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Lutra lutra</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Aglomerados Rurais Áreas de edificação Dispersa Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Florestais de Recreio e Valorização da Paisagem Espaços Naturais Paisagísticos Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Culturais Espaços Urbanos de Baixa Densidade Espaços Habitacionais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 31.º; 32.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 41; 42.º; 43.º; 46.º; 47.º; 48.º; 52.º; 53.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º



- Zona Especial de Conservação de Romeu

De acordo com a Portaria n.º 89-L/2026/1, de 23 de fevereiro, destacam-se as **Medidas de conservação complementares** definidas para dar resposta às exigências ecológicas dos valores com prioridade em termos de conservação (valores alvo), designadamente:

- **MC1.** *Promover a gestão sustentável dos prados e pastagens.*
- **MC2.** *Promover uma exploração florestal sustentável nas áreas de ocorrência de bosques.*
- **MC3.** *Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.*
- **MC4.** *Prevenção e gestão das pragas e doenças.*
- **MC5.** *Avaliar a permeabilidade das infraestruturas viárias existentes na ZEC e sua envolvente e identificar medidas a implementar nos pontos que estão a comprometer a conectividade entre áreas de presença de lobo-ibérico.*
- **MC6.** *Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.*
- **MC7.** *Promover a proteção dos efetivos pecuários.*
- **MC8.** *Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo-ibérico.*
- **MC9.** *Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com a presença de lobo-ibérico.*
- **MC10.** *Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.*
- **MC11.** *Reforçar a fiscalização.*
- **MC12.** *Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar as populações e povoamentos de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras.*
- **MC13.** *Colmatar as lacunas de conhecimento sobre a condição ecológica de *Oxygastra curtisii* na ZEC tendo em vista a definição de objetivos de conservação para a espécie.*
- **MC14.** *Elaborar e implementar o plano global de gestão cinegética para as populações de presas selvagens de lobo-ibérico na ZEC Romeu e envolvente.*
- **MC15.** *Estabelecer e consolidar os critérios e parâmetros de quantificação e avaliação dos objetivos de conservação, e os recursos necessários para a execução das medidas de conservação.*



- Habitats

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
3150 – Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33; 34.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Renunculia fluitantis</i> e da <i>Callitriche-Batrachion</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC3. Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
6220 – Subestepe de graminéas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC1. Promover a gestão sustentável dos prados e pastagens.- MC12. Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar as populações e povoamentos de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras.		

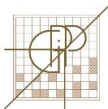


Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91B0 – Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC2. Promover uma exploração florestal sustentável nas áreas de ocorrência de bosques.- MC12. Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar as populações e povoamentos de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33; 34.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
91E0 – Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC3. Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.- MC4. Prevenção e gestão das pragas e doenças.- MC12. Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar as populações e povoamentos de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9330 – Florestas de <i>Quercus suber</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão. Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC2. Promover uma exploração florestal sustentável nas áreas de ocorrência de bosques.- MC4. Prevenção e gestão das pragas e doenças.- MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º



Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	naturais protegidos com presença significativa na ZEC. - MC12. Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar as populações e povoamentos de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9340 – Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover uma exploração florestal sustentável nas áreas de ocorrência de bosques. - MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC. - MC12. Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar as populações e povoamentos de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras.		

Habitats			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
9560 – Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp.	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC2. Promover uma exploração florestal sustentável nas áreas de ocorrência de bosques. - MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC. - MC12. Prevenir, intervir precocemente ou gerir/controlar as populações e povoamentos de espécies (fauna e flora) exóticas invasoras.		

- Espécies de fauna

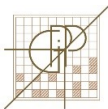
Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Canis lupus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: - Medidas de ordenamento do território; - Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços de Exploração de Recursos Geológicos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º;
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: - MC5. Avaliar a permeabilidade das infraestruturas viárias existentes na ZEC e sua envolvente e identificar medidas a implementar nos pontos que estão a comprometer a conectividade entre áreas de presença de lobo-ibérico.		



Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	<ul style="list-style-type: none">- MC6. Adaptação do planeamento e da operacionalização da gestão integrada dos fogos rurais à salvaguarda dos valores naturais protegidos com presença significativa na ZEC.- MC7. Promover a proteção dos efetivos pecuários.- MC8. Realização regular de ações de formação dos intervenientes no processo de verificação e atribuição de indemnizações de prejuízos atribuídos ao lobo-ibérico.- MC9. Realização regular de reuniões participativas com criadores de gado e seus representantes para identificação de soluções de compatibilização da atividade pecuária com a presença de lobo ibérico.- MC10. Sensibilizar a população local e os visitantes para a conservação dos valores naturais da ZEC.- MC11. Reforçar a fiscalização.- MC14. Elaborar e implementar o plano global de gestão cinegética para as populações de presas selvagens de lobo-ibérico na ZEC Romeu e envolvente.	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	47.º; 48.º; 54; 55.º; 60.º e 61.º

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º; 47.º; 48.º; 54; 55.º; 60.º e 61.º
	Aplicam-se as medidas de conservação complementares: <ul style="list-style-type: none">- MC3. Restabelecer a continuidade do ecossistema ribeirinho.	Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Espécies da fauna – Mamíferos			
Valores Naturais	Medidas de conservação	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Lutra lutra</i>	Aplicam-se as medidas de conservação: <ul style="list-style-type: none">- Medidas de ordenamento do território;- Medidas de gestão.	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Proteção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços de Exploração de Recursos Geológicos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 41.º; 42.º; 43.º; 47.º; 48.º; 54; 55.º; 60.º e 61.º

**- Zona Proteção Especial de Montesinho/Noqueira**

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Anthus campestris</i>	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;	Espaços Agrícolas	
	- Condicionar o cultivo de lenhosas;	Espaços Florestais de Produção	
	- Converter terrenos agrícolas abandonados em pastagens p/ ovinos;	Espaços Florestais de Conservação	
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;	Espaços Florestais	
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;	Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.	Espaços Naturais Paisagísticos	
	Silvicultura	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	
	- Condicionar a florestação.		
	Orientações específicas		
	- Impedir introdução de espécies não autóctones.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Aquila chrysaetos</i>	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;		
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;		
	- Promover cerealicultura extensiva;		
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.		
	Silvicultura		
	- Adotar práticas silvícolas específicas;		
	- Condicionar a florestação;		
	- Condicionar mobilização do solo;		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;		
	- Promover áreas de matagal mediterrânico.		
	Construção e infraestrutura		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia;		
	- Restringir construção de açudes em zonas sensíveis;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		
	- Condicionar pesca;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Ordenar/Regulamentar a atividade de observação de espécies da fauna;		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		
	- Regular dragagens e extração de inertes.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Bubo bubo</i>	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;		
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;		
	- Promover cerealicultura extensiva.		
	Silvicultura		
	- Adotar práticas silvícolas específicas;		
	- Condicionar a florestação;		
	- Condicionar a mobilização do solo;		
	- Promover áreas de matagal mediterrânico.		
	Construção e infraestrutura		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir a mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia;		
	- Restringir a construção de açudes em zonas sensíveis;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		
	- Condicionar pesca;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Regular dragagens e extração de inertes.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados.		

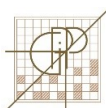
Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Calandrella brachydactyla</i>	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Promover cerealicultura extensiva;		
	- Reduzir risco de incêndio.		
	Construção e infraestrutura		
	- Condicionar a construção de infraestruturas.		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
		Espaços Naturais Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Ciconia ciconia</i>	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas;	Espaços Agrícolas	
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;	Espaços Florestais de Produção	
	Construção e infraestrutura	Espaços Florestais de Conservação	
	- Reduzir mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia.	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	Orientações específicas	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Condicionar drenagem.	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

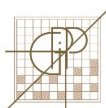
Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Ciconia nigra</i>	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Ordenar condicionamentos específicos a práticas agrícolas;	Espaços Agrícolas	
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;	Espaços Florestais de Produção	
	- Reduzir risco de incêndio;	Espaços Florestais de Conservação	
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	Silvicultura	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Adotar práticas silvícolas específicas;	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;		
	- Reduzir risco de incêndio.		
	Construção e infraestrutura		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Condicionar expansão urbano-turística;		
	- Reduzir mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia.		
	- Restringir construção de açudes em zonas sensíveis;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água;		
	- Condicionar pesca;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação de espécie;		
	- Tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos;		
	- Ordenar/Regulamentar a atividade de observação de espécies da fauna;		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		
	- Regular dragagens e extração de inertes;		
	- Regular uso de açudes e charcas.		
	Orientações específicas		
	- Manter/melhorar qualidade da água		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
Circus gallicus	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;		
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Conservar sebes, bosquetes e arbustos;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;		
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.		
	Silvicultura		
	- Adotar práticas silvícolas específicas;		
	- Condicionar a florestação;		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Promover áreas de matagal mediterrânico;		
	- Reduzir risco de incêndio.		
	Construção e infraestrutura		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia.		
	Outros usos e Atividades		
	- Implementar gestão de cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Ordenar/ Regulamentar a atividade de observação de espécies da fauna;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
Circus cyaneus	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º;
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;		
	- Promover cerealicultura extensiva;		
	- Reduzir risco de incêndio;		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.	Espaços Florestais de Conservação	38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	Silvicultura		
	- Condicionar a florestação;	Espaços Florestais	
	- Reduzir risco de incêndio.	Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	Construção e infraestrutura		
	- Condicionar a construção de infraestruturas.	Espaços Naturais Paisagísticos	
	Outros e usos e Atividades		
	- Ordenar/Regulamentar a atividade de observação de espécies da fauna.		
	Orientações específicas		
	- Condicionar drenagem.	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Circus pygargus</i>	Agricultura e Pastoreio	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;	Espaços Agrícolas	
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Condicionar o cultivo de lenhosas;	Espaços Florestais de Produção	
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;	Espaços Florestais de Conservação	
	- Promover cerealicultura extensiva;		
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.	Espaços Florestais	
	Silvicultura		
	- Tomar medidas que impeçam a florestação.	Espaços Florestais	
	Construção e infraestrutura	Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	- Condicionar expansão urbano-turística.		
	Outros e usos e Atividades		
	- Tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos;	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Ordenar atividades de recreio e lazer.		
	Orientações específicas		
	- Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes.	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Falco peregrinus</i>	Agricultura e Pastoreio	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;	Espaços Agrícolas	
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;	Espaços Florestais de Produção	
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;		
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.	Espaços Florestais de Conservação	
	Silvicultura		
	- Adotar práticas silvícolas específicas;		
	- Condicionar mobilização do solo.	Espaços Florestais	
	Construção e infraestrutura	Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	- Condicionar construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia.		
	Outros e usos e Atividades		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Ordenar/Regulamentar a atividade de observação de espécies da fauna;	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	
	- Regular dragagens e extração de inertes.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados.		

Aves				
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta	
Hieraaetus fasciatus	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º	
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;			
	- Assegurar mosaico de habitats;			Espaços Agrícolas
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;			
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;			Espaços Florestais de Produção
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;			
	- Promover cerealicultura extensiva.	Espaços Florestais de Conservação		
	Silvicultura			
	- Adotar práticas silvícolas específicas;	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola		
	- Condicionar a florestação;			
	- Condicionar mobilização do solo;	Espaços Naturais Paisagísticos		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;			
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;	Espaços Urbanos de Baixa Densidade		
	- Reduzir risco de incêndio.			
	Construção e infraestrutura			
	- Condicionar construção de infraestruturas;			
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia;			
	- Restringir construção de açudes em zonas sensíveis;			
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.			
	Outros e usos e Atividades			
	- Condicionar pesca;			
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;			
	- Ordenar/Regulamentar a atividade de observação de espécies da fauna;			
	- Ordenar acessibilidades;			
	- Ordenar atividades de recreio e lazer.			
	Orientações específicas			
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados.			

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
Lanius collurio	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º;
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;	Espaços Agrícolas	
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Conservar sebes, bosquetes e arbustos;	Espaços Florestais de Produção	
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		



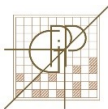
Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas (Melhorar habitat c/ faixas não semeadas e pastoreio ovino em pousios);	Espaços Florestais de Conservação	30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º;
	- Promover a manutenção de prados húmidos;		54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	Orientações específicas	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Promover a manutenção de prados húmidos.	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	

Aves					
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta		
Mivus milvus	Agricultura e Pastorícia	Aglomerados Rurais Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Produção Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 29.º; 30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º		
	- Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos;				
	- Assegurar mosaico de habitats;				
	- Conservar sebes, bosquetes e arbustos;				
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;				
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;				
	- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;				
	- Promover a manutenção de prados húmidos;				
	- Promover cerealicultura extensiva;				
	- Restringir uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas.				
	Silvicultura			Espaços Florestais	30.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 47.º; 48.º; 54.º; 55.º; 60.º e 61.º
	- Adotar práticas silvícolas específicas;				
	- Condicionar a florestação;				
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones.				
	Construção e infraestruturas				
	- Condicionar a construção de infraestruturas;	Espaços Urbanos de Baixa Densidade			
	- Reduzir a mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia.				
	Outros usos e Atividades				
	- Ordenar/Regulamentar a atividades de observação de espécies da fauna.				
	Orientações específicas				
- Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone;					
- Promover a manutenção de prados húmidos.					
- Recuperar zonas húmidas.					

Zona Proteção Especial de Rios Sabor e Mações

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Aquila chrysaetos</i>	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades co interesse para a conservação;		
	- Manter olival tradicional existente.		
	Silvicultura		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Promover a regeneração natural;		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Promover áreas de matagal mediterrânico;		
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes;		
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Construção e infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Condicionar pesca.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;		
	- Condicionar o acesso.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Bubo bubo</i>	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades co interesse para a conservação.		
	Silvicultura		
	- Promover áreas de matagal mediterrânico;		
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes.		
	Construção e infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Condicionar pesca.		
	Orientações específicas		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
Calandrella brachydactyla	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Reduzir risco de incêndio;	Espaços Florestais de Conservação	
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades co interesse para a conservação.		
	Silvicultura		
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes.	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	Construção e infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas.		
	Outros usos e Atividades	Espaços Naturais Paisagísticos	
- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.			

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
Ciconia nigra	Silvicultura	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo.		
	Construção e infraestruturas	Espaços Florestais de Conservação	
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia;	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água;		
	- Condicionar pesca;		
	- Manter/melhorar qualidade da água.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;		
- Condicionar o acesso			

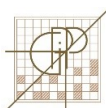
Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
Circus gallicus	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do
	- Assegurar mosaico de habitats;	Espaços Florestais de Conservação	Regulamento:
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades co interesse para a conservação;		6.º; 7.º; 8.º; 9.º;
	- Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos.		11.º; 13.º; 15.º;
	Silvicultura	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	24.º; 28.º; 33.º;
	- Reduzir risco de incêndio;		34.º; 35.º; 36.º;
	- Promover regeneração natural;		37º; 38.º; 60.º e
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		61.º
	- Promover áreas de matalagal mediterrânico:		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes;	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Construção e infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia.		
	Outros usos e Atividades		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
Circus pygargus	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Reduzir risco de incêndio;	Espaços Florestais de Conservação	
	- Manter práticas de pastoreio extensivo.		
	Silvicultura	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes.		
	Outros usos e Atividades		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.	Espaços Naturais Paisagísticos	

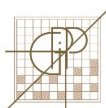
Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Gyps fulvus</i>	Agricultura e Pastoreia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Silvicultura		
	- Promover a regeneração natural;		
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo.		
	Construção e Infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Condicionar pesca.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;		
	- Promover alimentação artificial;		
	- Condicionar o acesso.		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Hieraaetus fasciatus</i>	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;		
	- Manter olival tradicional.		
	Silvicultura		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Promover a regeneração natural;		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Promover áreas de matagal mediterrânico;		
	- Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes;		
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Construção e Infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Outros usos e Atividades		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Condicionar pesca.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;		
	- Promover alimentação artificial;		
	- Condicionar o acesso.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Lullula arborea</i>	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo.		
	Silvicultura		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Promover a regeneração natural;		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		

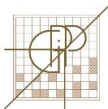
Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Milvus migrans</i>	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento:
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades co interesse para a conservação;		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos.	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	6.º; 7.º; 8.º; 9.º;
	Silvicultura		11.º; 13.º; 15.º;
	- Reduzir risco de incêndio;		24.º; 28.º; 33.º;
	- Promover a regeneração natural;	Espaços Naturais Paisagísticos	34.º; 35.º; 36.º;
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		37.º; 38.º; 60.º e
	- Promover a manutenção de prados húmidos;		61.º
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes;		
	- Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Construção e infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia.		
	Outros usos e Atividades		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Milvus milvus</i>	Agricultura e Pastoreia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Silvicultura		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Promover a regeneração natural;		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Promover a manutenção de prados húmidos;		
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes;		
	- Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Construção e infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia.		
	Orientações específicas		
	- Condicionar o acesso.		

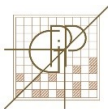
Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Neophron percnopterus</i>	Agricultura e Pastoreia	Espaços Agrícolas Espaços Florestais de Conservação Espaços Florestais	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º;
	- Assegurar mosaico de habitats;		
	- Reduzir risco de incêndio;		
	- Manter práticas de pastoreio extensivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Silvicultura		
	- Reduzir risco de incêndio;		



Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
	- Promover a regeneração natural;	Mistos de Uso Silvícola com Agrícola Espaços Naturais Paisagísticos	34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Promover áreas de matagal mediterrânico;		
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		
	Construção e infraestruturas		
	- Condicionar a construção de infraestruturas;		
	- Reduzir mortalidade accidental associada a linhas de transporte de energia;		
	- Restringir construção de barragens em zonas sensíveis.		
	Orientações específicas		
	- Ordenar acessibilidades;		
	- Ordenar atividades de recreio e lazer;		
	- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;		
	- Condicionar pesca.		
	Orientações específicas		
	- Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;		
	- Promover alimentação artificial;		
	- Condicionar o acesso.		

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Passeriformes migradores caniçais e galerias ripícolas</i>	Silvicultura	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone;	Espaços Florestais de Conservação	
	Outros usos e Atividades	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	- Ordenar atividades de recreio e lazer.	Espaços Naturais Paisagísticos	

Aves			
Valores Naturais	Orientações de gestão	Categorias de uso	Regulamentação proposta
<i>Passeriformes migradores de matos e bosques</i>	Agricultura e Pastorícia	Espaços Agrícolas	Aplicam-se os seguintes artigos do Regulamento: 6.º; 7.º; 8.º; 9.º; 11.º; 13.º; 15.º; 24.º; 28.º; 33.º; 34.º; 35.º; 36.º; 37.º; 38.º; 60.º e 61.º
	- Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos.	Espaços Florestais de Conservação	
	Silvicultura	Espaços Florestais Mistos de Uso Silvícola com Agrícola	
	- Reduzir risco de incêndio;	Espaços Naturais Paisagísticos	
	- Promover regeneração natural;		
	- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;		
	- Promover área de matagal mediterrânico;		
	- Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes.		
	- Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;		
	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.		



4. Conclusões

No presente documento foram apresentados os valores naturais associados às áreas de proteção comunitária do concelho de Macedo de Cavaleiros, nomeadamente:

- ZEC Montesinho/Nogueira (PTCON0002);
- ZEC Rios Sabor e Maças (PTCON0021);
- ZEC Moraes (PTCON0023);
- ZEC Romeu (PTCON0043);
- ZPE Montesinho/Nogueira (PTZPE0003);
- ZPE Rios Sabor e Maças (PTZPE0037).

Os Planos de Gestão das ZEC de referência definem um conjunto de objetivos de conservação que serão concretizados pela aplicação de medidas de conservação, nomeadamente Medidas de ordenamento do território e Medidas de gestão, e ainda Medidas de conservação complementares.

A conformidade da Rede Natura 2000 com a proposta do Plano resulta do cumprimento do conjunto de medidas identificadas para cada valor natural em associação com as disposições do Plano Diretor Municipal, constituindo o presente documento uma ferramenta essencial para a sua identificação.